



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

Programa de Pós-Graduação em Geografia

**A participação da Associação Força Feminina do Município de
Mirante do Paranapanema (SP) no Programa de Aquisição de
Alimentos (PAA): Território de Empoderamento?**

Simone Léia Rui

Presidente Prudente
Abril/2019

SIMONE LÉIA RUI

A participação da Associação Força Feminina do Município de Mirante do Paranapanema (SP) no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Território de Empoderamento?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – FCT. Linha de Pesquisa: Dinâmicas Agrárias, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, como exigência para a obtenção do Título de Mestre em Geografia, sob a orientação da Prof.^a Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol.

Presidente Prudente
Abril/2019.

Ficha Catalográfica

R934p RUI, Simone Leia
A participação da Associação Força Feminina do Município de
Mirante do Paranapanema (SP) no Programa de Aquisição de
Alimentos (PAA): Território de Empoderamento? / Simone Leia RUI.
-- Presidente Prudente, 2019
196 p. : tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientadora: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

1. Gênero. 2. Território. 3. Empoderamento. 4. Programa de
Aquisição de Alimentos (PAA). I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Banca Examinadora



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: A participação da Associação Força Feminina do Município de Mirante do Paranapanema (SP) no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Território de Empoderamento?

AUTORA: SIMONE LEIA RUI

ORIENTADORA: ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em GEOGRAFIA, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL
FCT / UNESP/Presidente Prudente(SP)

Prof. Dr. EDUARDO PAULON GIRARDI

Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Profa. Dra. MARIA FRANCO GARCIA
Departamento de Geociências / Universidade Federal da Paraíba

Presidente Prudente, 26 de abril de 2019

Para a minha filha Cora que em tão pouco tempo já me ensinou tanto.

Agradecimentos

Ao longo destes três anos de mestrado gestei uma dissertação e uma vida, faço desse trabalho uma ode aos nascimentos e renascimentos, que constroem a nossa vida e que mudam o mundo. Enalteço principalmente a todas as mães que passaram pelo meu caminho, que é no cotidiano que reforçam as suas lutas e derrubam muros, vocês têm toda a minha admiração.

Assim como a Cora que nasceu de um trabalho de parto corajoso e transformador, esta dissertação nasceu através da colaboração afetuosa e crítica de várias pessoas, entre elas destaco: meu companheiro José, por me incentivar a reingressar na academia; a Prof^a. Rosangela Hespanhol, por me acolher e ser uma orientadora sempre disposta a ajudar e tirar de mim o que eu nem sabia que seria possível, a minha amiga Vanessa, pelas conversas sobre feminismo; e a minha irmã Taniele, sempre disposta a ler e revisar os meus textos, sempre me incentivando a distância.

O renascer na vida acadêmica foi dolorido e intenso, nele revivi a admiração pelo trabalho de queridos professores, sendo eles Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito, Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet, Profa. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, Profa. Dra. Eda Maria Góes, Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo e Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Spósito e Prof. Antonio Nivaldo Hespanhol. Todo o conhecimento transmitido foi essencial para o meu desenvolvimento intelectual. Aproveito e agradeço também imensamente à disponibilidade de todos os funcionários da Seção de Pós-Graduação em solucionar as minhas dúvidas e colaborar, sempre tão atentos aos prazos e solicitações do Programa, em especial à Aline e ao Lincoln. Novamente enalteço e agradeço a minha orientadora, Professora Rosangela Hespanhol, pelo acolhimento, paciência, prontidão, conhecimento transmitido e disponibilidade; o meio acadêmico precisa de pessoas como a senhora. Obrigada por tudo.

O renascer em Presidente Prudente depois de 5 anos longe, foi solitário, nela não foi possível encontrar a alegria dos tempos de graduação, aproveito e declaro o meu carinho eterno por serem parte das minhas melhores lembranças. Ao Álvaro Costa, amigo que me acolheu e é amor para a vida toda desde o primeiro dia na vida universitária. Deise, Carlos, Priscila e Kedma, morar com

vocês foram dias de sol, saudades da companhia diária; a Tainá, também moradora das Vizinhas do Seu Ângelo, mas que aqui se faz necessário agradecer em separado, pois neste ano vivenciamos juntas a descoberta da maternidade. Essa jornada foi muito mais enriquecedora com você do meu lado, que o Bruno seja luz na sua vida.

Das amigadas que nascem já marcadas para a vida toda, Vanessa Guisolf (minha família) e Aline; São Paulo foi muito mais afetuosa com vocês por perto e sim, existe amor em SP. Ao André e Anna Luisa Araújo, amo vocês, sem mais. A Natalia Melo e Vanessa Biffon, minhas eternas, vocês são aprendizado do que é serem mulheres fortes, que lutam por dias melhores para o mundo, para nós, para Cecília, Francisco, Betânia, Cora e Tereza. Que nossa trupe possa caminhar juntas. E agradeço as amigadas que nasceram recentemente, em especial a Larissa, Hellen, Eliane, Marcia e Marcus.

Todos os agradecimentos que eu possa ofertar a minha família que me concedeu a vida e que está do meu lado sempre, apoiando e ajudando em todos os momentos: a minha mãe Tania, por todo o carinho e suporte para alcançar os meus sonhos, ao meu pai Clóvis, que é fonte de perseverança e alegria, vocês são o meu orgulho e inspiração e o colo mais afetuoso que a Cora poderia ter. A minha irmã Taniele que me ensinou que posso ir, ter e ser quem eu quiser, você tem toda a minha admiração, obrigada por sempre se fazer presente na minha vida, mesmo estando fisicamente longe, obrigada pela Rita, Vicente e Léo. A todos os meus tios, tias, primas e primos e Avós que me fazem voltar para um lugar de carinho e afeto. A família que eu conquistei, Seu José Roberto, Dona Suely e Felipe, obrigada por me aceitarem e deixarem eu entrar na vida de vocês, obrigada por todo o suporte, sem vocês isso não seria possível.

Para você, José, que fez nascer em mim o amor, nenhuma palavra expressaria o quanto agradeço por ter você todos os dias, você me transforma em uma pessoa melhor, me joga para cima e não deixa eu esmorecer. Obrigada pela família que construímos nestes 10 anos, a Dora e ao Marvin por nos darem amor incondicional e agora pela Cora que veio completar o que já era bom, a vida só ficou melhor. Não posso esquecer de agradecer a sua disponibilidade em me levar a Mirante do Paranapanema sempre que foi necessário, colaborar com as entrevistas, pela produção dos mapas e pela revisão deste trabalho. Te amo muito mais hoje. Cora, eu renasci quando você nasceu. Você balançou a

minha vida, rompeu as estruturas e me colocou em um lugar que eu nunca imaginaria. Estamos juntas minha filha!

E termino citando Gabriel Garcia Marques no livro “Amor em tempo de cólera”, “se deixou levar por sua convicção de que os seres humanos não nascem para sempre no dia em que as mães os dão à luz, e sim que a vida os obriga outra vez e muitas vezes a se parirem a si mesmo”. Dessa forma, gostaria de agradecer a todas as pessoas, as dificuldades e experiências que me trouxeram até aqui.

Apoio institucional

Agradeço ao Conselho de Desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos concedida durante a vigência da pesquisa que permitiu a dedicação exclusiva ao trabalho acadêmico.

TODAS AS VIDAS

*Vive dentro de mim
uma cabocla velha
de mau-olhado,
acocorada ao pé do borralho,
olhando pra o fogo.
Benze quebranto.
Bota feitiço...
Ogum. Orixá.
Macumba, terreiro.
Ogã, pai-de-santo...*

*Vive dentro de mim
a lavadeira do Rio Vermelho.
Seu cheiro gostoso
d'água e sabão.
Rodilha de pano.
Trouxa de roupa,
pedra de anil.
Sua coroa verde de são-caetano.*

*Vive dentro de mim
a mulher cozinheira.
Pimenta e cebola.
Quitute bem-feito.
Panela de barro.
Taipa de lenha.
Cozinha antiga
toda pretinha.
Bem cacheada de picumã.
Pedra pontuda.
Cumbuco de coco.
Pisando alho-sal.*

*Vive dentro de mim
a mulher do povo.
Bem proletária.
Bem linguaruda,
desabusada, sem preconceitos,
de casca-grossa,
de chinelinha,
e filharada.*

*Vive dentro de mim
a mulher roceira.
- Enxerto da terra,
meio casmurra.*

*Trabalhadeira.
Madrugadeira.
Analfabeta.
De pé no chão.
Bem parideira.
Bem chiadeira.
Seus doze filhos,
Seus vinte netos.*

*Vive dentro de mim
a mulher da vida.
Minha irmãzinha...
tão desprezada,
tão murmurada...
Fingindo alegre seu triste fado.*

*Todas as vidas dentro de mim:
Na minha vida -
a vida mera das obscuras
(Cora Coralina, 1965).*

Resumo

Esta pesquisa pretende analisar como o acesso das associadas da Força Feminina do município de Mirante do Paranapanema – SP, no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), contribui para o empoderamento dessas mulheres, além de estabelecer uma relação com a categoria geográfica território, pois são identificadas relações de poder entre os líderes da associação para com as associadas e associados. Para tanto, foi utilizado o estudo de caso para compreender melhor os aspectos particulares da Associação Força Feminina. Além de revisão bibliográfica, levantamento e sistematização de dados de fontes secundárias, se realizou pesquisa de campo, por meio de entrevistas, com roteiros semiestruturados. Para compreender melhor o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi utilizado dados disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Estabelecer uma relação entre gênero, território e empoderamento colaborou para entendermos que as relações de gênero são determinadas por relações de poder, sendo que romper com essa estrutura fez com que, no caso desta pesquisa, nos deparássemos com mulheres que não consideram o seu trabalho uma ajuda ao trabalho do homem. Ao contrário. Consideram que trabalham mais que seus maridos, ao acumularem o trabalho no campo ao trabalho doméstico. Dessa forma, busca-se indagar como tal política pode colaborar (ou não) para o fortalecimento da agricultura familiar e empoderamento das mulheres rurais, bem como oferecer elementos para contribuir com a análise qualitativa do PAA, além de ajudar a entender as relações entre gênero e agricultura familiar.

Palavras – chaves: Gênero, território, empoderamento, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Abstract

This research intends to analyze how the access of members of the Female Force of the municipality of Mirante do Paranapanema - SP, in the Food Acquisition Program (PAA), contributes to the empowerment of these women, in addition to establishing a relationship with the geographical territory category, since power relations are identified between the association's leaders towards associates and associates. To do so, the case study was used to better understand the particular aspects of the Women's Strength Association. In addition to bibliographic review, survey and systematization of data from secondary sources, field research was conducted through interviews with semi-structured scripts. To better understand the Food Acquisition Program (PAA), we used data made available by Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Establishing a relationship between gender, territory and empowerment has helped us to understand that gender relations are determined by power relations, and breaking with this structure has made us, in the case of this research, come across women who do not consider their work a help the work of man. Instead. They consider that they work harder than their husbands, as they accumulate labor in the field and domestic labor. Thus, it is sought to investigate how such a policy may or may not contribute to the strengthening of family agriculture and the empowerment of rural women, as well as offer elements to contribute to the qualitative analysis of the PAA, as well as to help understand the relationships between gender and family farming.

Key words: Gender, territory, empowerment, Food Acquisition Program (PAA).

Resumen

Esta investigación pretende analizar como el acceso de las asociadas de la Força Feminina do Município de Mirante do Paranapanema – SP, em el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA), contribuye al empoderamiento de ellas, además de establecer una relación con la categoría geográfica território, pues son indetificadas relaciones de poder entre los líderes de la asociación y las asociadas (os). Para ello, fue utilizado el caso de estúdio para comprender mejor los aspectos particulares de la Associação Força Feminina. Además de la revisión bibliográfica, levantamiento y sistematización de datos de fuentes secundarias. Para comprender mejor el Programa de Aquisición de Alimentos (PAA), fueron utilizados datos disponibilizados por la Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Establecer una relación entre género, território y empoderamiento colaboró para que entendamos que las relaciones de género son determinadas por relaciones de poder, siendo que romper com esa estrutura hace que, em el caso de esta esta investigación, nos deparássemos com mujeres que no consideran que trabajan más que que sus maridos, al acumular el trajo em el campo com el doméstico. De esta forma, se busca indagar como tal política puede colaborar (o no) com el fortalecimiento de la agricultura familiar y empoderamiento de las mujeres rurales, bien como ofrecer elementos para contribuir com el análisis cualitativo del PAA, además de ayudar a entender las relaciones entre género y agricultura familiar.

Palabras claves: Género, Territorio, Empoderamento, Programa de Adquisición de Alimentos (PAA).

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa de localização do município de Mirante do Paranapanema - SP.....	29
Figura 2 - Gráfico e tabela da evolução das modalidades do PAA de 2009 a 2016 (valor em mil reais).....	68
Figura 3 - Cartaz de divulgação da Marcha das Margaridas de 2000.	73
Figura 4 - Cartaz de divulgação da marcha das Margaridas de 2003.	74
Figura 5 - Cartaz de divulgação da marcha das Margaridas de 2007.	75
Figura 6 - Cartaz de divulgação da Marcha das Margaridas de 2011.	76
Figura 7 - Cartaz de divulgação da Marcha das Margaridas de 2015.	77
Figura 8 - Cartaz de divulgação da Marcha das Margaridas de 2019.	78
Figura 9 - Localização dos municípios em que se situam as Associações de Mulheres que acessaram o PAA (2010 a 2016).XXX	85
Figura 10 – Gráfico da participação (em %) das Mulheres no PAA de 2009 a 2015 – Brasil.....	88
Figura 11 - Gráfico da renda das Mulheres no PAA, de 2009 a 2015, em Reais (R\$) – Brasil.....	89
Figura 12 – Pontal do Paranapanema – Geografia dos Assentamentos Rurais – 1979 – 2003, número de assentamentos.	94
Figura 13 - População residente no município de Mirante do Paranapanema, por situação de domicílio e sexo, 2010.	98
Figura 14 - Post publicado no Facebook, indicando a liberação da Força Feminina pela Conab.....	106
Figura 15 - Fotos do Projeto Arquitetônico do Abatedouro de Frango Colonial.	107
Figura 16 - Foto 2 da reunião da Associação Força Feminina.	109
Figura 17 - Foto da reunião da Associação Força Feminina.....	110
Figura 18 – Localização dos assentamentos visitados e do trajeto de campo realizado.	111
Figura 19 - Foto do tanque de peixes no lote da Dona Deise, no assentamento Novo Horizonte.....	123
Figura 20 - Tanque de refrigeração de leite no lote da Dona Lilian e do Senhor Celestino.	127
Figura 21 - Instalação de ordenha de leite bovino no lote da Dona Lilian e do Senhor Celestino.	129
Figura 22 - Diversificação da Produção no Lote da Dona Hortênsia e do Seu Jacinto.	132
Figura 23 - Plantio de mandioca no lote da Dona Rosa e do Senhor José.	133
Figura 24 - Roçado no lote da Dona Angélica e do Senhor Francisco.....	134
Figura 25 - Foto da construção da cozinha da entrevistada Dona Angélica com recursos obtidos com a comercialização de produtos no PAA.	139
Figura 26 - Foto da produção de pepino no lote da entrevistada Dona Iolanda.	141
Figura 27 - Produção de pepino no lote da Dona Iolanda em 2017.....	142
Figura 28 - Lote da família da Dona Iolanda abandonado em 2018.	143
Figura 29 - Foto do barracão para criação de frango no lote da Dona Melissa.	144
Figura 30 - Barracão no lote da Dona Lilian e do Senhor Celestino, sendo construído para a criação do frango caipira.....	145
Figura 31 - Pasto no lote da Dona Angélica e do Senhor Francisco.	147

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Evolução dos recursos aplicados no PAA de 2003 a 2016.	64
Tabela 2 - Número de projetos e de valores do PAA aprovados no Estado de São Paulo entre os anos de 2010 a 2016.	90
Tabela 3 - Evolução populacional de Mirante do Paranapanema, estado de São Paulo e Brasil (1991 – 2010).	97
Tabela 4 - Número de Mulheres e Homens que participaram do PAA na associação entre 2011 a 2015.	104
Tabela 5 - Quantidade de produtos e valores formalizados no PAA pela Associação Força Feminina, 2011 e 2015.	106

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Participação da Associação Força Feminina no PAA em termos dos valores (em Reais) dos projetos aprovados (2011 a 2015).	31
Gráfico 2 - Evolução dos recursos do PAA – Brasil, no período de 2003 a 2016.	65
Gráfico 3 - Valores totais destinados ao PAA por regiões brasileiras entre os anos de 2003 a 2016.....	66

Lista de Quadros

Quadro 1- Participação da Associação Força Feminina no PAA em termos de valores dos projetos aprovados (2011 a 2015) pela CONAB e valor corrigido pelo IGP-DI (FGV).....	31
Quadro 2 - Perfil geral das Entrevistadas e dos Entrevistados.	34
Quadro 3 - Quadro de Modalidades, Formas de acesso, Limites dos Valores, Origem dos recursos e Ações do Programa de Aquisição de Alimentos.	67
Quadro 4 - Número de Associações de mulheres agricultoras participantes do PAA - Modalidade Doação Simultânea, no período 2010 -2016, no Estado de São Paulo (com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome).	86
Quadro 5 - Quadro dos assentamentos localizados no Município de Mirante do Paranapanema (2018).....	99
Quadro 6 - Diversificação dos produtos entregues pela Associação Força Feminina ao PAA (2011 a 2016).....	130

Lista de Siglas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU – Organização das Nações Unidas
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
SESAN – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar
SEAD – Secretaria Especial da Agricultura familiar e Desenvolvimento Agrário
MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
OMAT – Organização de Mulheres do Assentamento Tucano
AMARP – Associação das Mulheres Assentadas de Ribeirão Preto
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
PIB – Produto Interno Bruto
CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CBRN – Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos

Sumário

1.INTRODUÇÃO.....	21
2.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	27
2.1. Estudo de caso	27
2.2. A escolha do município	27
2.3. A escolha da associação	30
2.4. As entrevistas	32
3.GÊNERO, EMPODERAMENTO E TERRITÓRIO: CONSTRUINDO RELAÇÕES E ESTABELECENDO PERSPECTIVAS TEÓRICAS	38
3.1.Teorias de gênero: do patriarcado à construção social	38
3.2. Relações de gênero na ciência geográfica: abordagens feministas	43
3.3. O território através das concepções culturalista e política; o poder simbólico e o poder do Estado	49
3.4. Empoderamento feminino e os territórios de poder	53
4. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES AGRICULTORAS NO PAA E NOS MOVIMENTOS DE LUTAS POR IGUALDADES DE GÊNERO	59
4.1. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	59
4.2. A Marcha das Margaridas e a construção de ações coletivas para luta dos direitos das mulheres rurais	71
4.3. A participação no PAA das mulheres agricultoras no Estado de São Paulo	81
5 O MUNICÍPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA NO CONTEXTO DO PONTAL DO PARANAPANEMA – SP	92
5.1 O Pontal do Paranapanema.....	92
5.2 O Município de Mirante do Paranapanema - SP	95
5.3. A Associação Força Feminina.....	101
6. A FORÇA QUE CONSTROI A ASSOCIAÇÃO FORÇA FEMININA.....	113
6.1 Divisão sexual do trabalho no campo: ajuda, será?	113
6.2 O Programa de Aquisição de Alimentos e a sua relação com a valorização do trabalho das mulheres rurais.....	124
6.3 A Associação Força Feminina como ponte para o desenvolvimento de territórios de empoderamento.....	136
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
8. REFERÊNCIAS	154
APÊNDICE	161
ANEXOS.....	172

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar, a partir das interfaces entre gênero e agricultura familiar, como o acesso a uma política pública específica, no caso o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), influencia (ou não) no empoderamento das agricultoras participantes. Com esse objetivo principal tomamos como referência empírica, a Associação Força Feminina, organização coletiva das mulheres do Assentamento Santa Apolônia, Novo Horizonte e São Bento, localizados no Município de Mirante do Paranapanema – SP.

Destacamos o recorte de gênero para uma mais complexa compreensão do universo rural, pois como um termo que denota a construção social da identidade sexual, que designa às pessoas diferentes posições sociais, direitos e oportunidades, de acordo com seu sexo e que, portanto, precisa ser entendido a partir de uma perspectiva relacional, ou seja, através do modo como homens e mulheres se relacionam nas diversas esferas e níveis do social. Ao estabelecer uma relação com a categoria geográfica de território, pois existe a necessidade dos agricultores familiares e assentados estarem inseridos em alguma forma de organização coletiva para ter acesso ao PAA, sendo assim, a associação pode ou não estabelecer uma relação de poder entre os líderes para com as associadas e associados. Nesse contexto, buscamos responder às seguintes questões: será que as agricultoras da Associação Força Feminina que acessam o PAA se tornaram mais empoderadas? É possível compreender as relações de poder estabelecidas pelos líderes da associação as suas associadas?

A decisão pessoal pelo tema dessa pesquisa se deu em virtude do interesse que se apresentou ainda como aluna especial de mestrado no ano de 2014, em um trabalho de campo para as cidades de Marília e Guarapuava – PR e Arabutã – SC, realizado na disciplina intitulada Tópico Especial – “Globalização, Agricultura e Desenvolvimento Regional”, ministrada pelos Professores Antonio Nivaldo Hespanhol (UNESP/FCT) e Fransualdo Azevedo (UFRN). Em visita a alguns cooperados e cooperadas da Cooperarabutã, uma cooperativa de pequenos produtores familiares do município de Arabutã – SC, observei que, apesar de todo trabalho realizado pelas mulheres agricultores, cabiam aos homens o lugar de fala, o acesso aos créditos rurais, além do que

nenhuma delas acessavam créditos destinados as mulheres, como o Pronaf – Mulher. Neste mesmo período, trabalhava como bolsista em uma parceria Unesp/FCT e Rede SANS sob a orientação da Professora Doutora Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, no qual o objetivo principal era de coletar e sistematizar dados sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), através dos *sites* da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, em coleta de dados do PAA no *site* da Conab, me interessei pela Associação Força Feminina do município de Mirante do Paranapanema, pois ela se destacava em relação ao número de projetos aprovados, sendo um dos maiores orçamentos do PAA no município. A ideia inicial da pesquisa era de pesquisar a Associação e o Pronaf – Mulher, contudo, se verificou que nenhuma das associadas acessavam essa linha de crédito, deste modo adaptamos a pesquisa para a análise do PAA e como o acesso a este programa pode gerar o empoderamento das suas associadas.

Nesta pesquisa, esta apreensão se fez relevante, pois a economia rural sempre esteve, de algum modo, marcada pela divisão sexual do trabalho: os homens associados às atividades que geram renda e as mulheres às atividades de autoconsumo familiar. A agricultura familiar se caracteriza por ser uma forma de produção em que a unidade de trabalho se confunde com a organização da família, sendo ambas regidas, em geral, por uma divisão sexual e geracional do trabalho, em que as tarefas e os papéis sociais entre homens e mulheres, adultos, jovens e idosos são relativamente distintos e marcados por hierarquias.

Na agricultura familiar é frequente que, além do trabalho na casa, as mulheres participem dos afazeres na agricultura e se responsabilizem por atividades agrícolas como aquelas realizadas nas hortas e nos pequenos roçados para consumo familiar, no beneficiamento de alimentos e cuidado com os pequenos animais, principalmente aqueles destinados ao consumo direto da família. Em outras palavras, em regime de economia familiar, o trabalho agrícola para a mulher é uma extensão das suas tarefas domésticas e, portanto, não é considerado como “trabalho”, mas apenas como “ajuda”. Na agricultura familiar existe, portanto, uma articulação necessária entre as atividades produtivas e as atividades reprodutivas. A reprodução social depende do trabalho coletivo de

toda a família, estabelecendo uma relação que envolve elementos como a terra, os meios de produção e a esfera familiar, constituída pela relação que se estabelece entre seus membros e o trabalho.

As mulheres trabalhadoras rurais ainda não são suficientemente reconhecidas pelo Estado e pela sociedade, nem mesmo pelos seus co-residentes, como agricultoras familiares e assentadas da reforma agrária. Historicamente, os gestores públicos e as famílias reproduzem preconceitos e reforçam os vínculos das mulheres trabalhadoras rurais com o espaço privado. Mulheres agricultoras vêm construindo movimentos de ações e lutas por políticas públicas e o fim das desigualdades de gênero e sociais.

Uma dessas políticas públicas que ganhou relevância recentemente foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído pela Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003 como uma das estratégias políticas do Fome Zero¹. Através deste programa, podem ser adquiridos alimentos diretamente de agricultores familiares, com dispensa de licitação, para serem doados para instituições sociais e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, ou serem destinados à formação de estoques públicos. Os objetivos do PAA são incentivar a produção de alimentos na agricultura familiar e contribuir para o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade pelas populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como colaborar na formação de estoques. (BRASIL, 2005). Esse programa incentiva também a organização coletiva dos agricultores e agricultoras, outra dimensão importante nas lutas das mulheres.

Assim, nos fins da década de 1980 e início dos anos 1990, o associativismo começa a adquirir relevância em termos da organização coletiva rural, e as associações, embora sejam similares ao cooperativismo, diferem em vários aspectos formais, institucionais e legais.²

¹ Programa criado no governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, o Fome Zero tem como objetivo fornecer quantidade, qualidade e regularidade de alimentos a todas as pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos e que fazem parte do CADÚnico. (BRASIL, 2010). Para entender o seu fim, conferir: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v24n58/0104-4478-rsocp-24-58-0013.pdf>.

² O associativismo e o cooperativismo, embora guardem semelhanças, são termos que explicam organizações sociais diferentes. O associativismo visa à adoção de formas de agir em conjunto, estimulando a confiança, a ajuda mútua, o fortalecimento e o empoderamento das pessoas. O cooperativismo é utilizado quando um grupo de pessoas se une e forma uma cooperativa, que é uma empresa de sociedade coletiva. A diferença essencial está na natureza dos dois processos. (BALEM, 2016). Enquanto as associações são organizações que tem por finalidade a promoção

Deste modo, ao estabelecer uma relação entre gênero e política pública, neste caso o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e como essa relação se estabelece na Associação Força Feminina do município de Mirante do Paranapanema – SP, queremos identificar a possibilidade da participação das mulheres rurais se empoderarem quando o seu trabalho passa ser reconhecido e se constituir como gerador de renda para a unidade familiar.

Um dos elementos fundamentais das relações de gênero é a maneira como se concretizam as relações de poder numa determinada formação social. A utilização da categoria gênero pretende, assim, explicar as relações de poder, revelando condições extremamente desiguais de seu exercício, já que as mulheres vêm ocupando posições subalternas e secundárias em relação aos homens. Sendo assim, procuramos compreender com esse trabalho o quanto à participação das mulheres no PAA contribuiu para aumentar a valorização pessoal e profissional destas mulheres.

A partir do exposto, justifica-se a necessidade de uma compreensão mais detida do PAA, descrito em detalhes adiante. A intenção da pesquisa é a de que o acompanhamento dos desdobramentos da implantação dessa política pode oferecer elementos para contribuir com a análise qualitativa de políticas públicas, além de ajudar a entender as relações entre gênero e agricultura familiar.

Destaca-se que nessa associação – Associação Força Feminina - participam agricultoras dos Assentamentos Santa Apolônia, Novo Horizonte e São Bento do Município de Mirante do Paranapanema – SP. Para tanto, utilizou-se o recorte temporal de 2010 a 2016, para o desenvolvimento da pesquisa.

São objetivos específicos desta pesquisa:

de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantrópicas; as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica. Seu principal objetivo é o de viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado (CREFITO8, 2015). Sobre Cooperativismo, ver em SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social no desenvolvimento periférico dependente: O caso brasileiro, In: M. R. Loureiro. São Paulo, Cortez/Autores Associados, p. 11-40, 1981 e sobre o associativismo, ver em OLIVEIRA, A. R. O associativismo na região do Pontal do Paranapanema – SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural. Tese (doutorado) Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2010.

- A). Identificar a relação entre gênero, empoderamento e território, além de compreender a estrutura do Programa de Aquisição de Alimentos;
- B). Analisar a evolução do PAA no Brasil no período compreendido entre 2003 e 2016 e a participação das associações de mulheres do Estado de São Paulo no período entre 2010 e 2016;
- C). Caracterizar os aspectos socioeconômicos do município em que a Associação se localiza, com o intuito de entender o entorno para que possamos chegar a uma compreensão total da realidade estudada;
- D). Compreender as principais dificuldades, assim como os aspectos positivos e as melhorias ocorridas na vida das mulheres em relação ao acesso ao PAA;
- E). Verificar se há uma mudança na postura das agricultoras após a inserção no PAA diante de questões que relacionam diferenças entre homens e mulheres e a importância do acesso ao PAA na vida das produtoras rurais da Associação Força Feminina de Mirante do Paranapanema;

Para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, a dissertação foi estruturada em quatro capítulos, além desta introdução, das considerações finais, referências e apêndices.

No capítulo 2, iniciamos com os procedimentos metodológicos, no qual é apresentado o objeto de estudo, ou seja, as mulheres da Associação Força Feminina do município de Mirante do Paranapanema. Neste capítulo determino o método a ser utilizado, sendo este o estudo de caso.

No capítulo 3, desenvolvemos os elementos norteadores deste trabalho, gênero, território e empoderamento, para tanto foi realizado o levantamento bibliográfico da categoria gênero e território, como estes são desenvolvidos na ciência geográfica e, por fim, busco estabelecer uma relação com o empoderamento feminino e as relações de poder.

O capítulo 4 visa relacionar o nosso objeto de estudo com a política pública analisada, o Programa de Aquisição de Alimentos. Optamos por exibir a realidade na qual a Associação Força Feminina está inserida, para tal, decidimos revelar a disparidade de Associações existentes no estado de São Paulo que são destinadas a organização de mulheres rurais, além de incluir a Marcha das Margaridas como uma ação coletiva de luta pelos direitos das mulheres rurais.

No capítulo 5 compreenderemos o município de Mirante do Paranapanema no contexto do Pontal do Paranapanema. Procedemos à realização de uma contextualização histórica sobre o Pontal do Paranapanema, o município de Mirante do Paranapanema e a Associação Força Feminina. Esta reflexão é necessária, pois assim, será possível entender a Associação e o quanto esta exerce uma relação de poder dos seus líderes em relação às associadas e associados.

No capítulo 6, analisamos os dados e informações que foram coletados durante a realização das entrevistas e identificamos quem são as mulheres e homens que constroem a Associação Força Feminina. Analisamos se de fato existe uma divisão sexual do trabalho e indagamos se as mulheres ajudam os seus companheiros nas atividades do lote. É apresentado a relação entre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o aumento da valorização do trabalho das mulheres rurais e por fim estabelecemos a conexão se de fato, a Associação Força Feminina atua como um território de empoderamento para as associadas.

Por fim, cabe destacar que o texto escrito nunca é o texto que imaginamos, contudo, parafraseando Pablo Neruda, é importante compreender que começamos este trabalho com uma letra maiúscula e terminaremos com um ponto final, e no meio apresentaremos algumas ideias. Encerro, fazendo o convite a conhecer essas ideias, pois já dizia Guimarães Rosa (1956), “digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1. Estudo de caso

Dentre os procedimentos admitidos na busca da construção do conhecimento para essa pesquisa, o estudo de caso passa ser o mais apropriado em virtude das características que serão apresentadas, já que o estudo de caso é estruturado pelo estudo exaustivo de um ou de poucos objetos.

Por meio do estudo do caso, o que se pretende é investigar as características importantes do objeto de estudo da pesquisa. (GOODE; HATT, 1976). Para Yin (2001), o estudo de caso permite a investigação das características significativas dos eventos da vida real - tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores. O estudo de caso contribui para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos.

Sendo assim, o estudo de caso pode ser utilizado para compreender melhor um caso particular e seus aspectos, no caso desta pesquisa a busca de conhecer a Associação Força Feminina do município de Mirante do Paranapanema, a sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos, compreendendo aspectos relacionados a essa organização feminina e ao empoderamento das mulheres.

2.2. A escolha do município

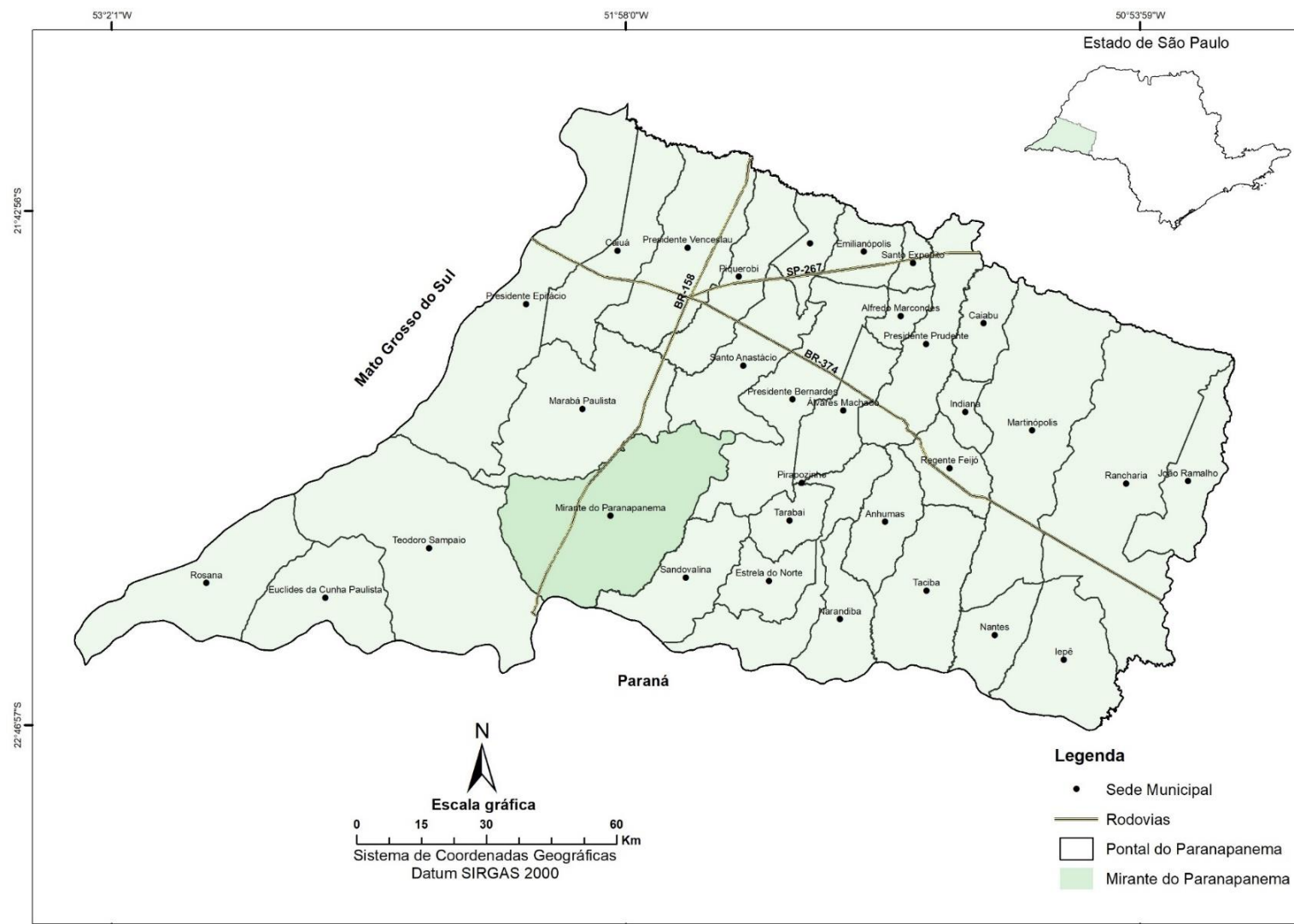
Quanto ao município foco da pesquisa, Mirante do Paranapanema está localizado (figura1) no extremo oeste do estado de São Paulo, sendo que sua sede se situa entre a latitude 22°17'31" S e longitude 51°54'23" O, estando a uma altitude de 448 metros.

O município de Mirante do Paranapanema contava, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, com uma população total de 17.059 habitantes, sendo 10.045 (58,8%) na área urbana e 7.014 (41,2%) na área rural. A área total

do município é de 1.239,079 km² e a densidade demográfica é de 13,77 hab./km² (BRASIL, 2010).

O território do município de Mirante do Paranapanema faz divisa com Presidente Bernardes, Marabá Paulista, Teodoro Sampaio, Sandovalina e Santo Anastácio.

Figura 1 - Mapa de localização do município de Mirante do Paranapanema - SP.



Fonte: Própria autora

Mirante do Paranapanema se destaca por conter em seu território o maior número de assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema, sendo esta uma região com 18.844,60 km², que compreende 32 municípios do estado de São Paulo³. Segundo o DATALUTA (2013), o município possui o número significativo de 31 assentamentos rurais, com um total de 1.698 famílias, destacando-se, dentre estes, os assentamentos São Bento, Che Guevara, Santa Carmem, Estrela D'Alva, Haroldina, Santa Cruz, Canãa, King Meat, Santana, Arco – Iris, Flor Roxa, Washington Luís, Santa Rosa I, Lua Nova, Santo Antonio I e Novo Horizonte. Os assentamentos rurais presentes no município são o resultado de inúmeras ocupações de terras, principalmente a partir da década de 1990.

2.3. A escolha da associação

A Associação Força Feminina do Município de Mirante do Paranapanema foi criada em 2010, com o objetivo de unir as mulheres do assentamento Santa Apolônia. A associação contava em 2018 com 60 associadas provenientes de vários assentamentos rurais, entre eles o Novo Horizonte, Santa Apolônia e São Bento.

A Associação participa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e, segundo entrevista realizada, visou, para o de 2016, a participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), contudo, a mesma não se efetivou, como constatado em entrevista realizada durante a pesquisa de campo.

Entre os anos de 2011 e 2016, a associação teve um, crescimento em termos de valores dos projetos aprovados no PAA (figura 2), especialmente na modalidade Doação Simultânea referente aos recursos provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

De acordo com a quadro1, podemos observar um crescimento nos valores arrecadados pela Associação, no qual apresentou um aumento de 2011 a 2013, sendo que em 2013 foi a associação que mais entregou produtos para o PAA no

³ Fazem parte do território do Pontal do Paranapanema, os seguintes municípios: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiuá, Caiabu, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio.

município de Mirante do Paranapanema. Nos anos de 2014 e 2016 a associação não teve projetos aprovados junto a CONAB.

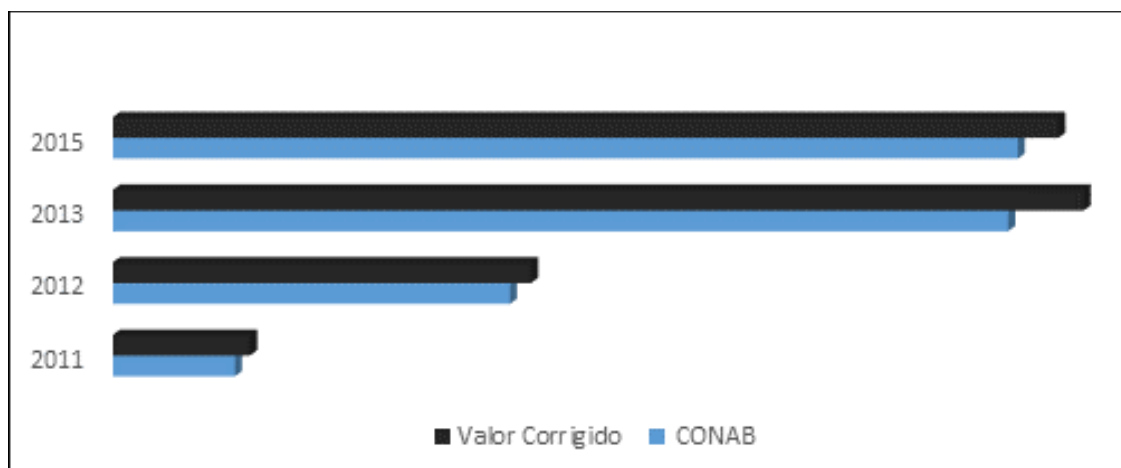
Quadro 1- Participação da Associação Força Feminina no PAA em termos de valores dos projetos aprovados (2011 a 2015) pela CONAB e valor corrigido pelo IGP-DI (FGV).

ANO	CONAB (em Reais)	VALOR CORRIGIDO (Em Reais)
2011	50.723,75	57.011,77
2012	164.970,00	173.758,89
2013	372.000,00	403.423,62
2015	376.000,00	392.827,20

Fonte: CONAB, 2017. **Organização:** Simone Rui.

Foi realizada a correção dos valores dos projetos aprovados pela CONAB, para termos noção da real dimensão dos valores em relação à inflação de cada ano.

Gráfico 1 - Participação da Associação Força Feminina no PAA em termos dos valores (em Reais) dos projetos aprovados (2011 a 2015).



Fonte: CONAB 2019. **Organização:** Simone Rui

As agricultoras da Associação Força Feminina cultivam inúmeros produtos, como verduras, frutas e legumes, mas o principal é a criação e a produção de frango caipira e peixe. Esta Associação é relevante, da perspectiva aqui proposta, para compreender os desdobramentos da relação entre gênero e

políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar e ao fortalecimento da autonomia econômica dessas mulheres.

2.4. As entrevistas

As pessoas entrevistadas foram definidas a partir dos objetivos iniciais da pesquisa. Dessa forma, foram utilizados três tipos de roteiro de entrevista pré-elaborados⁴, buscando – se compreender a dinâmica da Associação Força Feminina do município de Mirante do Paranapanema – SP.

No total, foram entrevistadas 17 pessoas (figura 3), sendo: o representante do ITESP no município de Mirante do Paranapanema, a Presidente e o Vice-Presidente da Associação Força Feminina, oito (8) assentadas da Associação Força Feminina e seus respectivos companheiros, no caso seis (6) foram encontrados no lote, pois uma das entrevistadas é divorciada e, no outro caso, a família de uma associada entrevistada não residia mais no lote quando voltamos para realizar a entrevista com o seu marido.

O primeiro contato se deu por meio de uma ligação telefônica ao escritório do ITESP de Mirante do Paranapanema para conseguir a intermediação de algum técnico junto à Presidente da Associação Força Feminina e adquirir algumas informações preliminares.

O contato com o ITESP foi feito por telefone e, posteriormente, via e-mail. Foi realizada uma entrevista com o analista de desenvolvimento agrário do órgão, na qual foi possível realizar uma conversa bem extensa sobre a realidade enfrentada pelos agricultores que acessam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além de informações sobre a Associação Força Feminina. Ao final da entrevista, ele se mostrou bastante colaborativo, disposto a nos guiar até a presidente da Associação, contudo, não foi o que aconteceu na realidade.

A realização de entrevistas com roteiros pré-elaborados, junto à Presidenta e ao Vice-Presidente da Associação Força Feminina foi um grande desafio, pois esta foi marcada e remarcada várias vezes, por muitos meses, atrasando o trabalho. A entrevista finalmente ocorreu no mês de outubro de 2017, no Assentamento Santa Apolônia, residência da presidenta e do vice-

⁴ Os roteiros de entrevistas estão no apêndice.

presidente, cabe aqui informar que eles são casados. Na entrevista, eles falaram muito sobre a implantação do abatedouro de frango caipira, porém, conversar sobre informações mais práticas da Associação e sobre o PAA foi complicado, pois não era o foco do interesse deles. O vice-presidente possui um longo histórico de luta pela terra no município. Ficou em 1992 em acampamento⁵, em 1994 foi para o acampamento emergencial e em 1996 foi para o lote definitivo. A presidente vive no lote desde 2002, pois vivia na cidade anteriormente. Ela é atualmente também agente de saúde e presta serviço nos assentamentos rurais.

Para a realização da entrevista com as assentadas associadas da Força Feminina dos Assentamentos Novo Horizonte, São Bento e Santa Apolônia, juntamente com a Presidente da Associação, foram selecionadas oito (8) mulheres que produziram e entregaram para o Programa de Aquisição de Alimentos em 2015, pois estas se adequaram melhor aos objetivos da pesquisa. Dentre estas, há tanto mulheres que participaram da criação da Associação, quanto aquelas que se associaram mais recentemente, pois conseguiríamos identificar diferentes visões sobre a Associação Força Feminina. Entrevistar ambas era importante para dar conta da heterogeneidade desse universo. As entrevistas foram realizadas entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018.

Visto que a Associação Força Feminina é mista, possuindo entre os seus associados a participação de homens, também foram entrevistados os companheiros/maridos das associadas selecionadas, as entrevistas ocorreram no dia 05 de julho de 2018. Sendo assim, chegamos a um total de 17 entrevistas, sendo que uma (01) com o Agente de Desenvolvimento Agrário do ITESP; duas (02) entrevistas com a presidente e com o vice-presidente da Associação que são casados; e catorze (14) entrevistas com associadas e associados, que são casados ou vivem juntos, como se verifica no quadro 2.

⁵ Sobre os acampamentos existentes no Pontal do Paranapanema existe uma vasta bibliografia, sendo que na busca de tentar contribuir com a análise de gênero, selecionei a tese de doutorado de Renata C. Carvalho, intitulada “Vamos acampar: a luta pela Terra e a busca pelo assentamento de novas relações de gênero no MST no Pontal do Paranapanema”, defendida no o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unicamp em 2005.

Quadro 2 - Perfil geral das Entrevistadas e dos Entrevistados.⁶

Nº	Data	Nome ⁷	Idade	Escolaridade	Profissão	Filhos	Nº	Marido	Idade	Escolaridade	Profissão	Data
1	27/06/2017	Narciso	41	Ensino Superior Completo	Agente de Desenvolvimento Agrário							
2	09/10/2017	Margarida	46	Ensino Médio Completo	Presidente da Associação/ Agente de Saúde/Agricultora	01	11	Florianio	60	Ensino Fundamental Incompleto	Vice-Presidente da Associação/Agricultor	09/10/2017
3	19/12/2017	Rosa	69	Analfabeta	Agricultora/Aposentada	05	12	José	70	Analfabeto	Agricultor/Aposentado	05/07/2018
4	19/12/2017	Deise	54	Ensino Médio Completo	Agricultora	03						
5	19/12/2017	Iolanda	50	Ensino Fundamental Incompleto	Agricultora	06						
6	22/01/2018	Angélica	57	Ensino Fundamental Incompleto	Agricultora/ Aposentada	04	13	Francisco	62	Ensino Fundamental Completo	Agricultor/ Aposentado	05/07/2018
7	22/01/2018	Melissa	49	Ensino Médio Completo	Agricultora	02	14	Acácio	55	Ensino Fundamental Completo	Agricultor	05/07/2018
8	22/01/2018	Virginia	53	Ensino Fundamental Incompleto	Agricultora	03	15	Manuel	54	Ensino Fundamental Incompleto	Agricultor	05/07/2018

⁶ Os espaços preenchidos em cinza correspondem a ausência de entrevistas.

⁷ Os nomes dos entrevistados são fictícios.

9	22/01/2018	Lilian	54	Ensino Fundamental Incompleto	Agricultora	02	16	Celestino	50	Ensino Médio Completo	Agricultor	05/07/2018
10	05/07/2018	Hortênsia	59	Ensino Fundamental Incompleto	Agricultora	02	17	Jacinto	54	Ensino Fundamental Incompleto	Agricultor	05/07/2018

Organização: Simone Rui.

As entrevistas foram realizadas com base nos roteiros de entrevistas, semiestruturados. Para Triviños (1987), a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam origem a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo entrevistador. O autor afirma que a entrevista semiestruturada,

[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Neste tipo de entrevista, o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. No momento em que ele achar oportuno, encaminha discussão para o assunto que o interessa, fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou visando recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele.

Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. Outra vantagem diz respeito à dificuldade que muitas pessoas têm de responder por escrito. Nesse modelo de entrevista isso não gera nenhum problema, pois pode se entrevistar pessoas que não sabem ler ou escrever. Além do mais, esses dois tipos de entrevista possibilitam a correção de enganos dos informantes, enganos que muitas vezes não poderão ser corrigidos no caso da utilização do questionário escrito.

Desse modo, este tipo de entrevista colabora muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua

pesquisa. Na semiestruturada, temos a possibilidade da utilização de recursos visuais, como cartões, fotografias, o que pode deixar o entrevistado mais à vontade e fazê-lo lembrar de fatos, o que não seria possível num questionário, por exemplo (SELLTIZ et al, 1987).

As técnicas de entrevista semiestruturada também têm como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas. Elas também são possibilitadoras de uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados. (SELLTIZ et al, 1987).

As entrevistas semiestruturadas foram ao encontro dos objetivos desta pesquisa, pois como pesquisadora, o meu maior interesse é ouvir os entrevistados de uma forma mais livre, mesmo utilizando o recurso de perguntas semiestruturadas que nortearam o nosso diálogo, pois acredito que dessa forma consegui captar mais informações úteis a essa pesquisa.

A análise dos resultados foi realizada com a sistematização dos dados e das informações obtidas, tendo em conta as reflexões teóricas realizadas a partir da revisão bibliográfica, dos dados procedentes de fontes secundárias e das entrevistas realizadas com roteiros pré-elaborados.

3.GÊNERO, EMPODERAMENTO E TERRITÓRIO: CONSTRUINDO RELAÇÕES E ESTABELECENDO PERSPECTIVAS TEÓRICAS

3.1.Teorias de gênero: do patriarcado à construção social

O movimento feminista no mundo surge entorno dos anos sessenta e setenta do século passado, junto com uma cultura contestatória, principalmente através dos grupos marginalizados, além da progressiva entrada das mulheres no mercado de trabalho, do aumento da escolaridade e da diminuição das taxas de fecundidade e no aumento da expectativa de vida das mulheres.

O feminismo "procurou articular modos de resistência ao questionamento de "verdades" estabelecidas que permeiam a produção e a reprodução das relações entre homens e mulheres, de forma hierárquica e desigual" (MEYER, 1996, p. 41). Sendo assim, as relações de gênero nos mostram que até então não existiam relações igualitárias nos espaços públicos e nos privados. Ao entender que sexo também é político, pois nele contem relações de poder, o feminismo rompe com os modelos tradicionais e aponta também para um caráter subjetivo da opressão.

Joan Scott, no artigo, *Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica*, afirma que "o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder, além de o gênero se tornar uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens". (SCOTT, 1990, p. 14). Partimos deste excerto para iniciar e destacar alguns pontos na busca de refletir sobre o quadro atual das teorias feministas e os desdobramentos do conceito de gênero de autoras relevantes nestas abordagens.

Neste momento, escolhemos investigar na leitura de grandes autoras feministas, sendo elas Joan Scott, Judith Butler e Heleieth Saffioti, pois são textos profundos em definições que vêm ao encontro do trabalho aqui apresentado, além de reforçar a importância dos estudos de gênero e, neste trabalho, reforçar a importância das mulheres e, mais especificamente, das mulheres agricultoras, pois estas vêm sendo há tempos marginalizadas, visto que o campo é um espaço dito masculino, onde o trabalho da mulher é considerado uma ajuda ao trabalho do homem. Dessa forma, as agricultoras são

postas em posição secundária muitas vezes pelos seus companheiros, pelo Estado e pelas instituições privadas.

No artigo citado de Joan Scott⁸, a autora contextualiza o termo gênero, cujo uso parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. O gênero também estava relacionado ao aspecto das definições normativas das feminilidades, que utilizavam o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional ao vocabulário analítico.

A princípio entendia-se gênero como um elemento constitutivo das relações sociais e se torna, assim, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É, portanto, uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. (SCOTT, 1990).

Para a autora, a definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Em suas palavras,

[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. (SCOOT, 1990, p.21).

Assim, se gênero é um conceito útil, rico e vasto, sua ambiguidade deveria ser entendida como uma ferramenta para maquiagem exatamente aquilo que interessa ao feminismo: o patriarcado, como um fato inegável para o qual não cabem as imensas críticas que surgiram (SAFFIOTI, 2004)

⁸Joan Wallach Scoot, historiadora Norte-americana, cujo trabalho, inicialmente dedicado à história francesa (movimento operário e história intelectual), foi direcionado na década de 1980 para a história das mulheres a partir da perspectiva de gênero. Entre suas publicações mais notáveis está o artigo aqui trabalhado, "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", publicado em 1986 no *American Historical Review*. Este artigo foi essencial na formação de um campo de história de gênero dentro dos estudos históricos anglo-americanos. Traduzido para o português, é referência teórica importante no estabelecimento dos estudos de gênero no Brasil.

Para Saffioti⁹ (2004), o gênero pode ser compreendido das mais diversas maneiras. A autora realiza a seguinte revisão bibliográfica sobre o tema:

Este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, mas também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instancias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instancia, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem – mulher, mas também relações homem – homem e relações mulher – mulher (SAFFIOTI, 1992, 1997; SAFFIOTI E ALMEIDA, 1995) etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero havendo um campo, ainda que limitado de consenso: **o gênero é a construção social do masculino e feminino**¹⁰. (SAFFIOTI, 2004, p. 44-45.).

Em relação à construção das análises de gênero, Machado (1997, p. 108) apresenta potencialidades do termo.

Em primeiro lugar, porque se está diante da afirmação compartilhada da ruptura radical entre a noção biológica de sexo

⁹ Heleieth Saffioti graduou-se em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) em 1960, quando começou suas primeiras pesquisas acadêmicas sobre a condição feminina no Brasil, tema que seria objeto de sua tese de livre-docência para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), intitulada “A mulher na sociedade de classe: mito e realidade”, sob a orientação do professor Florestan Fernandes, defendida por em 1967. Foi professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professora visitante na Faculdade de Serviço Social da UFRJ. Criou um Núcleo de Estudos de Gênero, Classe e Etnia na UFRJ, orientou teses na PUC-SP e se aposentou pela UNESP (campus de Araraquara), da qual era professora emérita.

¹⁰ Grifo meu, pois acredito ser de extrema importância enfatizar que gênero é uma construção social.

e a noção social de gênero. Em segundo lugar, porque se está diante da afirmação do privilegiamento metodológico das relações de gênero, sobre qualquer substancialidade das categorias de mulher e homem ou de feminino e masculino. E em terceiro lugar, porque se está também diante da afirmação da transversalidade de gênero, isto é, do entendimento de que a construção social de gênero perpassa as mais diferentes áreas do social.

Dessa forma, as teorias de gênero apresentadas trazem à tona a construção social do ser individual como algo determinante e não somente as suas características biológicas. De fato, algumas dessas teorias construíram a sua lógica sob analogias com a oposição masculino/feminino, outras reconheceram uma “questão feminina”.

A teoria do patriarcado concentra sua atenção na subordinação das mulheres em relação ao homem. Para Saffioti (1987), no livro *A dominação Masculina*, torna-se bem claro o processo de construção social da inferioridade e a construção social da superioridade.

Da mesma forma como não há ricos sem pobres, não há superiores sem inferior. Logo, a construção social da supremacia masculina exige a construção da subordinação feminina. Mulher dócil é a contrapartida do homem macho. Mulher frágil é a contraparte de macho forte. Mulher emotiva é a outra metade de homem racional. Mulher inferior é a outra face da moeda do macho superior. (SAFFIOTI, 1987, p.29).

Na contramão do pensamento da teoria do patriarcado, Judith Butler¹¹ (2003), anuncia que a urgência do feminismo no sentido de conferir um *status* universal ao patriarcado, motivou ocasionalmente um atalho na direção de uma universalidade categórica ou fictícia da estrutura de dominação, tida como responsável pela produção da experiência comum da subjugação das mulheres.

¹¹ Judith Butler é uma filósofa pós-estruturalista estadunidense, uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo, teoria *queer*, filosofia política e ética. Ela é professora do departamento de retórica e literatura comparada da Universidade da Califórnia em Berkeley (Maxine Elliot Professor).

Nesse sentido para Butler (2003, p.20), “a noção de um patriarcado universal tem sido amplamente criticada em anos recentes, por seu fracasso em explicar mecanismos de opressão de gênero nos contextos culturais concretos”.

Partindo desse pressuposto, a mesma determina que o gênero pode ser compreendido como um significado assumido por um corpo (já) diferenciado sexualmente; contudo, mesmo assim esse significado só existe em relação a outro significado oposto. Para Butler (2003, p. 25);

Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura.

Para Judith Butler (2003), a noção de sexo também é tão culturalmente construída quanto o de gênero, no qual o gênero não está para a cultura como o sexo está para a natureza. O sexo é também um meio discursivo e cultural, sendo este uma superfície politicamente neutra na qual age a cultura. Embora gênero represente uma categoria de análise de grande poder para explicar as desigualdades entre as pessoas, representa apenas parte da construção social complexa em que elas estão envolvidas (SAFFIOTTI, 1992), ou como aponta Butler (2003), a noção de gênero precisa ser reformulada, para abranger as relações de poder.

Posto isso, as mais variadas posições acerca dos estudos de gênero corroboram para uma maior compreensão deste tema tão amplo, o que nos confirma que o gênero possui um conjunto de atributos, que ora se estabelece na dicotomia homem x mulher, ora se realiza na individualidade do ser ao se estabelecer uma relação entre sexo e natureza, na qual imprime a sua identidade.

3.2. Relações de gênero na ciência geográfica: abordagens feministas

Partindo da afirmação de que a Geografia está em toda parte, as discussões sobre gênero, sexualidade e espacialidade podem ser um interessante caminho para que levantemos nossos olhos de nosso pequeno mundo, para este grande, rico e complexo mundo (ORNAT, 2008).

Para Silva (1998), a categoria de gênero passa a ser objeto da Geografia Humana ao mostrar que o elemento humano é essencial em toda a Geografia, portanto, que o homem é um fator geográfico, ao desenvolver um estudo sobre a distribuição dos homens na superfície terrestre. Silva (2003) ainda argumenta que a categoria de gênero na Geografia deve levar em consideração que é dinâmico, que constrói e é construído pelas experiências e vivências cotidianas. Para Ornat (2008), a Geografia com enfoque feminista nasce na segunda onda do movimento feminista, sendo este composto por três marcos:

Como dissertado por Narvaz e Koller (1996), este pode ser periodizado a partir de três ondas: a primeira onda representa o surgimento do movimento feminista, entre o final do séc. XIX e início do XX, nascendo como um movimento de luta das mulheres por igualdades de direitos civis. Este foi estruturado na Inglaterra, França, Estados Unidos e Espanha; a segunda onda ressurgiu nas décadas de 1960/70, em especial nos Estados Unidos e na França. E enquanto as feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade (feminismo de igualdade), as francesas postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade, principalmente, à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada (feminismo de diferença); a terceira onda, forjada anos 1980, introduz o paradigma da incerteza no campo do conhecimento, tendo por influência as proposições feitas por Michel Foucault e Jacques Derrida. É nesta terceira fase que se observa uma intensa justaposição entre movimento político e academia. (ORNAT, 2008, p. 314).

A categoria de gênero na Geografia deve levar em consideração que é uma temática bastante dinâmica, pois Silva (2009) cita, por exemplo, alguns aspectos de interesses dos pesquisadores, tais como: a organização da vida cotidiana em áreas rurais e urbanas; o mercado de trabalho segundo o gênero e a localização espacial das indústrias e dos serviços (creches, escolas, transportes, etc.); a utilização do espaço (público e/ou privado) segundo o gênero; o trabalho doméstico e o número crescente de mulheres que sustentam economicamente a família; a queda da taxa da fecundidade e os direitos reprodutivos. (SILVA, 2009).

Segundo Martínez (1995, p. 18), existe, em linhas gerais, três grandes áreas na Geografia em que é fundamental o enfoque de gênero. São elas:

1) as relações existentes entre gênero e conceitos chaves na Geografia como são o espaço, o lugar e a natureza;

- o espaço enquanto construção social e de gênero,
- o conceito de lugar e a importância que em sua definição introduzem as diferenças de gênero,
- a relação entre gênero e natureza (o ambiente em seu sentido amplo);

2) as diferenças territoriais nos papéis e relações de gênero;

3) o uso e experiência diferenciais do espaço entre homens e mulheres, em distintas escalas: desde a escala local (utilização do espaço cotidiano, por exemplo) até a global (movimentos migratórios transnacionais).

Contudo, ainda hoje, os geógrafos e geógrafas brasileiros são muito tímidos no que diz respeito a esta temática. No Brasil, são poucos os geógrafos que procuram analisar o espaço sob a perspectiva das relações de gênero. Citamos o trabalho de Rossini (1988) que estudou a presença da mulher na lavoura canavieira paulista em sua tese de Livre Docência. Em 1992, o Boletim de Geografia Teórica, de Rio Claro, São Paulo, publicou diversos trabalhos empíricos, de geógrafos e de outros cientistas sociais, que versaram sobre a temática Mulher e Trabalho. A Geografia brasileira, a exemplo da anglo-saxônica e espanhola, precisa estar atenta para esses novos movimentos sociais e lançar mão da categoria gênero como mais um instrumento de análise do social que,

consequentemente, produz diferentes espaços geográficos. (VELEDA da SILVA, 2000).

A partir do exposto, se fez necessário analisar o que se vem pesquisando sob o enfoque de gênero na geografia brasileira. Destacaremos as dissertações e teses defendidas no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – campus de Presidente Prudente. Decidi por focar nas pesquisas defendidas neste programa a partir dos anos 2000, pois as temáticas se aproximam da pesquisa que eu desenvolvi, no mais vale ressaltar a relevância deste programa de pós-graduação em nível nacional e internacional¹², e algumas revistas de relevância na geografia. Sendo assim, podemos catalogar os seguintes trabalhos visando à questão de gênero na perspectiva da geografia agrária, nos quais os trabalhos a seguir tinham como objetivos em comuns a análise da mulher do campo.

A primeira pesquisa que foi encontrada neste programa de pós-graduação foi a tese de doutorado de María Franco García, intitulada, “A luta pela terra sob enfoque de gênero: Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema”, e defendida em 2004. Esta pesquisa tem como problema a diferença existente na produção e reprodução de relações sociais de gênero nos lugares da Luta pela Terra, ou seja, os assentamentos e acampamentos rurais. Esta falta de sintonia espacial e de gênero tem repercussões políticas diretas. Se, de um lado, verificamos nos assentamentos com origem na luta do MST, a redução da esfera de participação da mulher trabalhadora na vida social e gestão territorial do seu entorno imediato, também observamos nos acampamentos, uma tomada de consciência da contradição social em termos de classe e de gênero, através da mobilização social e organizativa.

Garcia (2004), ao definir os lugares de lutas pela terra, os acampamentos e os assentamentos rurais, aponta que as construções das relações de poder são decisivas nestes espaços, no qual o gênero é uma dessas relações, ou seja, as diferenças entre homens e mulheres são tanto socialmente, historicamente e geograficamente construídas. Portanto, o objetivo da tese é apreender como a divisão sexual do trabalho participa da construção do espaço,

¹² Avaliado pela CAPES com nota 7 nos triênios 2007-2009, 2010-2012 e no quadriênio 2013-2016, constitui-se em um dos melhores Programas de Pós-Graduação da UNESP e do Brasil, sendo aprovado no Programa de Excelência da CAPES a partir de 2008.

ou seja, compreender a dimensão espacial do processo de divisão sexual nos acampamentos e assentamentos rurais. Fato que requer colocar em pauta as funções de gênero que se constroem em ambos os espaços.

Garcia (2004, p. 36) acrescenta que a geografia feminista e/ou geografia de gênero compartilha que homens e mulheres estão situados de modo diferente no mundo e a sua relação com os lugares onde desenvolvem as suas vidas (moram, trabalham e lutam) também é diferente. Tais diferenças são resultados do sistema de gênero contemporâneo, sistema de opressão-dominação que situa, na maior parte das vezes, à mulher em condições de submissão em diferentes espaços e tempos. A leitura desta tese contribuiu com esta dissertação, pois além da análise relacionada à categoria gênero, a autora concluiu que as organizações de trabalhadoras, onde se privilegiam as diferenças de gênero, supõem caminhos abertos por onde trilham as mudanças práticas e estratégicas contra a opressão e as suas faces, pois ao analisar o empoderamento das associadas da Força Feminina, já partimos do pressuposto das relações de opressão nas organizações que possuem diferenças de gênero.

Em 2005, foi também defendida a dissertação de mestrado de Renata Cristiane Valenciano, intitulada “A Participação da mulher na luta pela terra: discutindo relações de classe e gênero”. A pesquisa apresenta um estudo sobre duas formas distintas de organização de mulheres trabalhadoras sem-terra do Pontal do Paranapanema, ou seja, o Coletivo de Gênero e a Organização das Mulheres Assentadas do Pontal do Paranapanema (OMAUQUESP), no qual a autora procurou apreender o processo de luta pela terra e a mobilização política das trabalhadoras sem-terra tendo como perspectiva a “leitura” geográfica desse processo, onde o gênero é a categoria analítica e ferramenta metodológica basilar para compreendermos as manifestações e configurações das relações socioespaciais nos territórios de luta: acampamentos e assentamentos.

A dissertação em questão contribuiu nas análises que visam entender as relações de gênero no processo de luta pela terra e baseia-se no intuito de revelar os mecanismos que dão condições para o estabelecimento e perpetuação das relações de poder desiguais e que impossibilitam a construção de espaços igualitários de participação na luta. A autora também se utiliza da categoria geográfica de território na tentativa de explicar as políticas públicas, as relações de gênero e classe no campo, no qual é importante analisar o território

também pelo viés político, que, aliás, é uma das noções clássicas do conceito.

Para a autora, “um dos objetivos entendidos por meio do desenvolvimento territorial é diminuir a precariedade, a sujeição, as desigualdades; dentre elas, a mais comum e universal, segundo os autores, é a de gênero” (Valenciano, 2005, p.129). Uma das conclusões da autora desta dissertação é entender que para a transformação de uma realidade deve-se ter claro que homens e mulheres ocupam lugares e constroem realidades diferentes, mas não desiguais. É preciso apostar em ações que deem conta de sanar essas necessidades diferenciais. Trabalhar com o intuito de transformar e desenvolver os territórios significa incorporar essa abordagem e, portanto, de políticas e ações estratégicas.

Em 2015, a mestrandia Larissa Araújo Coutinho de Paula defendeu a dissertação intitulada “Contribuições e limitações das políticas públicas para o fortalecimento das agricultoras: o caso da Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT) em Euclides da Cunha Paulista (SP)”. O objetivo que norteou essa pesquisa foi avaliar como o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Pronaf-Mulher, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural e o Programa Bolsa Família estão sendo operacionalizados e quais resultados têm gerado na vida das integrantes da Organização de Mulheres do Assentamento Tucano, em Euclides da Cunha Paulista (SP). Este trabalho contribuiu ao fazer uma análise das políticas públicas e como estas podem interferir na vida das agricultoras. A autora aponta que, apesar das mulheres rurais terem alcançado muitas conquistas, ao longo de anos de luta e reivindicações, ainda há muito o que se fazer. As trajetórias de diversas agricultoras, sob a influência de diferentes culturas, contêm um fator comum que interliga todas elas: o machismo. Além do machismo, as mulheres rurais sofrem com outro agravante, o trabalho não remunerado, que é reconhecido apenas como ajuda, que é desvalorizado. A falta de independência financeira dessas mulheres, em muitos casos, lhes restringe o poder de decisão nas escolhas e planos da família. Em relação às políticas públicas e, em especial, ao Programa de Aquisição de Alimentos, sendo este foco de interesse desta pesquisa, foi observado que os resultados são os mais diversos, desde a relativa autonomia financeira que as mulheres participantes lograram, até o aumento da autoestima por conseguirem obter recursos do trabalho que executam, assim, as mulheres não se sentem apenas como meras

ajudantes, e têm uma liberdade maior para adquirir itens ou investir em projetos que nutrem para si. (COUTINHO, 2015).

Em relação aos artigos publicados em revistas científicas, foi feita uma revisão bibliográfica nos seguintes periódicos: CAMPO – TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária e Revista Latino-americana de Geografia e Gênero. Aqui cabe ressaltar a relevância para o estudo de gênero na ciência geográfica da Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, a qual tem a missão de publicar artigos científicos relacionados à área de geografia, gênero e sexualidades que contribuam com o desenvolvimento do conhecimento teórico e metodológico deste campo de saber. Além disso, visa estimular ao debate acadêmico daqueles que atuam na temática e ampliar as relações com profissionais da América Latina e outras regiões do mundo, através do alcance da mídia eletrônica. Sendo esta uma revista focada nesta temática, citaremos somente alguns artigos que se assemelham a esta pesquisa.

Os artigos de Souza Santos (2012) e o de Barros; Fiuza; Silveira; Pereira (2014), na revista Campo – Território, colaboram ao relacionar a categoria de gênero e o trabalho das mulheres rurais, sejam este por meio de organizações coletivas de mulheres, como Projeto de Assentamento 13 de Maio, localizado no município de Japaratuba – SE ou do trabalho sazonal na colheita do café realizado pelas mulheres do campo de São Miguel do Anta – MG. Na Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, artigos como os de Francisco (2011), Mesquita (2014) e Estival; Correa (2017) são trabalhos que trazem à tona a interface entre gênero e agricultura familiar, no qual serão apontadas as atividades produtivas e reprodutivas das mulheres que vivem e trabalham no campo. Nestes artigos somos novamente questionados sobre a invisibilidade do trabalho feminino na agricultura familiar.

Todos esses trabalhos corroboram para o aumento do debate dessa temática, trazendo luz a abordagem científica dos estudos de gênero na Geografia brasileira, pois segundo Silva (2003), a omissão científica da abordagem da mulher como sujeito social tem sido denunciada por geógrafas feministas através de seu esforço em incluir o gênero enquanto um objeto de estudo da geografia e, para muitas delas, o estudo da mulher foi uma decisão política e uma estratégia de tornar seu trabalho visível no corpo da pesquisa

geográfica. Entretanto, a abordagem de gênero na Geografia não pode ser entendida como uma geografia sobre as mulheres.

Todos os trabalhos apresentados foram de fundamental importância para a construção do desenvolvimento da dissertação, sem os quais não seria possível compreender que, por mais diferente que seja a realidade nas quais as mulheres agricultoras vivem, conseguimos conceber uma relação de luta e busca por valorização do trabalho que elas executam. No mais conseguimos perceber que mulheres que participam dos movimentos sociais ou de organizações coletivas, como associações, reconhecem a importância da sua força de trabalho para a manutenção das atividades reprodutivas e produtivas.

Rossini (1993), por sua vez, aponta que toda mudança carrega alterações que serão consideradas positivas ou negativas de acordo com a perspectiva que se vê. Comparando-se o trabalho da família no colonato, parceria, arrendamento e assalariamento, pesquisa realizada na macro área de Ribeirão Preto, no período de 1977 e 1986, a autora constatou que a mulher não perdeu sua autoridade, já que não a tinha, o que na realidade aumentou foram suas responsabilidades. Em geral, continuaram reservados a ela os mesmos trabalhos domésticos, como operária ela vai à luta para "complementar" os ganhos familiares.

A utilização da categoria gênero pretende, assim, explicar as relações de poder, revelando condições extremamente desiguais de seu exercício, já que as mulheres vêm ocupando posições subalternas e secundárias em relação aos homens. As relações entre poder e epistemologia são centrais nas discussões epistemológicas, pois o simples fato da percepção distinta entre homens e mulheres da organização espacial já tem criado distintas aproximações ou possibilidades de produção de conhecimento (NAST, 1994, apud ORNAT, 2008).

3.3. O território através das concepções culturalista e política; o poder simbólico e o poder do Estado

É preciso estabelecer uma correlação entre a categoria de gênero e o conceito geográfico de território, pois o território é sem sombra de dúvidas a primeira maneira de dar significado às relações de poder, ou seja, o território é um primeiro campo no seio do qual o poder se articula. Dessa forma, para

Haesbaert (2004, p.20 - 21), o território, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação.

Para Bourdieu (1989, p.14 e 15), o poder simbólico é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder, além de confirmar ou transformar a visão do mundo. Para Santos (2002, p.9),

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar.

De acordo com Haesbert e Limonad (1999), o território apresenta três concepções básicas:

- Cultural (ista): prioriza a dimensão simbólico-cultural mais subjetiva, a partir da qual o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço,
- Econômica (muitas vezes economicista): bem menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.
- Jurídico-política: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes, visto como o poder político do Estado.

Como foi identificado, existem diversas abordagens, mas destacaremos as vertentes culturalista e jurídico-política, pois estas destacam, primeiro, os aspectos ligados às identidades e representações e, a segunda, estabelece relações de poder principalmente através do Estado. Rogério Haesbaert aponta que é importante analisar o território também pelo viés político, que, aliás, é uma das noções clássicas do conceito. Essa escolha se faz necessária, sobretudo para a formulação de políticas públicas que tenham por objetivo desenvolver ou implementar ações direcionadas para comunidades específicas. (HAESBAERT, 1995). Para o autor, o território, além de ter um sentido político, possui também o seu sentido simbólico, no qual a dupla dimensão do território, cultural e política, pode estar relacionada. Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. (HAESBAERT, 2004, sem página)

Saquet (2003) diferencia o território do espaço geográfico a partir de três características principais: as relações de poder, as redes e as identidades; os três processos espaço-temporais que marcam determinadas parcelas do espaço, nas formas área-rede, rede-rede ou área-rede-lugar. Nessa perspectiva, o território significa articulações sociais, conflitos, cooperações, concorrências e coesões; é produto de tramas que envolvem as construções (formas espaciais), as instituições, as redes multiescalares, as relações sociais e a natureza exterior ao homem; é objetivo-material e subjetivo-imaterial ao mesmo tempo. (SAQUET, 2003).

Para Souza (2009), o que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil.

Ao comparar o território a um “campo de força”, Souza (2009, p.66) aponta que:

[...] o território é, obviamente, um aspecto, uma dimensão do espaço social, e ele depende, de várias maneiras, da dimensão material do espaço; mas ele é, em si mesmo, intangível, assim como também o poder é impalpável, como relação social que é. O poder é uma relação social (ou, antes, uma dimensão das

relações sociais), e o território é a expressão espacial disso. A existência do território é impossível e inconcebível sem o substrato espacial material, da mesma maneira que não se exerce o poder sem contato com e referência à materialidade em geral; ao mesmo tempo, porém, o território não é redutível ao substrato, não devendo ser com ele confundido. (SOUZA, 2009, p.66)

Segundo Raffestin, “o poder visa ao controle sobre os homens e sobre as coisas, este é multidimensional, por isso faz parte de todas as relações e toda relação é o ponto de surgimento do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 53). O poder é emanado pelo Estado, mas também pelos movimentos sociais. Assim, “o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência” (RAFFESTIN, 1993, p.59-60). Sendo assim, o território não pode ser classificado como algo físico ou inanimado, mas como uma área ou uma autoridade que exercem uma centralidade sobre as pessoas de um lugar. Sendo assim, o território é uma categoria analítica da geografia que teve primeiramente a contribuição de Ratzel, no qual pensava o território sem as contradições internas e com o poder emanado somente pelo Estado. Dimensões políticas, afetivas, uma vez que o território é demarcado pela apropriação do espaço e relações de poder que controlam essa apropriação. Para Corrêa (2002, p.251) “o território é revestido da dimensão política, afetiva ou ambas”.

Em Saquet (2007), o autor destaca que o território fundamenta-se no real, no qual o movimento está no interior do próprio território. O movimento é histórico e multiescalar, de contradições sociais; das forças econômicas, políticas e culturais. O território significa identidade, entendida como produto de interações recíprocas, de territorialidades, no âmbito das relações que acontecem entre a sociedade e a natureza. Dessa maneira, o autor reforça que,

O território significa (i)materialidade; não é apenas substrato (palco) ou formas espaciais, nem apenas relações sociais. As próprias relações sociais têm uma (i)materialidade; são objetivas e subjetivas ao mesmo tempo; são plurais e coexistentes, mudam e permanecem, na vida cotidiana. Há uma unidade

concreto-abstrata no e do território que precisa ser abstraída. (SAQUET, 2007, p.73).

Assim sendo, o território pode ser compreendido de diferentes maneiras, e há quem priorize uma das dimensões sociais, deste modo o uso do território e suas representações estabelecem relações entre dominantes e dominados. A partir do exposto, a tentativa deste trabalho, que é construir uma tríade entre gênero, território e poder busca dar visibilidade a um grupo social cuja característica de gênero implica, como veremos, diversas posições no território, desigualmente distribuídas, posto que marcadas por relações de poder.

3.4. Empoderamento feminino e os territórios de poder

O termo empoderamento vem sendo muito utilizado nos dias atuais, em especial pela comunidade feminista. O conceito de empoderamento (*empowerment*) surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nos anos 1970, através da bandeira do poder negro, como uma forma de autoavaliação da raça e conquista de uma cidadania plena. O termo começou muito rapidamente a ser usado também pelo movimento de mulheres.

O empoderamento consiste em quatro dimensões, cada uma igualmente importante, mas não suficiente por si própria para levar as mulheres para atuarem em seu próprio benefício. São elas a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de auto-estima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente). (STROMQUIST, 2002, apud SARDENBERG, 2009).

A origem do conceito é disputada tanto pelos movimentos feministas, como pelo movimento American Blacks, que nos anos 1960 movimentou o cenário político norte-americano exigindo o fim do preconceito e da discriminação que marcavam a vida dos negros nos EUA. Contudo, é na interseção com gênero que o conceito de empoderamento se desenvolve tanto em nível teórico quanto como instrumento de intervenção na

realidade. Nos anos 1970 e 1980, feministas e grupos de mulheres espalhadas pelo mundo desenvolveram um árduo trabalho de conceitualização e de implementação de estratégias de empoderamento, com o qual buscaram romper com as diferentes dinâmicas que condicionavam a existência e impediam a participação e a cidadania plena das mulheres. (ROMANO; ANTUNES, 2002, p.21)

Já no Brasil, Paulo Freire foi o primeiro a traduzir o termo, criado em 1977, pelo psicólogo norte-americano Julian Rappaport, que, transformou o verbo “*to empower*” (“dar poder”) no substantivo “*empowerment*”. Isso porque ele queria destacar que era preciso dar às minorias oprimidas meios para que elas adquirissem autonomia e se desenvolvessem.

Na página da ONU MULHERES¹³ encontramos uma definição mais detalhada de como o termo vem sendo percebido e utilizado para a promoção de políticas públicas:

O empoderamento das mulheres consiste em realçar a importância de que as mulheres adquiram o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-las nesse processo, de forma a lhes garantir a possibilidade de realizarem todo o seu potencial na sociedade, e a construírem suas vidas de acordo com suas próprias aspirações. O empoderamento inclui para as mulheres o direito à liberdade de consciência, religião e crença; sua total participação, em base de igualdade, em todos os campos sociais, incluindo a participação no processo decisório e o acesso ao poder; o reconhecimento explícito e a reafirmação do direito de todas as mulheres a acessarem e de controlarem todos os aspectos de sua saúde; o acesso das mulheres, em

¹³ A ONU Mulheres foi criada, em 2010, para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres e, especialmente pelo apoio a articulações e movimento de mulheres e feministas, entre elas mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais. A ONU Mulheres atua como secretariado da Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres (CSW), que se reúne, no mês de março, em Nova Iorque, há mais de 60 anos. Essa é uma das principais instâncias de negociação e de monitoramento de compromissos internacionais sobre direitos humanos das mulheres. Site: <http://www.onumulheres.org.br/>

condições de igualdade, aos recursos econômicos, incluindo terra, crédito, ciência e tecnologia, treinamento vocacional, informação, comunicação e mercados; a eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres e meninas; e o direito à educação e formação profissional e acesso às mesmas. Para fomentar o empoderamento das mulheres é essencial elaborar, implementar e monitorar a plena participação das mulheres em políticas e programas eficientes e eficazes de reforço mútuo com a perspectiva de gênero, inclusive políticas e programas de desenvolvimento em todos os níveis. (ONU MULHERES, 2015, p.15)

Numa perspectiva mais ampliada, Horochovski (2006), ressalta que a definição de empoderamento é,

[...] próxima da noção de autonomia, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas – política, econômica, cultural, psicológica, entre outras. Desse modo, trata-se de um atributo, mas também de um processo pelo qual se auferem poder e liberdades negativas e positivas. Pode-se, então, pensar o empoderamento como resultante de processos políticos no âmbito dos indivíduos e grupos. (HOROCHOVSKI, 2006, p.01).

Nesse sentido, pode-se pensar que o empoderamento das mulheres poderia representar um desafio às relações patriarcais, significar uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, na busca de lhes proporcionar garantias e autonomia. O processo de empoderamento da mulher pode trazer à tona, por conseguinte, uma nova concepção de poder, assumindo formas mais democráticas, construindo, assim, novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas.

Uma das contradições fundamentais do uso do termo ‘empoderamento’ se expressa no debate entre o

empoderamento individual e o coletivo. Para aqueles que o usam a partir da área do indivíduo, com ênfase nos processos cognitivos, o empoderamento se circunscreve ao sentido que os indivíduos se autoconferem. Tomo um sentido de domínio e controle individual, de controle pessoal. E ‘fazer as coisas por si mesmo’, e ‘ter êxito sem a ajuda dos outros’. Esta é uma visão individualista, que chega a assinalar como prioritários os sujeitos independentes e autônomos com um sentido de domínio próprio, e desconhece as relações entre as estruturas de poder e as práticas da vida cotidiana de indivíduos e grupos, além de desconectar as pessoas do amplo contexto sócio-político, histórico, do solidário, do que representa a cooperação e o que significa preocupar-se com o outro (LEÓN, 2001, p. 96 apud SIQUEIRA, 2014).

No livro *Microfísica do Poder*, Foucault (1979), de uma forma bastante abrangente, nos apresenta indagações acerca do poder, considerando-o como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir, pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. O poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política. O poder político teria, neste caso, encontrado na economia sua razão de ser histórica. Nesse sentido, para o autor, o poder não se dá, não se troca e nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação; o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas, acima de tudo, uma relação de força.

Partindo dessa relação entre poder e território, Saquet (2007), afirma que o território é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas. Dessa forma, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças

sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos. (BATLIWALA, 1994, p. 130 apud SIQUEIRA, 2014). Para León (2001), o processo de empoderamento deve estar atrelado ao gradual reconhecimento, por parte das mulheres, das estruturas de poder que estão presentes na vida dos indivíduos (na própria vida delas) e dos grupos (a que elas pertencem). (SIQUEIRA, 2014)

Já no livro *a História da sexualidade I*, Foucault (1988) aborda de uma forma bem densa o que determina por poder, ao se referir sobre esse tema o autor propõe dizendo que poder, não significa "o Poder", como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entende poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra. Enfim, não o entende como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. (FOUCAULT, 1988, p. 88).

Sendo assim, o autor introduz algumas proposições acerca do poder, sendo elas:

- que o poder não é algo que se adquira ou algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis;
- que as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais), mas lhes são imanentes; são os efeitos imediatos das partilhas, desigualdades e desequilíbrios que se produzem nas mesmas;
- que o poder vem de baixo; isto é, não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados. Deve-se, ao contrário, supor que as correlações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social;

- que as relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas, contudo, não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos;
- que onde há poder, há resistência e, por isso mesmo, esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. Elas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão.

O empoderamento é pensado como um meio e um fim para a transformação das relações de poder existentes e para superar o estado de pobreza. É propagado como um meio de construção de um futuro possível, palpável, capaz de recuperar as esperanças da população e de mobilizar suas energias para a luta por direitos no plano local, nacional e internacional. Mas, o empoderamento também pode ser compreendido como um fim, porque o poder está na essência da definição e da superação da pobreza. Por isso, é visto como necessitando ser constantemente renovado para garantir que a correlação de forças não volte a reproduzir as relações de dominação que caracterizam a pobreza. (ROMANO; ANTUNES, 2002).

O objetivo principal do empoderamento é a tomada de consciência e das próprias competências, não é somente construir uma sociedade de mulheres empoderadas, porém isoladas, mas contribuir para a construção de uma nova ordem socialmente justa e politicamente democrática. Sendo assim, ninguém contesta que o poder seja central na discussão sobre gênero. Para além de definir gênero como uma privilegiada instância de articulação das relações de poder, a noção de empoderamento vem buscando a participação e a integração por meio da igualdade e do fim da subordinação das mulheres.

4. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES AGRICULTORAS NO PAA E NOS MOVIMENTOS DE LUTAS POR IGUALDADES DE GÊNERO

4.1. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O acesso a políticas públicas pode contribuir para melhorar a vida das mulheres e permitir que haja uma valorização das suas contribuições para a sociedade, ajudando a superar valores e preconceitos ainda existentes, que impedem a sua plena realização como agricultoras. (SILIPRANDI; CINTRÃO 2011). A presença das mulheres no mundo público ainda não é majoritária na agricultura familiar, seja em termos de direitos sociais ou de políticas dirigidas a elas, como inclusive se expressa em documento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)¹⁴:

A inserção econômica das mulheres rurais é marcada pela pobreza e pela invisibilidade das suas atividades produtivas. Significativa parcela do seu tempo de trabalho é considerada trabalho doméstico, ou apenas uma ajuda ao trabalho do “chefe da família”, mesmo que esta seja decisiva para a manutenção do grupo familiar. O impacto dessa situação na obtenção de renda é muito grande. Uma pequena proporção de mulheres tem alguma renda, e nestes casos a renda é bem menor do que aquela obtida pelos homens. (BRASIL, 2005, p. 11-12)

Apesar de importantes transformações nas famílias, permanecem as relações desiguais de poder que se expressam no campo afetivo, econômico e político e cultural. Os avanços registrados nesse âmbito, é importante ressaltar, só foram possíveis pela mobilização e organização das mulheres trabalhadoras rurais (BRASIL, 2005). Sendo assim, elas estão se organizando e exigindo

¹⁴ O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto em 12 de maio de 2016 através da medida provisória nº 726, que alterou e revogou a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, transferindo na época suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Atualmente essa secretaria assumiu parte das atribuições que antes eram do MDA. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário que está vinculada à Casa Civil da Presidência da República (SEAD) do Brasil. Essa secretaria foi criada em 27 de maio de 2016 pelo decreto nº 8.780 e sua última estrutura regimental foi definida pelo decreto nº 8.786 de 14 de junho de 2016.

melhor qualidade de vida, oportunidades e condições de trabalho, principalmente por meio da luta por políticas públicas voltadas as mulheres na medida em que estão presentes culturas organizacionais que operam com base em valores tradicionais patriarcais que, muitas vezes, sequer são percebidos como tal.

Mulheres agricultoras vêm construindo movimentos de ações e lutas por políticas públicas e o fim das desigualdades de gênero e sociais. Embora historicamente as mulheres participem das lutas e movimentos sociais no campo, a história de movimentos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil é relativamente recente. As primeiras organizações específicas de mulheres rurais datam do início dos anos de 1980, estimuladas principalmente pela igreja católica, movimentos sindicais e partidos políticos, e tomaram maior força nas regiões Sul e Nordeste do país. (HERÉDIA; CINTRÃO, 2006).

Alguns grupos começaram com atividades de artesanato, processamento e comercialização. Para Siliprandi e Cintrão, a participação das mulheres nesse tipo de atividade pode ajudar a melhorar a renda e promover a autonomia econômica, bem como aumentar a autoestima (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

As mulheres também estão atualmente (2019) contempladas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), na linha PRONAF Mulher, que foi criado a partir da necessidade de crédito rural (custeio e investimento) pautada por demanda dos agricultores familiares brasileiros, no início da década de 1990. Naquele momento, o Governo Federal objetivava criar um programa que atendesse, de forma genérica, os pequenos agricultores rurais. Na prática, o crédito era acessado, empregado e distribuído segundo as necessidades e interesses dos homens, chefes das famílias, que estabelecem relação com o mundo público. (BRASIL, 2011). Segundo informações do Ministério do desenvolvimento agrário (2019),

Mais de 14 milhões de mulheres que estão no campo, nas lavouras, comunidades quilombolas e indígenas, nas reservas extrativistas são protagonistas da agricultura familiar no Brasil. 45% dos produtos são plantados e colhidos pelas mãos femininas. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, 12,68% dos estabelecimentos rurais têm mulheres como responsáveis, bem como 16% dos estabelecimentos da agricultura familiar. Mas,

as protagonistas do desenvolvimento rural ainda sofrem com o preconceito, com a desigualdade de gênero. (MDA, 2019).

Sendo assim, mesmo as mulheres agricultoras se constituindo como uma força importante para a agricultura familiar, elas ainda sofrem preconceitos pelo simples fato de serem mulheres. Contudo, é importante aqui compreender que a existência das mulheres rurais é bem diversa dependendo da realidade em que elas estão inseridas. A participação das mulheres

Já o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), direcionado para trabalhadoras rurais, tenciona levar em conta as especificidades sociais e culturais da agricultura familiar, possibilitando compreender que as políticas públicas são um instrumento importante que pode modificar a situação de vida dos seus beneficiários, na medida em que se constituem como uma intervenção governamental, que tem como objetivo principal alterar uma situação indesejável, trazer implicações e consequências mais justa entre os indivíduos. (ZORZI, 2008).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído pela Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003. Segundo essa legislação:

Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos, como uma das estratégias políticas do Fome Zero.

§ 1o Os recursos arrecadados com a venda de estoques estratégicos formados nos termos deste artigo serão destinados integralmente às ações de combate à fome e à promoção da segurança alimentar.

§ 2o O Programa de que trata o caput será destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, ficando

dispensada a licitação para essa aquisição desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais.

§ 3o O Poder Executivo constituirá Grupo Gestor, formado por representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão; e do Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, para a operacionalização do Programa de que trata o caput.

§ 4o A aquisição de produtos na forma do caput somente poderá ser feita nos limites das disponibilidades orçamentárias e financeiras. (CONAB, 2017)

Através deste programa, podem ser adquiridos alimentos diretamente de agricultores familiares, com dispensa de licitação, para serem doados para instituições sociais e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, ou serem destinados à formação de estoques públicos.

Para Becker; Sacco dos Anjos; Caldas (2011, p. 47)

O programa possui uma ampla atuação, agindo simultaneamente na tríade produção-comercialização-consumo. Desta forma, oferece algumas possibilidades no sentido de explorar as múltiplas dimensões da segurança alimentar, bem como a dinâmica que acompanha essa política pública.

Os objetivos do PAA são incentivar a produção de alimentos na agricultura familiar e contribuir para o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade pelas populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como colaborar na formação de estoques (BRASIL, 2005). O Programa funciona de maneira a adquirir alimentos produzidos pelos agricultores familiares a preços baseados na cotação do mercado regional e fornecê-los às entidades da rede socioassistencial. Em muitos municípios, os produtos são entregues nos bancos de alimentos e depois são redirecionados às entidades sociais e/ou pessoas físicas.

Para Maluf (2001), a criação do PAA tem como objetivo romper com o círculo vicioso da fome, provocado pela falta de políticas que criem novas oportunidades de emprego e renda, evidenciando assim uma forma integrada de se pensar tanto as políticas sociais como aquelas destinadas à agricultura, já que privilegia a agricultura familiar. Isso porque, viabilizar “a produção agroalimentar é, ao mesmo tempo, enfrentar a pobreza rural e um dos principais focos de insegurança alimentar” (MALUF, 2001, p. 166).

Podem participar do PAA homens e mulheres, em economia de base familiar, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombolas e agricultores assentados. Contudo, para participar do PAA é preciso estar enquadrado nos critérios do PRONAF, através da apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). A DAP foi criada para identificar os agricultores e agricultoras familiares que poderiam ter acesso aos créditos de investimento e custeio no âmbito do PRONAF. “A posse da DAP está sendo uma das principais limitações de acesso ao PAA. Se o assentado não a possui, não consegue se cadastrar nas associações e, conseqüentemente, não pode participar do Programa. ” (THOMAZ JUNIOR, 2012, p.39).

A origem dos recursos utilizados no programa variou ao longo do tempo. Entre os anos de 2003 e 2005, o PAA foi operacionalizado somente com recursos do MDS através do Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza, sendo desenvolvido pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar (SESAN) em parceria com governos municipais e estaduais, e com a CONAB. A partir do ano de 2006, o MDA, por intermédio da Secretaria da Agricultura Familiar, passou a compor o Conselho Gestor do programa com dotação orçamentária própria, disponibilizando recursos para a aquisição de produtos e a formação de estoques dos agricultores e de suas organizações (VIANA; VIEGAS, 2009). Através do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (atual Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD) ou do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA)¹⁵, os produtos fornecidos são pagos de acordo com os preços de referência estabelecidos regionalmente. Os

¹⁵ Ressaltamos que decidimos manter as siglas MDA e MDA, pois estas continuam sendo operacionalizadas no site da CONAB.

limites atuais disponíveis por família agricultora foram instituídos pelo Decreto 7.775, de 04 de julho de 2012, sendo de até R\$ 8 mil para Compra Direta, R\$ 8 mil para Formação de Estoque e Decreto 8.293, de 12 de agosto de 2014, sendo R\$ 8 mil para a Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea. (BRASIL, 2016).

A tabela 1 nos mostra de forma bastante detalhada todo o desenvolvimento do PAA desde o início até o ano de 2016, através dos dados referentes aos recursos destinados ao programa no Brasil. Fica claro que houve uma queda de 33 % em relação ao ano de 2012, porém conseguimos observar um aumento no ano de 2014, essas evoluções dos recursos ficam evidentes no gráfico 2. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, em 2012, no auge do PAA, o governo liberou R\$ 839 milhões para a compra de alimentos. Em 2016 foram R\$ 439 milhões e em 2017, R\$ 150 milhões, com uma redução de 66% entre 2016 e 2017. Já em relação aos valores aprovados em 2012, foi de R\$ 586 milhões e em 2016, o valor não chegou aos R\$ 200 milhões. Em termos de valores no período 2003-2016, a região Sul foi a que apresentou o maior valor total de recursos, ficando na frente da região Nordeste.

Tabela 1 - Evolução dos recursos aplicados no PAA de 2003 a 2016.

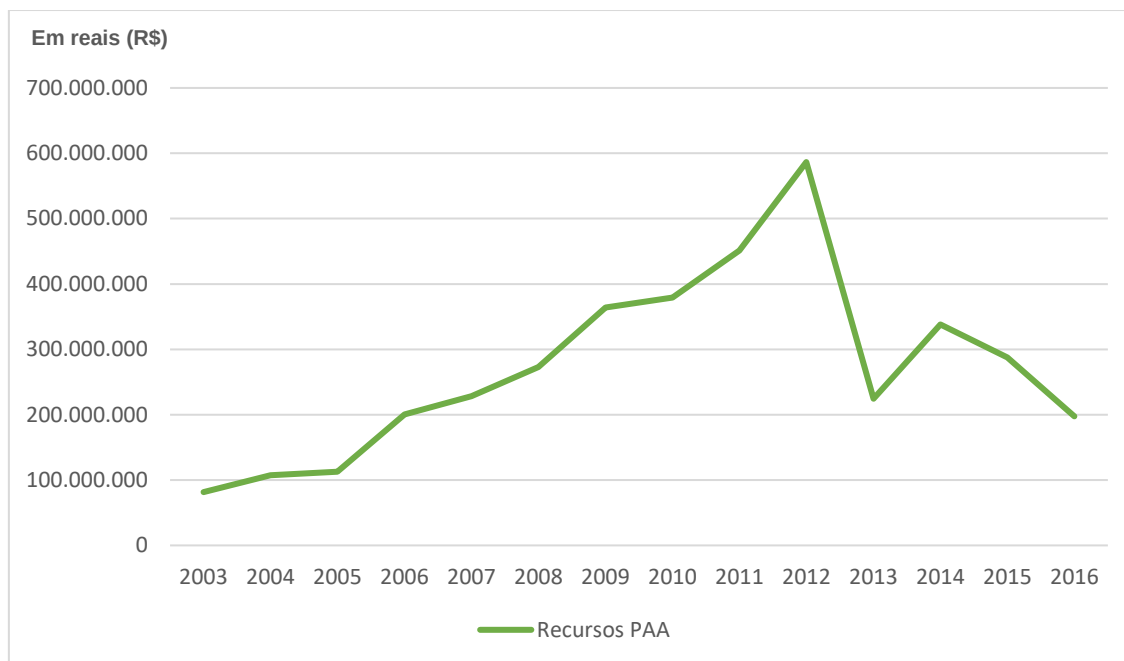
Ano	Valor (R\$)					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
2003	12.238.974	31.672.408	12.386.912	7.603.665	17.639.249	81.541.207
2004	3.386.094	42.307.978	28.391.528	8.903.396	24.196.831	107.185.826
2005	5.538.352	34.745.917	16.149.222	13.876.678	42.481.492	112.791.660
2006	10.045.899	54.857.717	17.812.507	32.440.707	85.510.564	200.667.394
2007	8.706.953	56.116.343	18.799.859	42.080.968	102.648.840	228.352.963
2008	9.893.516	80.838.353	15.679.112	73.486.284	93.032.175	272.929.439
2009	13.225.303	102.830.480	15.549.939	78.842.348	153.516.158	363.964.228
2010	21.400.943	121.858.906	28.348.787	79.151.714	128.975.115	379.735.466
2011	32.025.103	153.674.198	29.386.137	111.741.509	124.209.257	451.036.204
2012	43.282.942	154.904.344	36.045.217	131.776.716	220.557.912	586.567.131
2013	24.075.247	66.487.273	22.938.796	67.812.376	43.203.433	224.517.124
2014	31.155.531	79.992.989	37.860.917	128.709.065	60.286.440	338.004.942
2015	29.589.161	92.549.198	33.399.258	77.902.561	54.075.037	287.515.216
2016	17.187.827	88.470.743	27.873.958	41.313.390	22.730.799	197.576.718
TOTAL	261.751.844	1.161.306.846	340.622.150	895.641.376	1.173.063.303	3.832.385.520

Fonte: Conab, 2017.

A partir da tabela 1 geramos dois gráficos. No gráfico 2 visualizamos o crescimento e a redução nos recursos destinados ao PAA. Podemos perceber

que o programa desde a sua criação, em 2003, percorre um crescente, chegando ao seu ápice no ano de 2012, contudo, no ano seguinte, em 2013, o programa sofre duras quedas nos recursos aplicados. Dessa forma, visualizamos que o PAA, ainda está oscilando, nos quais vemos queda em 2013, crescimento em 2014 e nova redução em 2015.

Gráfico 2 - Evolução dos recursos do PAA – Brasil, no período de 2003 a 2016.



Fonte: Conab, 2017/ Organização: Simone Rui.

No gráfico 3, identificamos a aplicação dos recursos do PAA, destacando as cinco regiões brasileiras, segundo o IBGE. A região Nordeste, é a que mais recursos foram aplicados, seguidos pela região Sul. As regiões Centro – Oeste e Norte são as que menos apresentam aplicação de recursos do PAA.

Gráfico 3 - Valores totais destinados ao PAA por regiões brasileiras entre os anos de 2003 a 2016.



Fonte: Conab, 2017/ Organização: Simone Rui.

As modalidades de aquisição previstas pelo PAA incluem: 1) a Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF; 2) a Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - CPR-Doação; 3) a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR-Estoque; 4) o Apoio à Produção para o Consumo do Leite - PAA-Leite; e 5) a Compra Institucional (quadro 3). As três primeiras são operacionalizadas pela Conab e as demais são executadas pelos estados e municípios, por meio de termos de adesão estabelecidos com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Neste trabalho, serão tratados apenas das modalidades do PAA compra da agricultura familiar para doação simultânea.

Quadro 3 - Quadro de Modalidades, Formas de acesso, Limites dos Valores, Origem dos recursos e Ações do Programa de Aquisição de Alimentos.¹⁶

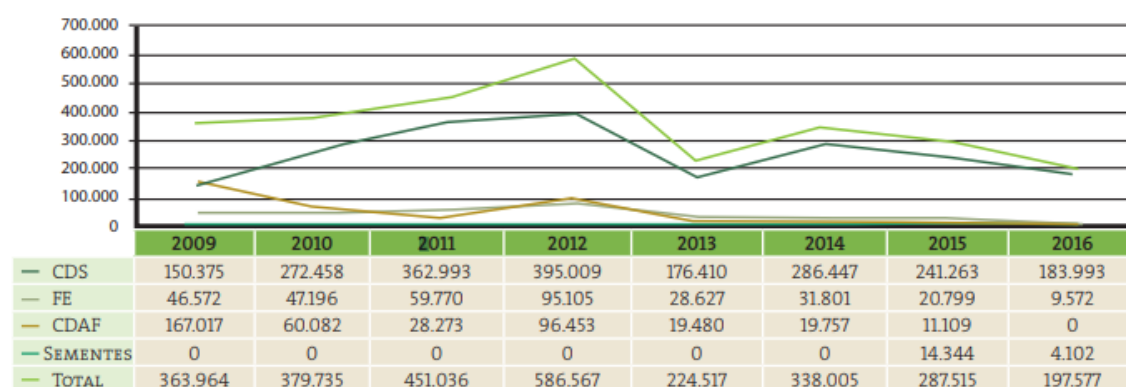
Modalidade	Forma de acesso	Limite	Origem do Recurso	Ação
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Individual	R\$ 4,5 mil	MDS	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4,8 mil		
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização.
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4 mil por semestre	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	-	Compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2018.

¹⁶ Neste quadro podemos constatar que não foi inserido os dados referentes ao PAA Sementes, pois quando foi pesquisada essa informação, em fevereiro de 2018, no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, essa informação não constava, portanto, decidimos por inserir o quadro mais recente disponibilizado pelos órgãos oficiais.

Na figura 2, podemos identificar todas as modalidades do PAA e as que são mais executadas. No último ano (2016), o PAA com Doação Simultânea é o que mais mobiliza recursos do PAA, seguida pela Formação de Estoque e Aquisição de Sementes e pode ser observado que em 2016 não houve nenhum recurso destinado à compra direta da agricultura familiar. Na Figura 2, conseguimos visualizar com mais clareza que, de forma geral, houve redução em termos de recursos em todas as modalidades, contudo, a modalidade Sementes, que no período de 2009 a 2014, não apresentava nenhum recurso destinado, em 2015 apresentou aumento, sendo que o valor destinado a essa modalidade foi de R\$ 14.344,00, porém, assim como as demais modalidades, no ano de 2016 apresentou queda nos valores.

Figura 2 - Gráfico e tabela da evolução das modalidades do PAA de 2009 a 2016 (valor em mil reais).



Fonte: Conab, 2017.

As modalidades Doação Simultânea, Compra Direta Local Estadual e Compra Direta Local Municipal se assemelham por envolver compras feitas diretamente de agricultores familiares com doação simultânea às pessoas em situação de insegurança alimentar. A diferença entre as três modalidades se dá principalmente na forma de operacionalização. Na Figura 2, podemos observar a movimentação dos recursos pelas diferentes modalidades, notadamente a CDS movimenta mais recursos, ainda que tenha apresentado queda nos últimos anos. No período de 2013 a 2016, sozinha a modalidade movimentou recursos na ordem de 1 bilhão de reais. Podemos observar que, até 2012, os recursos do programa avançavam ano após ano, porém em 2013, os recursos apresentaram queda de 33 % em relação à 2012. Essa redução na execução do programa é

apontada pela Conab por diferentes fatores. Entre eles, a companhia aponta a seca que ocorreu na região Nordeste, a redução da demanda da modalidade compra direta, além do cancelamento da modalidade Formação de Estoque com liquidação física, e também, a remodelação dos normativos (CONAB, 2014).

A modalidade Doação Simultânea é operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) através de contratos com organizações de agricultores, que elaboram os projetos e recebem os recursos, responsabilizando-se pela entrega dos produtos, pagamentos dos agricultores e prestação de contas. Já nas modalidades Compra Direta Local são realizados convênios entre o MDS e os governos estaduais ou municipais, que elaboram os projetos e se responsabilizam pelo cadastramento das famílias agricultoras e pela prestação de contas (CONAB, 2016). Os beneficiários intermediários do programa são entidades fornecedoras de refeições cadastradas nos Bancos de Alimentos para atender famílias ou indivíduos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende ainda a programas sociais de acesso à alimentação, como restaurantes populares e cozinhas comunitárias, alunos de escolas públicas, creches, abrigos, albergues e hospitais públicos.

Segundo Siliprandi e Cintrão (2011),

As modalidades do PAA de Compra Direta com Doação Simultânea, por permitirem a compra de uma gama diferenciada de produtos alimentares, vêm propiciando a criação de um mercado “institucional”, com preços justos, para os produtos tradicionalmente vinculados à esfera feminina, ao “autoconsumo”, à “subsistência” e ao “quintal”, cultivados em áreas próximas à casa, ou em áreas não aproveitadas para cultivos comerciais. (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011, p. 21)

Já a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR Estoque) tem como objetivo financiar estoque de produtos da safra vigente oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais. A estocagem é realizada nas próprias organizações dos produtores, fortalecendo sistemas e circuitos da agricultura familiar e os programas de garantia de preços no Brasil. A Formação

de Estoque foi criada em 2006 e a fonte de recursos, que inicialmente era exclusiva do MDA, passou a contar também com recursos do SEAD. É operacionalizada pela Conab por meio de repasse de recursos. É efetivada através de organizações econômicas da agricultura familiar, como as cooperativas, associações, agroindústrias familiares, entre outras. Os participantes devem enviar proposta em que define qual será o produto a ser estocado, o prazo para a formação do estoque, quais produtos serão adquiridos, seus respectivos preços e quais agricultores familiares serão beneficiados. Deve constar, ainda, como o produto será mantido como garantia. De igual forma à modalidade Compra Direta, na Formação de Estoques evidenciou-se o importante papel das organizações dos agricultores.

Este cenário revela importantes mudanças que convergem para novos papéis atribuídos à agricultura familiar no contexto nacional, vista agora como segmento estratégico para a produção de matérias primas e abastecimento alimentar das populações, bem como à própria dinâmica de desenvolvimento rural que se quer impulsionar no marco das políticas públicas (BECKER; SACCO DOS ANJOS; BEZERRA, 2011).

A principal ideia por trás do PAA é a promoção do desenvolvimento com inclusão social por meio do desenho de políticas diferenciadas e dirigidas para segmentos da agricultura familiar. O programa atende também mercados institucionais e grupos da sociedade em situação de insegurança alimentar e nutricional (BONNAL; KATO, 2011). De um modo geral, o PAA busca incentivar a agricultura familiar por meio de ações vinculadas à distribuição de alimentos de origem agropecuária aos grupos sociais em situação de insegurança alimentar, além de facilitar o processo de comercialização no âmbito local e promover a formação de estoques estratégicos de alimentos (MATTEI, 2007).

A implantação desta política pública pode ser vista como uma via de desenvolvimento rural, pois não contempla apenas o plano econômico, mas, sobretudo, a melhoria da qualidade de vida das populações rurais e o estabelecimento de novas relações com outros atores econômicos. O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA é referência internacional de uma política pública brasileira bem-sucedida, é possível verificar a importância que o Programa de Aquisição de Alimentos tem, não somente para os agricultores familiares que contam com mais um canal de escoamento da sua produção, mas

principalmente para as entidades e famílias, que passam a ter acesso a uma variedade de produtos alimentícios assegurada diariamente.

Cabe aqui destacar que em 2016, a então Presidenta Dilma Rousseff (PT) sofreu um *impeachment*, e em 12 de maio de 2016 o Vice-presidente Michel Temer (PMDB) assumiu a presidência do Brasil. O governo golpista de Michel Temer implantou um pacote de medidas arbitrárias atacando vários setores do governo, entre eles o Ministério do Desenvolvimento Agrário que passou a fazer parte do Ministério da Casa Civil, compondo a Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Através destas medidas, o PAA sofreu cortes orçamentários de grande escala, interferindo profundamente na agricultura familiar.

4.2. A Marcha das Margaridas e a construção de ações coletivas para luta dos direitos das mulheres rurais

No final dos anos de 1980, as mulheres rurais foram à luta pela sua afirmação como agricultoras, surgindo organizações e sindicatos para reivindicar os seus direitos econômicos e sociais. As reivindicações eram pautadas no reconhecimento da profissão de agricultora, nos direitos igualitários à terra na reforma agrária, previdência social e de se sindicalizar, bem como nas questões ligadas à saúde da mulher. Recentemente, passaram a reivindicar também ações mais específicas como o acesso ao crédito, às políticas de comercialização e assistência técnica, além da contribuição na melhoria da segurança alimentar e nutricional. (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

As Marchas das Margaridas, homenagem à líder sindical rural Margarida Maria Alves¹⁷ (assassinada em 1983), foram um marco porque permitiram

¹⁷ Margarida Maria Alves, a líder sindical que foi assassinada na porta da própria casa, na frente do marido e do filho, por um pistoleiro na sua cidade natal, Alagoa Grande, no Brejo Paraibano. Foi eleita a primeira mulher presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, tendo sido responsável por mais de 100 causas trabalhistas na justiça do trabalho local. Ocupou a presidência do sindicato por 12 anos, até o dia da sua morte. Usineiros de Alagoa Grande, que integravam o Grupo da Várzea, foram acusados de encomendarem a morte da sindicalista. Margarida Maria Alves proferiu um discurso histórico no ano em que foi morta. Durante as comemorações do Dia do Trabalho, a líder campestre declarou: “É melhor morrer na luta que morrer de fome”. Com o seu assassinato, no dia 12 de agosto de 1983, a história de Margarida Maria Alves ganhou mais força e notoriedade. A data da sua morte tornou-se o Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária. Seu nome batiza a maior mobilização de mulheres rurais da América Latina, a Marcha das Margaridas.

colocar diretamente em negociação com o governo federal as antigas, e também as novas, reivindicações dos movimentos de mulheres rurais. De acordo com Heredia e Cintrão (2006), provavelmente as mobilizações permitiram também levar discussões sobre os problemas de gênero para um número mais amplo de mulheres rurais, dado que a preparação para a Marcha nacional envolveu todo um processo de organização, no qual sindicatos e associações realizavam localmente reuniões e seminários para discutir os problemas e as reivindicações das trabalhadoras rurais, bem como incentivaram atos públicos e manifestações voltadas para reivindicações específicas nos estados e municípios.

A primeira Marcha das Margaridas foi organizada como parte do movimento internacional Marcha Mundial de Mulheres, sendo um movimento com o intuito de combater a fome, a pobreza, a violência sexista, originado no Canadá, em junho de 1995, quando ocorreu uma marcha de 850 mulheres que percorreram 200 quilômetros em Quebec. A Marcha das Margaridas é um movimento que visa construir um novo Brasil com igualdade de gênero, organizada pela Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) em conjunto com entidades parceiras, foi a maior mobilização nacional de mulheres já realizada na história do país. No que diz respeito a sua forma de se mobilizar, a repercussão política desta ação dentro e fora do país, ou seja, pelas dezenas de milhares de trabalhadoras rurais em todo o país organizadas em marcha.

A Marcha das Margaridas incorporou temas do cotidiano feminino no meio rural, denunciando os fatores políticos, sociais, culturais e econômicos que determinam as situações de fome, pobreza e violência em que vivem as mulheres, principalmente as trabalhadoras rurais. Em 1999, a Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR) construiu a ideia de uma grande mobilização de massas que incorporasse questões específicas das mulheres trabalhadoras rurais, num claro recorte de gênero e de classe. Segundo a ONG Transformatório das Margaridas, no documento - MARCHA DAS MARGARIDAS: importante momento na história do movimento sindical brasileiro, escrito e protagonizado por mulheres trabalhadoras rurais – de 2015, a estratégia de construção da pauta nacional da marcha, foi capaz de mobilizar dezenas de mulheres na base para discutir problemas vivenciados seu cotidiano. Os debates tinham por finalidade propiciar uma leitura crítica sobre a condição e

situação social das mulheres no meio rural, resgatando a sua autoestima, fortalecendo a sua identidade enquanto trabalhadora rural e valorizando seu papel político e econômico no espaço local. Esses momentos de análise e reflexão foram importantíssimos para reconhecer o papel das mulheres na construção e implementação de um projeto desenvolvimento que gere emprego e ocupações produtivas, distribua renda, assegure e amplie direitos trabalhistas, previdenciários e sociais. (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2015)

As três primeiras marchas, realizadas em 2000 (Figura 3), 2003 (Figura 4) e 2007 (Figura 5) focaram na plataforma política e na pauta de reivindicações da luta contra a fome, a pobreza e a violência sexista. A Marcha das Margaridas teve um forte caráter de denúncia do modelo de desenvolvimento rural do país e de como a política de Estado neoliberal impactava a vida das/os trabalhadoras/es rurais. Para isso, organizaram sua plataforma de luta através de um texto base que abordava as seguintes temáticas: 1. Valorização da participação da mulher na Reforma Agrária e na Agricultura Familiar; 2. Garantia e ampliação dos direitos trabalhistas e sociais; 3. Combate à violência e impunidade no campo e a todas as formas de discriminação social e de gênero. (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2015)

Figura 3 - Cartaz de divulgação da Marcha das Margaridas de 2000.



Fonte: Transformatório das Margaridas, 2019.

Figura 4 - Cartaz de divulgação da marcha das Margaridas de 2003.



Fonte: Transformatório das Margaridas, 2019.

Em 2007, a identidade “mulheres do campo e floresta” é introduzida na Marcha das Margaridas para ampliar e politizar o que antes era sintetizado na identidade de “mulheres trabalhadoras rurais”. Com isso, as mulheres extrativistas, das florestas, conquistaram a visibilidade e a Marcha das Margaridas passa a assumir ainda mais profundamente seu compromisso com as mulheres, reconhecendo e visibilizando as especificidades de agendas políticas e de trajetórias de luta por reconhecimento e inclusão social. Enquanto na Marcha de 2000 e de 2003 as propostas vinculavam-se à reivindicação de políticas públicas como crédito, assistência técnica, educação, combate à violência e outros, a pauta de 2007 apresentava novos conteúdos, dentre estes a agroecologia e o empoderamento das mulheres (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2015).

Figura 5 - Cartaz de divulgação da marcha das Margaridas de 2007.



Fonte: Transformatório das Margaridas, 2019.

Já em 2011 (Figura 6), como o lema “Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”, a marcha levou 100.000 mulheres às ruas de Brasília, e se configurou como a maior mobilização de trabalhadoras rurais já ocorrida no Brasil, qualificando a inserção política de suas participantes e promovendo a agenda feminista e sindical em espaços importantes de negociação de políticas públicas, e de diálogo com a sociedade (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2019).

Figura 6 - Cartaz de divulgação da Marcha das Margaridas de 2011.



Fonte: Transformatório das Margaridas, 2019.

Em 2015 (Figura 6), o lema da mobilização foi “Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade”, levou para as ruas de Brasília 70 mil mulheres. Uma conjuntura complexa, não apenas em nível nacional, mas também mundial, uma crise política no país e um momento de muitos desafios para os movimentos sociais. Cabe ressaltar que a cada edição da Marcha das margaridas há a entrega de um documento¹⁸ político para o governo federal, contendo sua plataforma política e pauta de reivindicações, que são objeto de apreciação e resposta por parte do governo, além de reuniões e negociações da pauta que fazem parte da agenda das Margaridas em Brasília.

¹⁸ É possível ler os documentos das Marchas das Margaridas no site da ONG Transformatório das Margaridas. <acessar: http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=243>

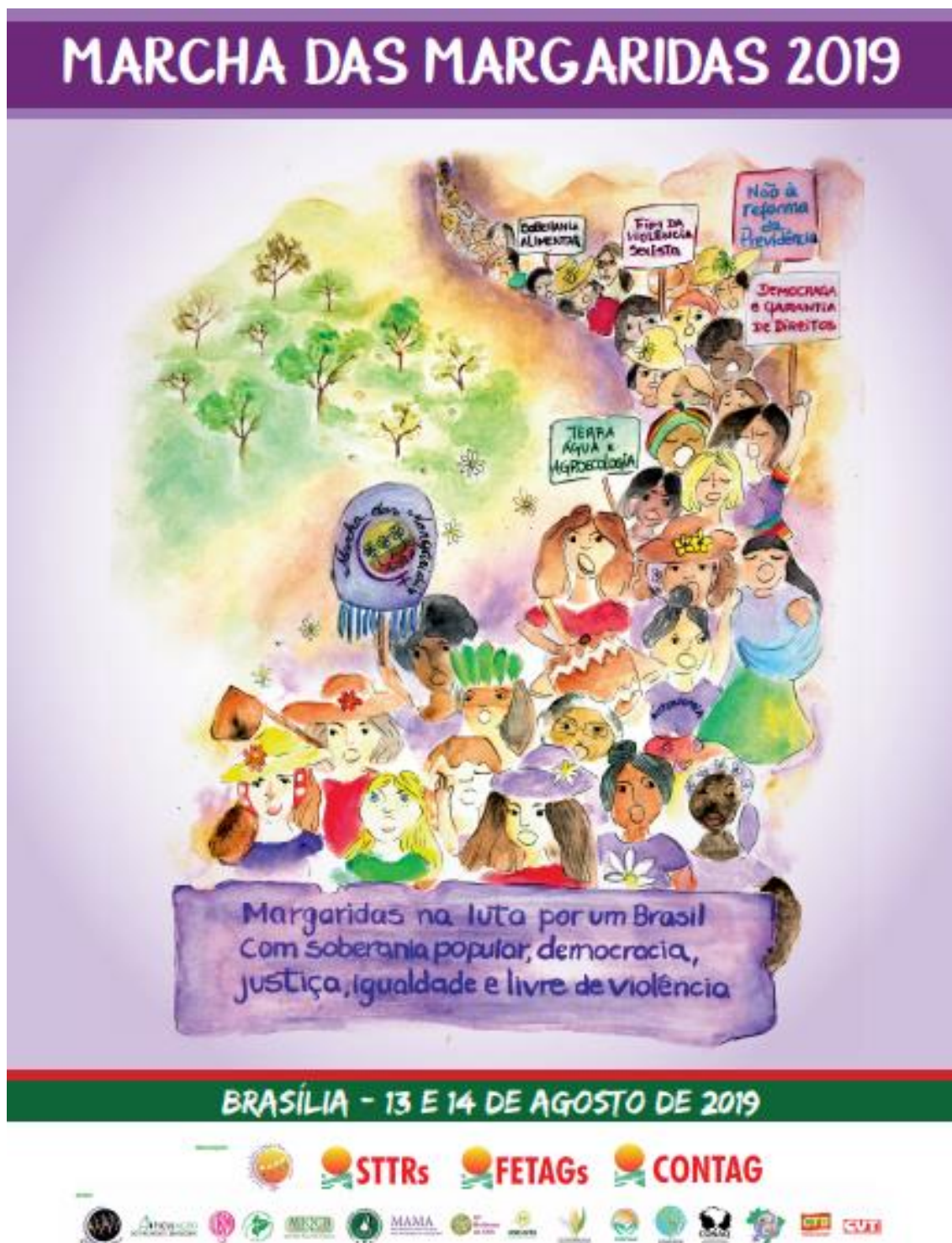
Figura 7 - Cartaz de divulgação da Marcha das Margaridas de 2015.



Fonte: Transformatório das Margaridas, 2019.

No ano de 2017 não ocorreu a marcha. Em comunicado disponibilizado no *site* da CONTAG, Maria José Morais Costa (Coordenadora Geral da Marcha das Margaridas), informou que “A história mostra que as Margaridas, as mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das águas não fogem à luta. No último período, estivemos nas comunidades, assentamentos, rios, roçados, florestas e periferias resistindo ao golpe de 2016 e seus desdobramentos, que atacaram a democracia, os direitos conquistados e a vida das mulheres brasileiras.” Sendo assim, a 6ª Marcha ocorrerá no ano de 2019. Segue abaixo o cartaz de divulgação da Marcha das Margaridas que ocorrerá em 2019 (Figura 7).

Figura 8 - Cartaz de divulgação da Marcha das Margaridas de 2019.



Fonte: CONTAG, 2019.

Para Gomes da Silva (2008), a Marcha das Margaridas é um movimento articulado e se configura como uma ação coletiva, inovadora e insurgente protagonizada por mulheres trabalhadoras rurais. Para constituir uma identidade

política, em torno de um projeto comum, as mulheres trabalhadoras rurais constroem uma pauta integrada e específica com propostas objetivas e subjetivas. As questões objetivas são voltadas para a melhoria das condições de vida no campo. As questões subjetivas são atribuídas às relações humanas manifestadas nos sentimentos, experiências e saberes apreendidos no cotidiano de vida daquelas mulheres.

De forma geral, segundo a ONG Transformatório das Margaridas (2019) são objetivos da Marcha das Margaridas:

- Fortalecer e ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais;
- Reafirmar o protagonismo e dar visibilidade à contribuição econômica, política e social das mulheres do campo, da floresta e das águas na construção de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente;
- Apresentar, através das proposições, uma crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico a partir de uma perspectiva feminista;
- Contribuir para a democratização das relações sociais no Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e nos demais espaços políticos, visando, assim, com a superação das desigualdades de gênero e étnico-raciais;
- Protestar contra as causas estruturantes da insegurança alimentar e nutricional que precisam ser enfrentados para a garantia do direito humano à alimentação adequada e da soberania alimentar;
- Denunciar e protestar contra todas as formas de violência, exploração e discriminação, e avançar na construção da igualdade para as mulheres;
- Atualizar e qualificar a pauta de negociações, propondo e negociando políticas para as mulheres do campo e da floresta e das águas, considerando as suas especificidades;
- Lutar pelo aperfeiçoamento e consolidação das políticas públicas voltadas às mulheres do campo, da floresta e das águas desde a esfera municipal, estadual e federal, contribuindo para que elas incidam no cotidiano das mulheres do campo, da floresta e das águas.

Em pesquisa realizada pelo IPEA, na Marcha das Margaridas de 2011, o dado que mais chamou a atenção foi a proporção expressiva de 26% das mulheres entrevistadas, com domicílio permanente ou intermitente no meio rural, que acrescentaram, entre os trabalhos identificados por elas como afazeres domésticos, ao menos uma atividade frequentemente vinculada à esfera da produção, como o cultivo de hortas e pomares, o trato e a criação de animais e a participação na produção agrícola. A questão convida a refletir, portanto, em que medida a associação dessas atividades a afazeres domésticos contribui para a invisibilização de uma parte significativa do trabalho feminino na unidade familiar. (IPEA, 2011, p.31). Vale ressaltar que as mulheres participantes da Marcha das Margaridas formam um público específico e, em todo caso, parece relevante destacar que este primeiro retrato já é bastante distinto daquele oferecido pelas estatísticas oficiais, no qual, por exemplo, apenas 42% das mulheres com domicílio rural são classificadas como economicamente ativas.

Em primeiro lugar, importa ressaltar que as reivindicações das mulheres do campo e da floresta não envolvem “apenas” um enfrentamento das desigualdades de gênero, mas também a necessária articulação dessas desigualdades com as desigualdades de classe. A organização das mulheres não se dá apenas em grupos estritamente femininos, ela ocorre em diversos espaços de convivência e militância, onde as desigualdades de gênero estão presentes, mas que também elas lutam contra essas desigualdades. Convém afirmar, ainda, que as mulheres rurais também participaram ativamente da construção de associações de produtores, cooperativas e experiências de produção e comercialização de produtos agrícolas, extrativistas, da pesca e artesanais, ajudando a construir as redes de economia solidária e de produção agroecológica hoje existentes no país (SILIPRANDI, 2009).

Sendo assim, ressaltamos através das ações coletivas da Marcha das Margaridas que podemos constatar que, ao se envolver em movimentos sociais, seja participando das marchas, ou de associações e/ou cooperativas, as mulheres agricultoras se sentem fortalecidas e começam a produzir seus processos de reação à submissão, passam a reconhecer que possuem força organizativa para mudar a realidade em que vivem, buscam meios para gerar sua própria renda, passando muitas vezes a participar de políticas públicas,

como é o caso do PAA, além de perceberem que possuem a capacidade de se empoderar, ao saber do valor da sua história, do seu trabalho.

4.3. A participação no PAA das mulheres agricultoras no Estado de São Paulo

O PAA, em suas distintas modalidades, colabora para a valorização do trabalho feminino, pois vem criando canais de comercialização para seus produtos, a um preço justo e com formas de operação que atendem às suas necessidades. (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011). Contudo, ainda existem desafios que precisam ser superados para que a autonomia econômica das mulheres ocorra de maneira mais efetiva. As limitações com as quais as trabalhadoras enfrentam no seu cotidiano expressam-se na esfera da atividade produtiva, afetando questões como o cadastramento de beneficiários das terras, acesso ao crédito e serviços de assistência técnica e capacitação (PEREIRA, 1996).

A resolução nº 44 do PAA, implementada a partir de agosto de 2011, determinou a participação de pelo menos 40% de mulheres no total de produtores para que os agricultores familiares pudessem participar das operações feitas nas modalidades de Compra da Agricultura Familiar e Compra Direta Local com Doação Simultânea. Essa resolução resultou no aumento da participação de agricultoras no programa. Ao unir forças, as agricultoras passaram a ter mais visibilidade para reivindicar e lutar pelos seus direitos. De fato, a relevância do PAA é real e é possível que esse programa tenha trazido benefícios para as agricultoras que o acessam, como se demonstrará no caso da associação pesquisada no município de Mirante do Paranapanema. Contudo, é visível que o programa está em verdadeiro declínio, tanto em termos de valores quanto em participações, o que cada vez mais dificulta o acesso das mulheres às políticas públicas.

Segundo informações obtidas pela CONAB (2018), a participação é mais expressiva na modalidade Compra com Doação Simultânea. Neste caso, a presença das mulheres como fornecedoras chega a 52%. "As ações de promoção da participação das produtoras rurais visam estabelecer relações de igualdade e de oportunidades no meio rural", ressalta o diretor de Política Agrícola e Informações da Companhia, João Marcelo Intini (CONAB, 2018). Em relação à participação das regiões brasileiras, o Nordeste continua sendo a que

apresenta maior percentual de participação feminina no programa, 60%; o Norte vem na segunda colocação, com 51%; seguido do Sudeste e Centro-Oeste, com 49% cada. A Região Sul apresenta o menor índice, com 41% de mulheres no Programa. (CONAB, 2015)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) se colocou ao longo do tempo como um instrumento de garantia de renda e sustentação dos preços aos agricultores familiares, fortalecendo o associativismo e o cooperativismo, além de promover a segurança alimentar e nutricional das populações através da formação de estoques estratégicos e de doações simultâneas e reforçando a comercialização local e regional dos produtos da agricultura familiar.

Para Siliprandi e Cintrão (2011), as modalidades do PAA de compra direta com doação simultânea, abre ainda uma importante perspectiva para venda de produtos processados, tradicionalmente utilizados no consumo da casa ou vendidos em pequenas quantidades e que permitem agregação de valor aos produtos da agricultura familiar camponesas, de agricultoras, mulheres indígenas, quilombolas e pescadoras.

A organização em grupos produtivos é uma das formas buscadas pelas mulheres rurais para fortalecer a sua capacidade produtiva e minimizar os problemas enfrentados na comercialização. Muitos grupos começam se propondo a potencializar atividades que normalmente as mulheres faziam em seu cotidiano, tais como artesanato, processamento e/ou comercialização de produtos oriundos dos quintais e arredores da casa. No entanto, à medida que esses grupos vão se consolidando, trazem para as mulheres novos desafios, entre eles os relacionados às atividades de comercialização. (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011, p. 13 - 14).

Uma outra consideração é que as trabalhadoras rurais que fazem parte de organizações ou movimentos sociais assumem e reconhecem seu triplo papel: produtivo, reprodutivo e militante. A construção de novas relações entre homens e mulheres remete ao esforço de mudança da ordem social como um todo (GARCIA; THOMAZ JUNIOR, 2002).

De acordo com Butto e Dantas (2011):

Dentro da unidade familiar, existem diferentes formas de acesso e controle sobre a terra e os demais recursos produtivos (incluindo aqueles decorrentes de políticas públicas) e as mulheres, embora trabalhem em praticamente todas as tarefas da propriedade, muitas vezes não participam da decisão sobre os usos dos recursos ou sobre as prioridades da família e não têm acesso à renda gerada por seu trabalho. Nas estatísticas oficiais, as mulheres agricultoras são maioria entre os “membros não remunerados” da família. Essa forma de organização da unidade produtiva leva a um comprometimento da autonomia pessoal e financeira das mulheres. (BUTTO; DANTAS, 2011, p.155)

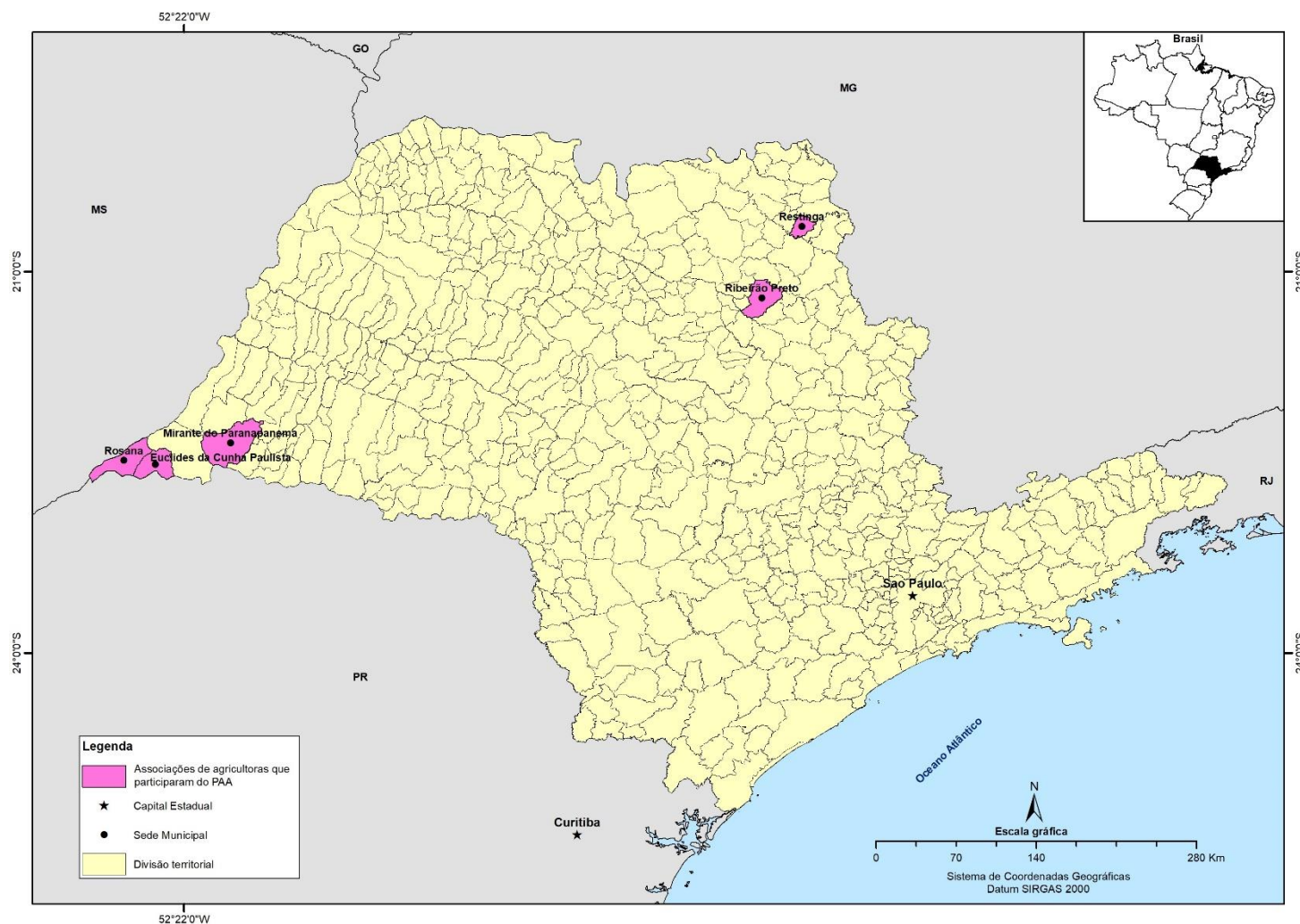
Ainda na atualidade, a divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, a pecuária, enfim tudo o que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, tudo o que é feito para uso e consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família, pelo nascimento e cuidado dos herdeiros) (NOBRE, 1998).

No entanto, nos últimos anos, essas mulheres vêm mostrando uma capacidade organizativa e política bem importante e começaram a ser titulares de empreendimentos, presidentes de cooperativas rurais, de associações e grupos de produtoras. Participam de feiras, vendem para o poder público, para os programas sociais e para a merenda escolar. E também começaram a aparecer politicamente, participando de marchas - como é o caso da Marcha das Margaridas - ou de ações diretas, protestos, fechamento de estradas, manifestações. Elas se organizam em diversos movimentos, apresentando reivindicações ao governo e à sociedade, e se articulam nacional e internacionalmente (SILIPRANDI, 2015).

Com a intenção de revelar a participação de organizações de mulheres no PAA, foi organizado uma figura e dois quadros com dados disponibilizados pela CONAB, por meio da transparência pública. Na figura 9 foi elaborado um mapa de localização de todos os municípios do Estado de São Paulo que tinham alguma sede de Associação, com ênfase na participação de mulheres rurais e que acessaram o PAA entre os anos de 2010 e 2016. As associações de

agricultoras que acessaram o PAA foram: Associação Força Feminina e Associação das Mulheres Assentadas da Região do Pontal do Paranapanema (Mirante do Paranapanema), a Associação de Mulheres Solidarias e Gênero do Assentamento 17 de Abril (Restinga), Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV de Novembro (Rosana), AMARP - Associação das Mulheres Assentadas de Ribeirão Preto (Ribeirão Preto) e OMAT - Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (Euclides da Cunha Paulista)

Figura 9 - Localização dos municípios em que se situam as Associações de Mulheres que acessaram o PAA (2010 a 2016).



Fonte. Própria autora.

No quadro 4 é possível observar o número de associações de mulheres agricultoras entre os anos de 2010 e 2016 que acessaram o PAA e o município em que elas estavam localizadas no estado de São Paulo.

Quadro 4 - Número de Associações de mulheres agricultoras participantes do PAA - Modalidade Doação Simultânea, no período 2010 -2016, no Estado de São Paulo (com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome).

ANO	Nº de associações	Municípios
2010	2	Euclides da Cunha Paulista, Restinga
2011	6	Euclides da Cunha Paulista, Mirante do Paranapanema, Restinga, Ribeirão Preto, Rosana
2012	7	Euclides da Cunha Paulista, Mirante do Paranapanema, Restinga, Ribeirão Preto, Rosana
2013	4	Mirante do Paranapanema, Restinga, Rosana
2014	5	Euclides da Cunha Paulista, Restinga, Ribeirão Preto, Rosana
2015	4	Euclides da Cunha Paulista, Mirante do Paranapanema, Restinga
2016	1	Restinga

Fonte: Conab, 2017/Organização: Simone Rui (2017).

No ano de 2010, acessaram o PAA somente duas (02) associações, sendo uma em Euclides da Cunha Paulista, a OMAT - Organização de Mulheres do Assentamento Tucano - e a Associação de Mulheres Solidarias e Gênero do Assentamento 17 de Abril, no município de Restinga. No ano de 2011, o número de associações que acessaram ao PAA aumentou para seis (06), estando elas localizadas em Euclides da Cunha Paulista (01), Mirante do Paranapanema (02),

Restinga (01), Ribeirão Preto (01) e Rosana (01). O que nos faz acreditar que este aumento tenha de fato ocorrido devido à resolução nº 44.

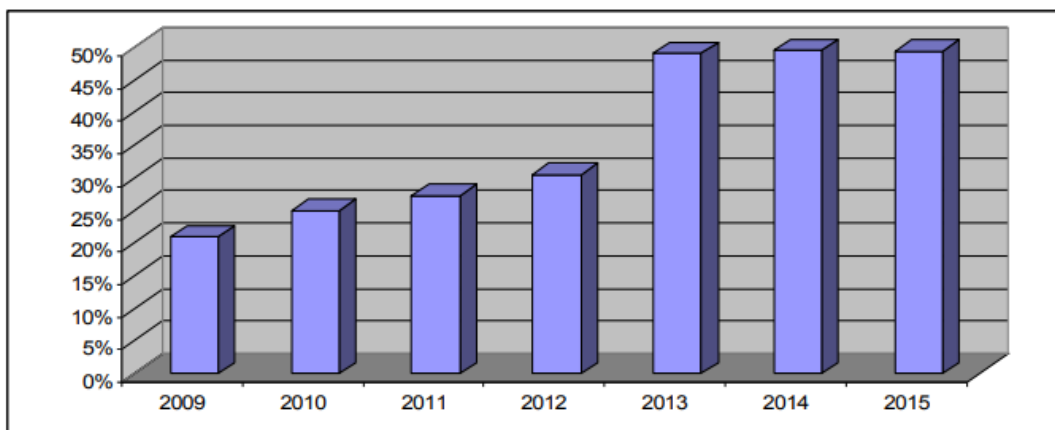
O ano de 2012 foi o ano em que o programa apresentou o maior número de associações de mulheres participando do programa, sendo sete (07) no total, localizadas em municípios tais como Euclides da Cunha Paulista (OMAT – Organização de Mulheres do Assentamento Tucano), Ribeirão Preto (AMARP - Associação das Mulheres Assentadas de Ribeirão Preto), Rosana (Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV de Novembro), com uma associação cada; e em Mirante do Paranapanema (Associação Força Feminina e Associação das Mulheres Assentadas da Região do Pontal do Paranapanema) e Restinga (Associação de Mulheres no Desenvolvimento Sustentável Rural e Urbano do Estado de São Paulo e Associação de Mulheres Solidarias e Gênero do Assentamento 17 de Abril - Fazenda Boa Sorte Associação), com duas associações cada.

No ano de 2013 participaram do PAA quatro (04) associações, sendo elas localizadas nos municípios de Mirante do Paranapanema (02), Restinga (01) e Rosana (01). No ano seguinte, 2014, houve um aumento na participação das associações, sendo seis (05) no total, localizadas nos municípios Euclides da Cunha Paulista (02), Restinga (01), Ribeirão Preto (01) e Rosana (01). No ano de 2015, a participação de associações de mulheres apresentou uma queda, apresentando quatro (04) associações, sendo elas localizadas em Euclides da Cunha Paulista (01), Mirante do Paranapanema (02) e Restinga (01). Por fim, no ano de 2016, a participação das associações de mulheres cai drasticamente, sendo que apenas uma (01) associação teve sua proposta do PAA Doação Simultânea aprovada no PAA, estando ela localizada no município de Restinga, ou seja, a Associação de Mulheres Solidarias e Gênero do Assentamento 17 de Abril - Fazenda Boa Sorte Associação. É importante ressaltar que para a agricultura familiar e para as mulheres agricultoras, a diminuição dos recursos do PAA é uma perda inestimável e que interfere drasticamente na vida dos produtores e produtoras, pois estes passam a não ter mais garantia de venda da sua produção.

Na figura 10, organizada a partir dos dados disponibilizados no relatório de Resultados e Ações da CONAB de 2015, podemos identificar um crescimento no que se refere à participação das mulheres no PAA no Brasil. A participação

feminina nas modalidades do PAA alcançou em 2015 uma porcentagem superior a 45%, consolidando a valorização de sua mão de obra, o aumento da renda e a garantia de sua inserção socioeconômica, diminuindo assim, a invisibilidade do papel da mulher no meio rural.

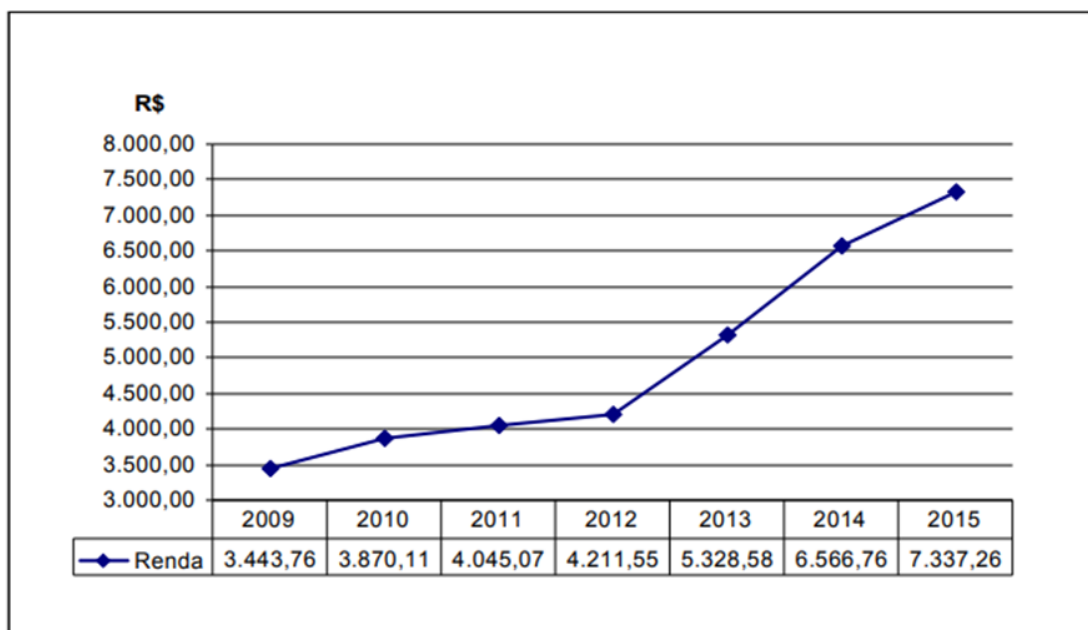
Figura 10 – Gráfico da participação (em %) das Mulheres no PAA de 2009 a 2015 – Brasil.



Fonte: Conab, 2015.

Destaca-se que, além do aumento da participação, houve também um incremento na renda monetária das mulheres conforme observado na figura 11. Em 2014, a renda monetária média obtida foi de R\$ 6.566,76, ao passo que, em 2015 o valor médio pago pelas aquisições dos produtos ficou em torno de R\$ 7.337,26, incremento de aproximadamente 12%.

Figura 11 - Gráfico da renda das Mulheres no PAA, de 2009 a 2015, em Reais (R\$) – Brasil.



Fonte: CONAB, 2015

A tabela 2 foi elaborada com o intuito de trazer à tona a disparidade na quantidade e valores dos projetos aprovados pelas associações de mulheres que acessaram ao PAA entre os anos de 2010 e 2016.

Verifica-se que no ano de 2012, em que foi identificado o maior número de projetos aprovados de associações de mulheres, no total foram 10 projetos, totalizando R\$ 1.177.390,39, sendo que no mesmo ano foram aprovados 316 projetos no estado de SP, perfazendo R\$ 57.611.810,91 em pagamento para as associações e cooperativas.

O ano que mais se destacou em termos de valores foi o de 2014, apesar da diminuição do número de projetos aprovados. No total foram 297 projetos aprovados no valor total de R\$ 95.484.966,71. Já os projetos de associações de mulheres agricultoras, foram seis (06), com o valor de R\$ 5.602.888,35. No ano de 2015 foram apresentados 130 projetos, com um valor total de R\$ 50.445.050,18. Referente aos projetos aprovados e valores destinados as associações de mulheres foram quatro (04), com valor total de R\$ 935.982,10.

No último ano analisado, 2016, foram aprovados 70 projetos do PAA no valor total de R\$ 21.636.635,72, já os projetos referentes às participações de associações de mulheres tiveram uma grande queda, sendo somente um (01)

projeto aprovado no valor de R\$ 207.983,20. Aqui se faz necessário enfatizar a queda nos recursos destinados ao PAA, o que nos faz compreender a diminuição abrupta de projetos aprovados, o que por sua vez, acaba refletindo na sua maior visibilidade nas associações de mulheres, como exemplifica a figura 8.

Tabela 2 - Número de projetos e de valores do PAA aprovados no Estado de São Paulo entre os anos de 2010 a 2016.

Ano	Projetos aprovados por Associações/ Cooperativas	Valor (R\$)	Projetos aprovados por Associações/Cooperativas de mulheres agricultoras	Valor (R\$)
2010	80	16.082.576,00	2	118.437,77
2011	271	49.923.450,70	9	901.279,94
2012	316	57.611.810,91	10	1.177.390,39
2013	157	51.235.172,46	4	1.134.581,07
2014	297	95.484.966,71	6	5.602.888,35
2015	130	50.445.050,18	4	935.982,10
2016	70	21.636.635,72	1	207.983,20

Fonte: Conab, 2017/Organização: Simone Rui (2017).

Desta maneira, apesar do declínio dos recursos do PAA, como vimos nas Tabelas 1 e 2, constatamos no período em análise (2010 – 2016), um aumento da participação das mulheres no programa. Sem dúvida, fruto da resolução nº44, mas inegavelmente da organização dos movimentos de luta das mulheres mais precisamente da Marcha das Margaridas. É de fundamental relevância identificar o cenário em que se enquadra a Associação Força Feminina, localizada no município de Mirante do Paranapanema, pois conseguimos verificar que mesmo tendo um esforço para aumentar a participação das mulheres no PAA, o número de associações femininas no Estado de São Paulo ainda é pequeno, são sete (07) associações, como podemos verificar na tabela 1, o que acaba por reforçar a ideia de invisibilidade do trabalho feminino, tanto nas atividades produtivas, quanto nas reprodutivas. Dessa forma, Saffioti (2004) vendo a questão de uma forma mais geral, aponta que o problema não está apenas no fato de que

vivemos em um mundo com desigualdades de gênero, mas sim na existência de uma ordem patriarcal de gênero, ou seja, um mundo onde os homens exercem decididamente poder sobre as mulheres, e esse poder se expressa de várias formas.

Sendo assim, a participação política e as participações dos movimentos de mulheres rurais no espaço público, vêm contribuindo para o reconhecimento das agricultoras. Desta forma, procurou-se verificar em que medida essas iniciativas indicam um reconhecimento, por parte do poder público, das diferenças de gênero e, também, se tais iniciativas incorporam a perspectiva de gênero, entendida como uma orientação para a redução das desigualdades de gênero, isto é, de desigualdades entre homens e mulheres.

5 O MUNICÍPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA NO CONTEXTO DO PONTAL DO PARANAPANEMA – SP

5.1 O Pontal do Paranapanema

A Região do Pontal do Paranapanema, localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo, desde início do processo de ocupação, desempenha diversos papéis dentro do contexto produtivo, mas caracteriza-se, desde o princípio, por ser um empreendimento capitalista. Contudo, é no Pontal do Paranapanema que a luta pela terra tem suas origens na posse e ilegalidade das terras.

A história dos seus problemas fundiários surge através do processo de grilagem e inúmeras falsificações, iniciando-se uma série de relações, sobretudo de poder, que mais tarde levaria a região a se tornar a primeira região dentre as regiões com os maiores números de conflitos na luta pela terra. Embora houvesse problemas acerca da legitimidade das terras sua comercialização seguiu a “todo vapor”, assim como o processo de povoamento (LEITE, 1981).

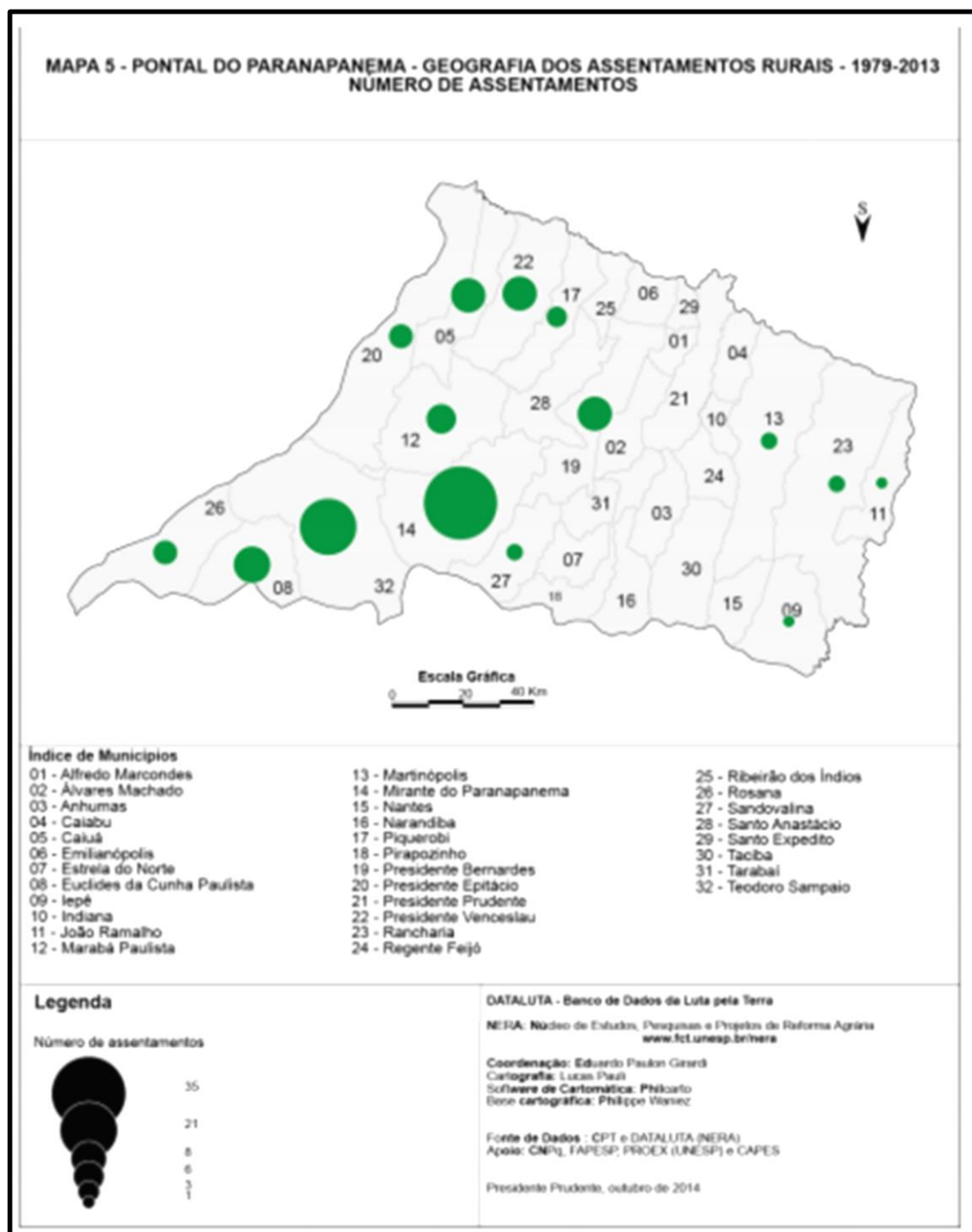
Para compreender melhor esta questão, Fernandes e Ramalho (2001), fazem uma retrospectiva histórica da ocupação da região.

Grande parte das terras do Pontal do Paranapanema começou a ser grilada desde a segunda metade do século XIX, com a formação do grilo *fazenda Pirapó-Santo Anastácio*, com área de 238 mil alqueires. Até a década de 90, com exceção das lutas de resistência de posseiros e de movimentos sociais isolados, os grileiros não encontraram maiores problemas no processo político de assenhoreamento das terras devolutas do Pontal. Não faltaram ações do Estado para tentar impedir esse processo de grilagem. Em 1889, o governo da província de São Paulo julgara imprestável o requerimento de legitimação das terras da *Pirapó-Santo Anastácio*. Na década de 40, foram criadas três reservas florestais. Todavia, tais iniciativas não foram suficientes para evitar a voracidade dos grileiros, que praticamente destruíram a Grande Reserva do Pontal. Essa realidade começou a mudar, de fato, com as ocupações de terras

realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em julho de 1990 o Movimento realizou sua primeira ocupação no Pontal, no município de Teodoro Sampaio, iniciando o processo de territorialização de luta pela terra na região, causando um significativo impacto sócio territorial. (FERNANDES; RAMALHO, 2001, p. 241)

O Pontal do Paranapanema é a região do estado de São Paulo com maior número de assentamentos e de famílias assentadas (figura 12). Nessa região foram criados assentamentos em 15 municípios, sendo eles, João Ramalho, Iepê, Rancharia, Martinópolis, Presidente Bernardes, Sandovalina, Mirante do Paranapanema, Marabá Paulista, Piquerobi, Presidente Venceslau, Caiuá, Presidente Eptácio, Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista e Rosana. Essa realidade é resultado da territorialização da luta pela terra desenvolvida desde 1984 pelos sem-terra. Os assentamentos criados no período 1984-1990 são resultados de lutas de movimentos sociais isolados e de posseiros. Na década de 1990, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) foi o principal movimento camponês que realizou ocupações no Pontal. (FERNANDES; RAMALHO, 2001).

Figura 12 – Pontal do Paranapanema – Geografia dos Assentamentos Rurais – 1979 – 2003, número de assentamentos.



Fonte: Relatório DataLuta, 2013.

Dentre todos os municípios pertencentes ao Pontal do Paranapanema, Mirante do Paranapanema possui o maior número de assentamentos rurais, com 31 assentamentos, com um total de 1.627 famílias. De acordo com informações obtidas no relatório do DataLuta – Brasil 2017, no estado de São Paulo, existem

266 assentamentos rurais, com um total de 39.680 famílias assentadas; já na Região Sudeste do país são um total de 831 assentamentos, com 54.274 famílias assentadas. No Brasil é possível identificar 9.195 assentamentos com o total de 1.093.071 famílias assentadas (DATA LUTA, 2017).

5.2 O Município de Mirante do Paranapanema - SP

Ressaltamos que para o desenvolvimento da nossa pesquisa e, sobretudo, para a delimitação do objeto de estudo, foi necessário compreender, além das dimensões socioespaciais, alguns aspectos econômicos e demográficos do Município de Mirante do Paranapanema.

Segundo informações do *sítio* do IBGE, o processo de formação do município de Mirante do Paranapanema se deu em 1928, quando os imigrantes japoneses que se dedicavam à lavoura, fixaram-se na região de Bauru e, com a decadência da cultura cafeeira, em 1930, mudaram-se em grandes leva, para a Alta Sorocabana. Dr. Labieno da Costa Machado, proprietário local, iniciou, nessa época, a colonização de suas terras, fundando a 36 km de Santo Anastácio, um povoado que denominou Costa Machado.

Ramalho (2002) ressalta que o pai do Dr. Labieno da Costa Machado era um influente político e chegou a ocupar importantes cargos públicos do Brasil, como, por exemplo, a Presidência da Província de Minas Gerais nos anos 1867/68. Abandonando a política naquele Estado veio, no início do século XX, para o estado de São Paulo, em busca de terras novas para o cultivo do café e também encontrar novos espaços para o exercício de liderança política.

De Martini (2000), aponta que a intenção do Dr. Labieno era formar em suas terras colônias distintas para cada nacionalidade de imigrantes. Sendo esta uma medida voltada aos interesses do colonizador, em que visava oferecer aos colonos um projeto que privilegiava um determinado grupo, no entanto, o que estava em jogo era tão somente o interesse pela venda das terras. Poderia parecer ao colono, a quem essa propaganda era dirigida, que entre pessoas da mesma nacionalidade, que falavam a mesma língua e tinham os mesmos costumes culturais, tudo seria mais fácil. Em Ramalho (2002), a autora aponta que surgiram diversas colônias nessa região, sendo elas: Colônia de Costa Machado (formada por alemães e romenos); Colônia Branca (formada por

alemães); Colônia Santo Antônio (povoada por húngaros e austríacos); Colônia Bessarábia (formada por russos, búlgaros e tchecos); e Colônia Lituana (constituída por lituanos).

Outros imigrantes importantes para o entendimento do povoamento do município são os japoneses. Em meados de 1928, chegam em Bauru, muitos imigrantes japoneses, para trabalhar nas grandes fazendas de café. Em meio a esse contingente de pessoas, estavam dois jovens, um com 21 anos de idade, chamado Iraku Okubo, e o outro mais novo, seu irmão, Takeo Okubo, que foram trabalhar como colonos do Dr. Labieno e, em 1935, Takeo assumiu o cargo de administrador da fazenda e seu irmão, o de corretor geral. (RAMALHO, 2002)

Alguns anos depois a hortelã tornou-se uma cultura economicamente forte levando os irmãos Okubo a adquirirem de Labieno, uma área a 20 km do povoado de Costa Machado. Porém, com a queda da cultura da hortelã, no início de 1940, seus cultivadores, os irmãos Okubo, venderam suas terras em pequenos lotes, sendo que, aos poucos, formou-se o povoado de Palmital. Nessas terras começaram a ser plantados algodão e outros cereais e diversas culturas, atraíram outros agricultores promovendo o desenvolvimento do povoado de Palmital onde foi criado o Distrito e Município de Mirante do Paranapanema em 1953. O nome Mirante do Paranapanema foi adotado por estar o povoado localizado num ponto elevado do baixo curso do Rio Paranapanema. (RAMALHO, 2002)

O município de Mirante do Paranapanema tem população estimada em 2018 de 18.130 pessoas. No último Censo Demográfico de 2010, a população total era de 17.059 pessoas, com densidade demográfica de 13,77 hab./km². O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁹ do município era de 0,724, estando abaixo do estado de São Paulo (IDH – 0,783) e do Brasil (IDH – 0,727). A renda *per capita* do município no ano de 2010 era de R\$ 456,44, o que enquadra o município no Grupo 4 – Municípios que apresentam baixos níveis de

¹⁹ IDH - **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de "desenvolvimento humano" e para ajudar a classificar os países como desenvolvidos (desenvolvimento humano muito alto), em desenvolvimento (desenvolvimento humano médio e alto) e subdesenvolvidos (desenvolvimento humano baixo). A estatística é composta a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB (PPC) *per capita* (como um indicador do padrão de vida) recolhidos em nível nacional.

riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridades – do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS – 2012). (SEADE, 2018).

Na tabela 3 podemos observar a evolução populacional do município, tendo como referência a evolução do crescimento populacional do estado de São Paulo e do Brasil. No entanto, Mirante do Paranapanema apresentou um pequeno crescimento populacional nos últimos anos, menos de 2.000 habitantes.

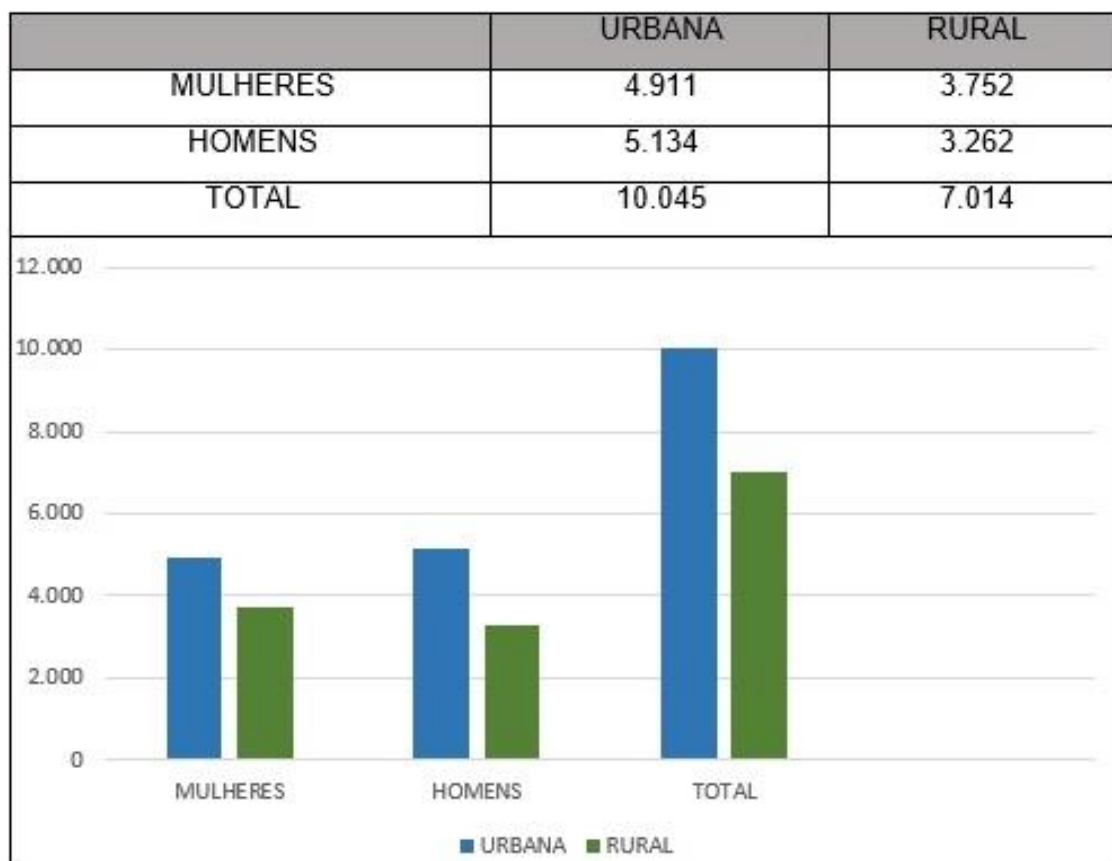
Tabela 3 - Evolução populacional de Mirante do Paranapanema, estado de São Paulo e Brasil (1991 – 2010).

Evolução Populacional			
Ano	Mirante do Paranapanema	São Paulo	Brasil
1991	15.179	31.588.925	146.825.475
1996	15.806	33.844.339	156.032.944
2000	16.213	37.032.403	169.799.170
2007	17.128	39.827.570	183.987.291
2010	17.059	41.262.199	190.755.799

Fonte: IBGE, 2017.

No que se refere à distribuição da população quanto à situação de domicílio e sexo (figura 13), Mirante do Paranapanema apresenta 59% da população no ano de 2010 vivendo na área urbana, sendo 51% homens e 49% mulheres. Contudo, na zona rural há mais mulheres do que homens, respectivamente 53% e 47%, apesar da diferença ser pequena. Porém, quando realizamos um trabalho voltado à atenção as mulheres que vivem e trabalham na zona rural, essa informação passa ser de grande valia.

Figura 13 - População residente no município de Mirante do Paranapanema, por situação de domicílio e sexo, 2010.



Fonte: IBGE, 2017.

Podemos afirmar que o primeiro impacto no município de Mirante do Paranapanema refere-se à diminuição na quantidade de latifúndios para a territorialização dos assentamentos. Essa diminuição foi construída historicamente pelos trabalhadores sem-terra e deve ser compreendida a partir da luta pela terra na região e, mais especificamente, a partir da atuação do MST. Esse impacto socioterritorial tem um conteúdo político muito forte e está diretamente vinculado às ocupações de terra. (RAMALHO, 2002). De acordo com Fernandes e Ramalho (2001, p.247)

Neste município, a territorialização da luta ocorreu em áreas contínuas, modificando a paisagem. Onde antes existiam latifúndios, hoje há pequenas unidades familiares, que formaram novas comunidades. Esses assentamentos causaram importante impacto sócio territorial, na estrutura fundiária e na distribuição geográfica da população.

No período 1970-1991, aconteceu um êxodo intenso da área rural do município de Mirante do Paranapanema. Desde o começo das ocupações e da implantação dos assentamentos rurais essa situação foi invertida. Na década de 1990, a implantação dos assentamentos possibilitou o desenvolvimento da agricultura familiar no Pontal, sendo a única política que gerou as condições de ressocialização de milhares de famílias. Na região, nenhum outro setor da economia criou condições semelhantes na geração de trabalho e renda. Salienta-se, ainda, a importante participação de famílias de origem urbana nesse processo, que por meio da ocupação de terra, migraram da cidade para o campo.

No quadro 5 detalhamos as informações sobre os assentamentos no município de Mirante do Paranapanema, enfatizando o início das formações de cada um dos assentamentos, o domínio da terra, número de lotes e a área total em hectares de cada assentamento. Segundos dados do Itesp (2019), em Mirante do Paranapanema, existem atualmente (2019) 31 assentamentos e em torno de 1.326 famílias assentadas, num total de 1.226 lotes.

Quadro 5 - Quadro dos assentamentos localizados no Município de Mirante do Paranapanema (2018).

Número do Assentamento	Projeto de Assentamento	Início	Domínio da Terra	Número de Lotes	Área total (ha)
01	Alvorada	Mar/97	Estadual	21	565,53
02	Arco – Iris	Dez/95	Estadual	105	2606,79
03	Asa Branca	Set/09	Estadual	21	498,65
04	Canaã	Dez/95	Estadual	55	1223,74
05	Estrela D’Alva	Jan/95	Estadual	31	784,50
06	Flor Roxa	Dez/95	Estadual	39	953,67
07	Haroldina	Dez/95	Estadual	71	1964,89
08	Irmã Dorothy Stang	Ago/16	Estadual	35	543,27
09	King Meat	Dez/95	Estadual	46	1134,50
10	Lua Nova	Jun/96	Estadual	17	375,50
11	Marco II	Abr/97	Estadual	9	242,96
12	Nossa Senhora Aparecida	Nov/97	Estadual	9	175,03
13	Novo Horizonte	Jun/96	Estadual	57	1540,59

14	Pontal (Santa Rosa II)	Jun/96	Estadual	13	230,67
15	Repouso (Santo Antonio II)	Out/00	Estadual	21	515,05
16	Roseli Nunes (Nhancá)	Mar/03	Estadual	55	2082,75
17	Santa Apolônia	Dez/96	Estadual	104	2657,74
18	Santa Carmem	Dez/95	Estadual	37	1067,90
19	Santa Cristina	Jun/96	Estadual	35	830,90
20	Santa Cruz	dez/95	Estadual	17	411,08
21	Santa Isabel I	Jun/96	Estadual	46	1452,77
22	Santa Lucia	Jun/96	Estadual	24	597,27
23	Santa Rosa I	Jun/96	Estadual	24	639,93
24	Santana	Dez/95	Estadual	29	650,05
25	Santo Antônio (Pelegriani)	Mar/05	Estadual	17	399,20
26	Santo Antônio I	Jun/96	Estadual	17	517,99
27	São Antônio II	Dez/05	Estadual	7	118,71
28	São Bento	Jan/95	Estadual	182	5190,50
29	Vale dos Sonhos	Jun/96	Estadual	23	617,94
30	Washington Luis	Jun/96	Estadual	16	343,24
31	Che Guevara (Santa Clara)	Jan/95	Estadual	43	976,45

Fonte: ITESP, 2018.

No quadro 5, observamos que os primeiros assentamentos de Mirante do Paranapanema datam de 1995.

No ano de criação do ITESP (1991) e de forma mais incisiva, as ocupações ocorreram seguidamente no município de Mirante do Paranapanema, 247 famílias ocuparam a Fazenda São Bento, houve liminares de reintegração de posse [...]. Seguindo este raciocínio, num curto período ocorreram 5. Iniciava-se a efetivação de uma série de estratégias políticas visando à ocupação de áreas, que resultariam, no final de 1994, no assentamento emergencial de 316 famílias na Fazenda Santa Clara, que se tornou o primeiro assentamento do Município de Mirante do Paranapanema. (MAZZINI, 2007, p. 118).

Em entrevista junto ao analista de desenvolvimento agrário do ITESP, realizada em 27 de junho de 2017, ele informou que no município existem trinta e um (31) assentamentos estaduais e um (01) federal - Girassol, em que constam cerca de 40 associações de assentados ativas no município.

A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) é a entidade responsável pelo planejamento e execução das políticas agrária e fundiária do Estado de São Paulo, assim como o reconhecimento das Comunidades de Quilombos. (ITESP, 2015). O Itesp presta assistência técnica em assentamentos rurais em todo o estado – a maior parte deles, na região do Pontal do Paranapanema. O campo de atuação vai da implantação de projetos de assentamentos, com a abertura de estradas, perfuração de poços, ao desenvolvimento dessas comunidades por meio do fornecimento de mudas, sementes, calcário, pequenos animais, reflorestamento, educação ambiental e construção de equipamentos para o apoio à organização das famílias (ITESP, 2015).

No próximo item se iniciará a exposição a respeito do processo de formação da Associação Força Feminina, no Município de Mirante do Paranapanema.

5.3. A Associação Força Feminina

Segundo informações coletadas em entrevista realizada em 09 de outubro de 2017, com a Presidente e o Vice-Presidente, a Associação Força Feminina foi criada em 2010 com o intuito inicial de comprar moveis para as casas das assentadas, já que existiam facilidades para esta compra ser realizada de forma coletiva, o que despertou o interesse de algumas mulheres.

Foram as mulheres mesmo, que geralmente as outras (associações), homem é para mexer com coisa para boi, então não sei o que. Elas estavam querendo projeto para a casa, tinha uns projetinhos para comprar móveis e tinha que ser através da Associação e tudo – e foi isso – elas vieram atrás de mim, daí a gente fez e estamos aí até hoje com a Associação. (Entrevista

com a Presidente da Associação, realizada em 09 de outubro de 2017).

A Presidente da Força Feminina explica com mais detalhes como foi a criação da Associação, e de quem foi a ideia inicial.

Não, vou falar a verdade pra você. Tinham várias associações, uma atrás de uma coisa, outra de outras coisas. Daí vieram umas mulheres atrás de mim perguntar se eu queria mexer. Eu já estava na Pontal Verde, ele (Floriano) tinha montado a Pontal Verde. Aí vieram aqui, não tinha associação no assentamento vizinho, nois era abandonado, aqui o pessoal do Novo Horizonte, da Pelegrine, daí elas se reuniram em um domingo e vieram aqui pra perguntar, aí não, vamos tentar, vamos marcar a reunião, fizemos a reunião, pô bombou de mulher, aí começamos, fizemos a votação e tamo aí até hoje, temos bastante mulher. Aí começamos no PAA com 12 famílias, aí no outro ano já foi indo, foi indo e agora estávamos com 49, então estamos aí graças a Deus. (Entrevista com a Presidente da Associação, realizada em 09 de outubro de 2017).

A presidente da Força Feminina por trabalhar como agente de saúde e visitar as famílias nos assentamentos de Mirante do Paranapanema para marcar consultas e verificar se estão bem de saúde, passou a ser uma pessoa bastante conhecida por todos os assentados da região. A mesma credita essa informação por ter sido procurada por outras mulheres para criar a associação, além de ser casada com um assentado (Vice-Presidente da Força Feminina) bastante militante em todos os assentamentos de Mirante do Paranapanema. Ao ser questionada sobre a participação de um homem como vice-presidente, ela esclarece:

Pesquisadora: E quando o seu marido começou a participar?

Presidente (Força Feminina): Ele estando comigo está desde o início.

Vice-Presidente (Força Feminina): Eu ajudei a formar umas quatro associações.

Presidente (Força Feminina): Ele é meu assessor (risos), sem ele Porque eu trabalho, pode perguntar pra onde você for, é só “ele”, eu não pareço com uma presidente, mais ele como presidente. Na reunião quem vai apresentar os projetos essas coisas é ele, eu só vou quando ... porque agora com o bebê (eles adotaram um filho, hoje tem 2 anos e foi adotado aos 6 meses). Ou eu saio ou ele sai, eu vou trabalhar ele fica com o bebê. Então eu fico em casa e ele sai pra apresentar os projetos, essa semana ele foi pra Rosana, na Gleba XV. Agora tem uma reunião em Euclides da Cunha, mas quem aparece é mais ele. (Entrevista com a Presidente e Vice-Presidente da Associação Força Feminina, realizada em 09 de outubro de 2017)

Neste momento da entrevista, percebemos que a Associação Força Feminina é organizada por um homem, apesar de ter sido constatada pelas informações encontradas na CONAB, que existe uma participação quase que igualitária entre homens e mulheres no PAA (tabela 4). Contudo, a Presidente da Força Feminina afirma que a associação é constituída de 90% de mulheres, apesar de ser uma associação mista.

Pesquisadora: Como se dá a participação das mulheres na Força Feminina? Ela é real?

Analista do ITESP: A participação das mulheres não é nem exclusiva na administração (a minha opinião). Veja bem tem a Presidente, mas o Vice-Presidente toma boa parte das decisões, está bem à frente. Ela também trabalha, é agente de saúde, até por isso também. Não estou dizendo que ele não deixa ela ter autonomia, ou ele é machista, não! É uma questão de tempo, ela está de 8:00 as 17:00 horas fazendo as visitas de saúde e acaba assumindo essa parte, é comum, não é só na dele (associação)

não. (Entrevista com o analista de desenvolvimento agrário do ITESP, realizada 27 de junho de 2017)

Na tabela 4 podemos observar o número de mulheres e homens associados da Força Feminina que entregaram produtos para o PAA entre os anos de 2011 e 2015. Verifica-se que nos anos de 2012 e 2015 houve uma participação maior de homens na entrega de alimentos para o PAA. Em relação à quantidade e valores dos contratos do PAA, da Associação Força Feminina, estes aumentaram ao longo dos anos (tabela 4).²⁰ Nos anos de 2010, 2015 e 2016 não houve participação da Associação Força Feminina no PAA.

Tabela 4 - Número de Mulheres e Homens que participaram do PAA na associação entre 2011 a 2015.

Quantidade de Mulheres e Homens que entregaram para o PAA 2010 a 2017		
Ano	Mulheres	Homens
2011	7	5
2012	16	22
2013	33	29
2015	25	26

Fonte: Conab, 2017.

Os produtos entregues para o PAA pela Associação Força Feminina (tabela 5) são bem diversos, como: abóbora, abobrinha, alface, batata doce, cebolinha, cenoura, maracujá, maxixe, milho em espiga, quiabo, mandioca com casca, abacaxi, abacate, amendoim, chicória, coco verde, feijão. (CONAB, 2017).

A Força Feminina começou a entregar frango caipira para o PAA, a partir de 2013, com um total de R\$24.266,00. No ano de 2015 foi formalizado o valor de R\$ 1.156,00 em frango caipira. Podemos identificar uma queda drástica no valor do produto comercializado com o PAA. Contudo, foi identificado, ao logo

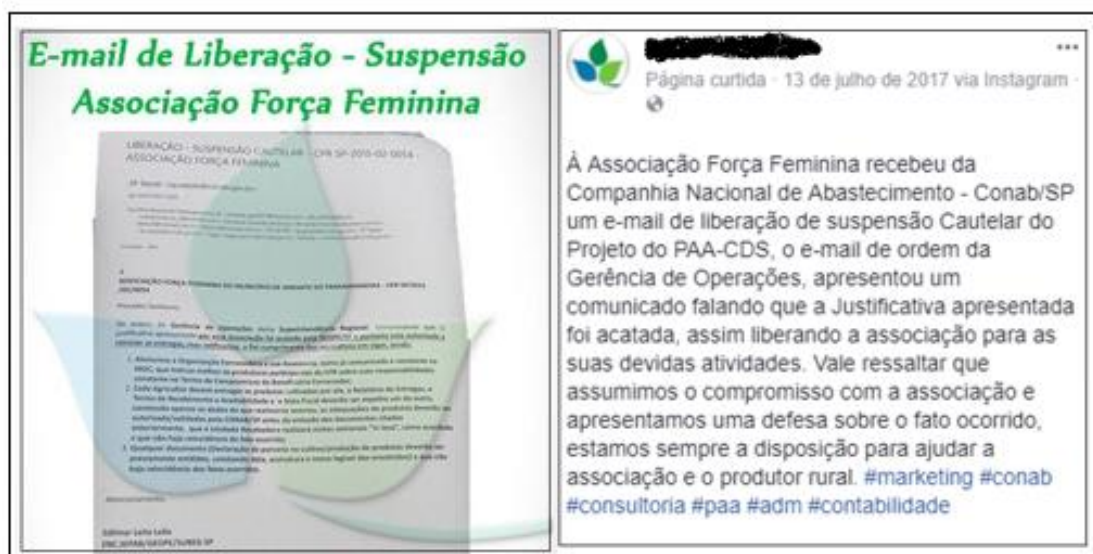
²⁰ Os dados completos do PAA, referentes a Associação Força Feminina disponibilizados pela Conab em relação aos projetos aprovados, produtores e consumidores está disponibilizado no anexo.

das entrevistas, que a associação foi investigada pela equipe fiscalizadora²¹ do PAA devido à comercialização do frango caipira. Essa investigação foi por mim identificada em várias falas das assentadas entrevistadas, em que sempre me perguntavam se era pesquisa ou investigação. Pesquisando as informações da Força Feminina pela rede social – *Facebook*, identifiquei alguns indícios dessa investigação que levou à suspensão das atividades com o PAA. No e-mail que consta na figura 14 é possível ler que:

1. Alertamos a organização fornecedora que instrua melhor os produtores participantes sobre as suas responsabilidades constantes no termo de compromisso do beneficiário fornecedor.
2. Cada agricultor deverá entregar os produtos cultivados por ele, o Relatório de Entregas, o Termo de Recebimento e Aceitabilidade e a Nota Fiscal deverão ser espelho um do outro, constando apenas os dados do que realmente ocorreu, as adequações de produtos deverão ser autorizadas pela CONAB/SP antes da emissão dos documentos citados anteriormente, que a Unidade Recebedora realizará visitas semanais 'in loco', como acordado e que não haja reincidência do fato ocorrido.
3. Qualquer documento (Declaração de parceria no cultivo/produção de produtos deverão ser previamente emitidos, constando datas, assinaturas e nome legível dos envolvidos) e que não haja reincidência dos fatos ocorridos. (E-mail da Conab, disponibilizado em *post* do *Facebook* pelo "Vice-Presidente" da Força Feminina).

²¹ A fiscalização do PAA/CDS tem como objetivo verificar se os projetos estão sendo conduzidos de acordo com a legislação vigente e os normativos estabelecidos para o programa executado pela Conab. A fiscalização é realizada em etapas programadas de acordo com o Calendário Anual de Fiscalização do PAA/CDS, no qual são especificados os períodos e as Unidades da Federação (UF) que serão fiscalizadas em cada etapa. Também é realizada em etapas especiais em decorrência de denúncias e/ou suspeitas. Além disso, é executada in loco com a utilização da documentação estabelecida para a operação, sendo vistoriadas a organização fornecedora, as propriedades dos beneficiários fornecedores e as unidades recebedoras cadastradas no projeto. (CONAB, 2018)

Figura 14 - Post publicado no *Facebook*, indicando a liberação da Força Feminina pela Conab.



Fonte: Facebook do “Vice-Presidente” da Força Feminina.

De acordo com os dados executados pelo PAA – 2015, disponibilizados pela CONAB, o programa comercializou em todo o território brasileiro uma diversidade de mais de 500 tipos de produtos, distribuídos nos seguintes grupos de alimentos: frutas e hortaliças, processados, carnes, incluindo pescado, grãos/oleaginosas, laticínios, mel, sementes e castanhas. No caso da distribuição referente às carnes, no qual se enquadra o frango caipira, gira entorno de 4% do total dos produtos dos produtores e comercializados por meio do PAA.

Tabela 5 - Quantidade de produtos e valores formalizados no PAA pela Associação Força Feminina, 2011 e 2015.²²

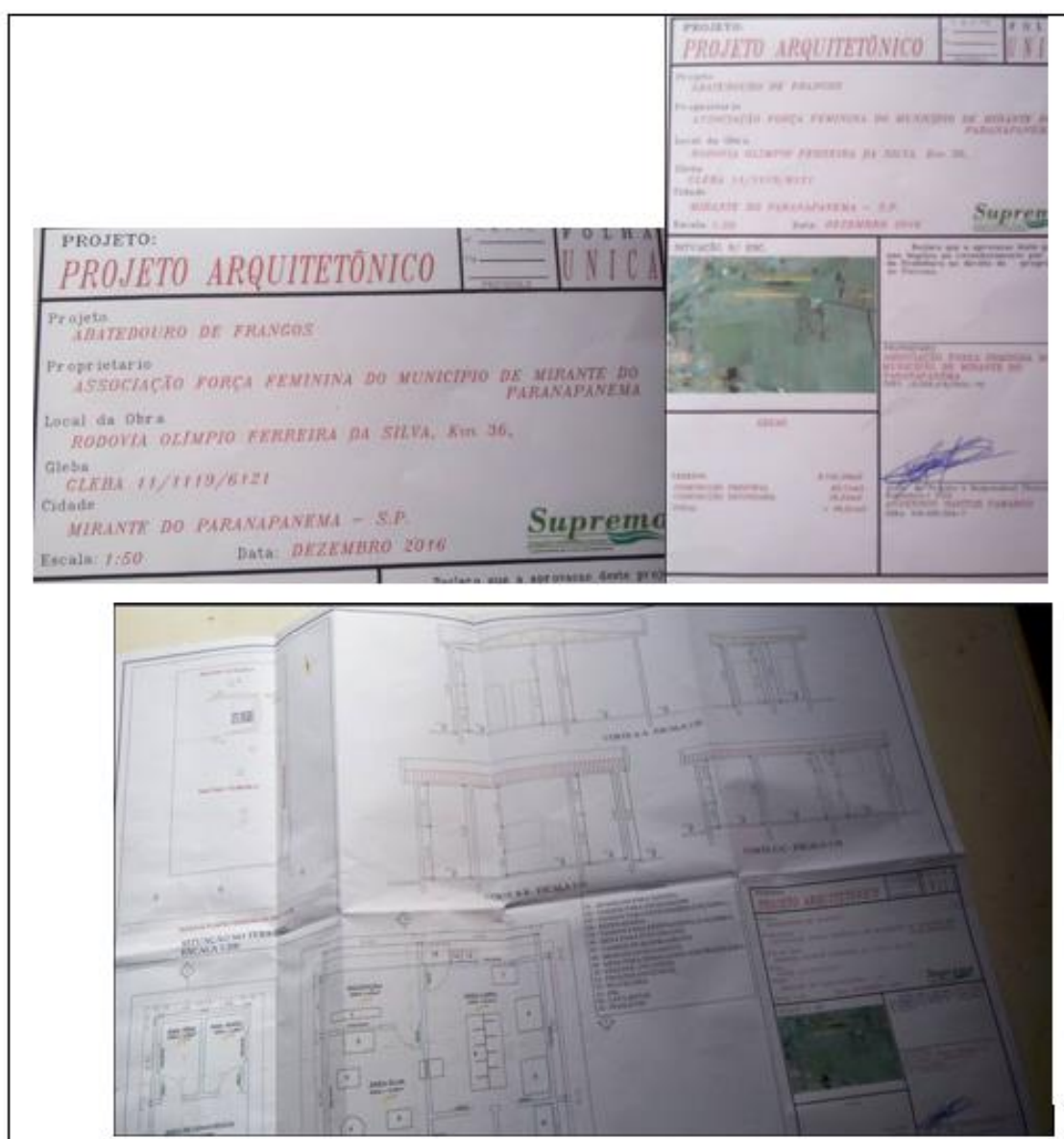
Quantidade e valores formalizados no PAA		
Ano	Quantidade de produtos	Valor/Total
2011	12	50.753,75
2012	33	164.970,00
2013	54	372.000,00
2015	57	376.000,00

Fonte: Conab, 2017.

²² Não houve a participação da Associação Força Feminina nos anos de 2010, 2014 e 2016 no PAA.

A associação está em processo de criação do Abatedouro (figura 15) de frango caipira, sendo esta implantação realizada via recursos do Microbacias II. A intenção é agregar valor ao produto (frango caipira) e vender a produção em feiras e mercados. A previsão para o funcionamento era para setembro de 2018. Para o Vice-Presidente, “a criação de aves é algo, um trabalho leve e facilita para as mulheres.” (Entrevista realizada com o vice-presidente da Associação, 19/12/2017). E o objetivo da construção do abatedouro de frango caipira é agregar as mulheres dos assentamentos de Mirante do Paranapanema.

Figura 15 - Fotos do Projeto Arquitetônico do Abatedouro de Frango Caipira.



Fonte: Arquivo disponibilizado pelos administradores da Força Feminina. Trabalho de campo/ 2017.

Em entrevista com o analista do ITESP, ele informou que o enfoque da associação é o frango caipira, sendo que o ITESP colaborou com o desenvolvimento de palestras e cursos sobre o tema para os associados da Força Feminina, além dos funcionários montarem o projeto para a implantação do abatedouro do frango caipira pelo Microbacia II. O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado é uma ação do Governo do Estado de São Paulo, executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio da Coordenadoria de Assistência Integral (CATI) e pela Secretaria do Meio Ambiente, por meio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN). Tem por objetivo ampliar a competitividade e proporcionar o acesso ao mercado aos agricultores familiares organizados em associações e cooperativas em todo o Estado de São Paulo, bem como organizações de produtores de comunidades tradicionais como quilombolas e indígenas. O Projeto pretende aumentar as oportunidades de emprego e renda, a inclusão social e promover a conservação dos recursos naturais. (CATI, 2018)

Quando a Presidente e o “Vice-Presidente” estavam com o enfoque em frango caipira acabou arrebanhando muita gente, e não sei se isso foi bom, porque acabou criando uma imagem assim, que se a pessoa queria criar frango caipira tinha que estar na Força Feminina, e pra participar na Conab na Força Feminina tinha que ter frango caipira, e não é isso, a lista de produtos da Conab é enorme. Até tinha um impasse para entregar esse frango, era complicado, eles entregavam o frango vivo com o laudo do veterinário da prefeitura. (Entrevista com o analista de desenvolvimento agrário do ITESP, 27/06/2017)

A Associação Força Feminina não possui uma sede fixa, além de agregar assentadas e assentados de alguns assentamentos, como o Santa Apolônia, Novo Horizonte e São Bento, o que dificulta a organização e as reuniões da

associação. Segundo o “Vice-Presidente”²³ as reuniões, como se verifica nas fotos (figuras 15 e 16), são mensais, porém essa informação não foi confirmada pelas associadas entrevistadas.

Figura 16 - Foto 2 da reunião da Associação Força Feminina.



Fonte: Arquivo disponibilizado pelos administradores da Força Feminina. Trabalho de campo/ 2017.

²³ A partir deste momento do texto quando citarmos o Vice-Presidente da associação, iremos colocar entre aspas (“Vice-Presidente”), pois a própria Presidente nos informou sobre a importância e a influência deste na Associação Força Feminina.

Figura 17 - Foto da reunião da Associação Força Feminina.



Fonte: Arquivo disponibilizado pelos administradores da Força Feminina. Trabalho de campo/ 2017.

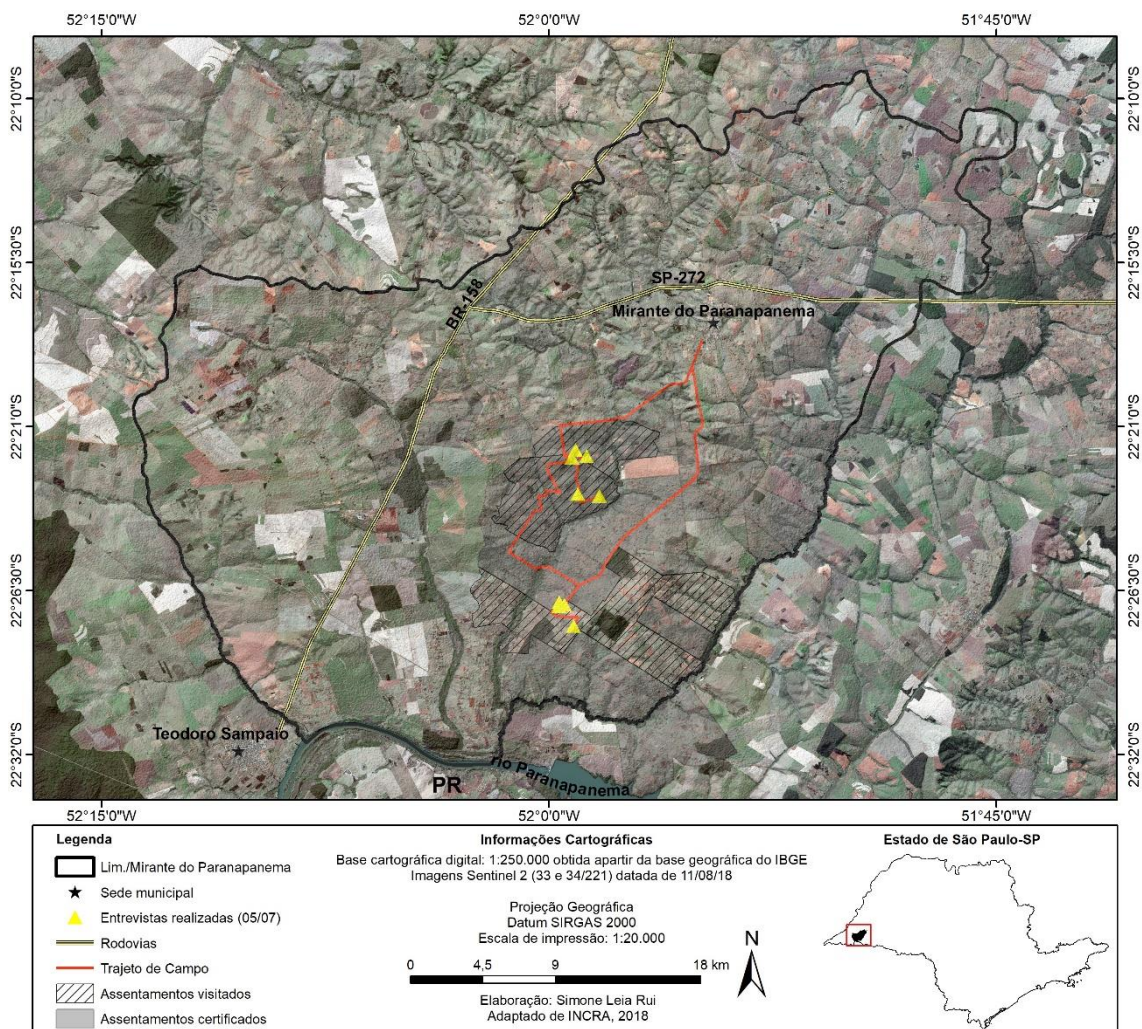
Na figura 18, podemos identificar um mapa com os assentamentos do município de Mirante do Paranapanema, com destaque para a localização dos assentamentos visitados para a realização das entrevistas com as assentadas pertencentes à Associação Força Feminina e que participaram do PAA. Foram entrevistadas mulheres agricultoras dos assentamentos Santa Apolônia, Novo Horizonte e São Bento. Faremos uma breve caracterização destes três assentamentos localizados em Mirante do Paranapanema.

São Bento – Este assentamento foi formalizado em janeiro de 1995, com uma área total de 976,45ha e atualmente possui 43 famílias;

Novo Horizonte – Este assentamento foi formalizado em junho de 1996, com uma área de 1540, 59ha e atualmente possui 57 famílias;

Santa Apolônia – Este assentamento foi formalizado em dezembro de 1996, com uma área total de 2.657,74ha e atualmente possui 104 famílias.

Figura 18 – Localização dos assentamentos visitados e do trajeto de campo realizado.



Fonte: Própria autora.

Consideramos que este estudo se dá em uma área histórica de luta pela terra, no qual se estabeleceu pelo Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), através de inúmeros acampamentos. A ocupação do Pontal do Paranapanema reflete uma história de reconfiguração espacial complexa onde se destacam os processos de territorialização, reterritorialização e desterritorialização. (SOBREIRO FILHO, 2012).

Outro fator determinante no processo de ocupação do Pontal do Paranapanema foi a lei de Terras, que entre o período de 1850-1856 permitia que pessoas com posses ou sesmarias regularizassem suas terras em uma unidade paroquial, assim as terras registradas eram legalmente consideradas e reconhecidas pelo Estado como domínio particular, transformando as terras em propriedade privada. As terras restantes seriam consideradas devolutas e retornariam para posse do Estado com o objetivo de colonizar e incentivar a imigração e o estabelecimento da agricultura com pequenos agricultores (SOBREIRO FILHO, 2012, p. 85)

O latifúndio e o “grilo” são elementos importantes da história dos conflitos no Pontal do Paranapanema. (FERNANDES, 1994; LEITE, 1981). Em Mirante do Paranapanema houve a ocupação da fazenda São Bento em que tinha 5.106 hectares e estava sob o domínio de Antônio Sandoval Neto, famoso grileiro da região. Desse imóvel, 2.872 hectares haviam sido classificados pelo INCRA como latifúndio por exploração. A partir do dia 23, mais vinte e quatro famílias procedentes de Mirante do Paranapanema e de municípios vizinhos também acamparam na fazenda São Bento. (FERNANDES, 1996). Nos dias de hoje, Mirante do Paranapanema é o município como a maior extensão de assentamentos em áreas contínuas, o qual possibilitou uma grande mudança na paisagem e na dinâmica do município.

Representar toda essa configuração da questão agrária no Pontal do Paranapanema e evidenciar o município de Mirante do Paranapanema como localidade de extrema importância para que possamos entender em que contexto está inserida a Associação Força Feminina foi o intuito deste capítulo. A Força Feminina, ainda que com problemas encontrados na administração, como é o caso de colocar produtos de outras DAPs, as quais não foram produzidos, é um espaço de luta e manutenção da população rural assentada no campo, pois contribui para a organização tanto de mulheres quanto de homens.

6. A FORÇA QUE CONSTROI A ASSOCIAÇÃO FORÇA FEMININA

6.1 Divisão sexual do trabalho no campo: ajuda, será?

A grosso modo, a divisão sexual do trabalho refere – se à distribuição do trabalho entre homens e mulheres. Essa divisão se mantém pelo princípio da separação entre o que é considerado trabalho de homem e o que é considerado trabalho de mulher, este muitas vezes associado à reprodução, ao cuidado das crianças e da casa e a manutenção e cuidado das outras pessoas.

A divisão sexual do trabalho fundamenta-se na ideia da relação antagônica entre homens e mulheres, mas também nas relações de exploração (HOLZMANN, 2006). O conceito de divisão sexual do trabalho consolida-se no processo de industrialização, em que houve a associação entre a atividade masculina e a produção mercantil e a feminina e a atividade familiar doméstica, o que gerou a subestimação das atividades realizadas pelas mulheres na família. Essa associação acaba por evidenciar a invisibilidade do trabalho das mulheres. (HIRATA; KERGOAT, 2007)

A divisão sexual do trabalho não é um dado fixo e tem, segundo Hirata e Kergoat (2007), dois princípios organizadores que são:

[...]o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.600).

De acordo com Brumer (1996), com base no Relatório de 1988 da Secretaria da Comissão Feminina da Comissão das Comunidades Europeias, o trabalho feminino nas unidades produtivas é entendido como uma obrigação natural, na qual a mulher tem de ajudar seu cônjuge, pois a atividade profissional

e a vida familiar são desenvolvidas no mesmo local e as relações entre os casais são tanto de cônjuges como de colaboradores (BRUMER, 1996, p. 41).

Em relação às atividades desempenhadas pelas agricultoras e pelos agricultores da agricultura familiar, a divisão sexual do trabalho, segundo Nobre (1998), se dá a partir da premissa que o homem produz e a mulher reproduz, sendo assim, o trabalho que as mulheres realizam no espaço produtivo é, no máximo, admitido como uma mera ajuda ou complemento ao trabalho masculino, e é comum elas serem consideradas “ajudantes” dos maridos ou “esposas” de agricultores (PAULILO, 1982). Chayanov (1985) aponta essa diferença entre o trabalho executado pelos homens e pelas mulheres, além de enfatizar que as mulheres na agricultura trabalham mais que os homens, porém, na perspectiva desse autor, o seu trabalho é mais leve.

Uma grande parte do trabalho do homem é empregada nas atividades artesanais, comércio e agricultura. A força de trabalho da mulher se utiliza de forma predominante no trabalho doméstico. Em geral a mulher trabalha mais do que o homem, mas seu trabalho não é tão duro. Os adolescentes trabalham menos dias que os adultos. A distribuição de seu trabalho nos setores da fazenda é de acordo com o sexo; em geral os jovens se ocupam mais da agricultura e as jovens dedicam muitos dias ao trabalho doméstico (CHAYANOV, 1985, p. 210).

Sobre a relação do que é trabalho leve e trabalho pesado, Paulilo (1987), no artigo intitulado “O peso do trabalho leve”, publicado na Revista Ciência Hoje, destaca que:

Trabalho “leve” e “pesado” são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas. Invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato. Essa constatação é frequente na literatura sociológica sobre a força de trabalho feminina nas cidades: as profissões consideradas femininas têm remuneração sempre inferior à daquelas consideradas

masculinas. Mesmo em profissões iguais e cargos iguais, os dois sexos tem remunerações distintas. (PAULILO, 1987, p.4)

A força física é sempre uma característica apontada como uma das razões para explicar a valorização do trabalho dos homens em detrimento ao das mulheres, quando se pensa essa relação no trabalho agrícola.

Como destacou Melo (2007) essa realidade da diferenciação entre trabalho masculino e feminino não é regra nos assentamentos rurais, pois.

[...] diferentemente do que se supõem e é apresentado por vários autores que estudam a pequena produção, as mulheres nos assentamentos não são apenas ajudantes dos maridos. Elas têm uma participação ativa, tanto no processo de produção quanto no de comercialização. (MELO, 2007, p. 258)

Perceber essa heterogeneidade das relações de gênero e buscar entender sua dinâmica, a forma como produzem e reproduzem desigualdades. Dar voz as mulheres que sofrem com a invisibilidade do trabalho feminino e discutir sobre as formas de valorizar o papel dessas mulheres, seja no âmbito da reprodução ou da produção, é de extrema importância. Podemos afirmar que ao viabilizar políticas públicas que contribuam com as mulheres e, no caso desta pesquisa, com as mulheres trabalhadoras rurais, vai ao encontro de tornar visível sua participação na produção. Sendo assim, a plena participação das mulheres pode ser visualizada através da eliminação das limitações que as marginalizam ou as tornam invisíveis, seja nas atividades domésticas, seja nas atividades públicas e produtivas (MELO; CASTILHO, 2009).

Nas entrevistas realizadas, das oito (08) mulheres entrevistadas, sete (07) a princípio informaram que não existiam diferenças entre o trabalho realizado por homem e por mulher, que todos poderiam realizar as mesmas atividades. Contudo, foi possível identificar que o trabalho doméstico continua sendo atividade exclusiva das mulheres. Sobre a posição dos homens em relação à divisão sexual do trabalho, dos seis (06) maridos ou companheiros entrevistados, todos informaram que as mulheres não ajudam e sim trabalham nas atividades produtivas do lote e que o trabalho delas é essencial para a

família. Verificou-se, no entanto, que a mesma colaboração não se estende dos homens para as atividades domésticas.

Outro dado interessante que reforça a importância das mulheres na reprodução familiar é que nenhum dos maridos/companheiros entrevistados sabiam informar a idade dos filhos. Quando perguntada essa informação, eles acabavam reportando a pergunta às mulheres, pois o ato de cuidar dos filhos ainda é, entre os pesquisados, de responsabilidade das mulheres. Nos relatos a seguir, observamos que tanto a Dona Angélica, quanto a Dona Melissa que foram entrevistadas, destacam que os serviços em casa são responsabilidade só delas, e quando o marido faz alguma coisa, é de forma esporádica, se constituindo como uma ajuda mesmo. Contudo, ambas entrevistadas participam de todas as atividades ligadas à produção do lote.

O trabalho é nós dois juntos, nós fazemos a mesma coisa. Para mim não existe trabalho de homem e trabalho de mulher é tudo igual, mas na casa não é a mesma coisa (risos), as vezes ele lava um prato (risos), a gente tenta dividir as tarefas. (Entrevista com a Dona Angélica, 19/12/2017)

De manhã a gente tem que mexer com o leite e depois vai plantar alguma coisa, nós vamos lá, capinar, adubar. Eu considero um trabalho, mas o tempo das mulheres é muito curto, você tem que dividir bem o tempo, porque tem a casa, porque dentro de casa só sou eu, ele ajuda com o quintal, mas em termo de roupa, louça, limpeza sou eu. (Entrevista realizada com a Dona Melissa, 22/01/2018)

Em entrevista com os maridos/companheiros das associadas da Associação Força Feminina, na qual todos eles também são associados, foi relatado sobre a divisão no lote e o papel da mulher no lote,

Não existe trabalho de homem e trabalho de mulher, porque a mulher é capaz de fazer o que a gente faz e pode fazer muito bem e vice e versa. No caso se eu fosse eu só, não conseguiríamos desenvolver que a gente faz. Ela é mais uma

força do trabalho. (Entrevista realizada com o Senhor Acácio – esposo da Dona Melissa, 05/07/2018)

Não sendo machista, porque as mulheres deram um avanço e isso é muito bom para a sociedade, mas tem mulher que extrapola, faz serviço de dois homens e o fim delas é trágico, pq a estrutura corporal delas é outra. Não sendo machista, uma mulher no meu pensamento quando atinge seus 40 – 45 anos está com o corpo detonado. Agora tem serviços na agricultura que eu acho que a mulher pode superar o homem, uma agricultura familiar que não exige muito esforço, um plantio de berinjela, correr um veneninho, um maracujá. O que exige força física não é para mulher, como fazer cerca, pegar palanque as vezes por ser mulher ela não vai ter habilidade mental pra fazer aquilo, aquele serviço não é pra ela. Por exemplo, se eu for la lavar uma louça, vou ficar duas horas e ainda vou deixar o chão cheio de agua, então, é cada macaco no seu galho. Então, a mulher auxilia muito, claro que tem mulher que faz cerca, mas ela está indo contra a natureza. (Entrevista realizada com o Senhor Celestino – esposo da Dona Lilian, 05/07/2018).

Dona Melissa pondera que existem alguns tipos de trabalho no lote que são mais pesados e necessitam de uma força física maior, sendo assim esse tipo de trabalho é destinado ao homem.

Eu acho que depende da força de vontade de cada um em relação ao trabalho ser de homem ou de mulher, eu acho que a gente é capaz de fazer qualquer serviço, não tem isso de homem ou de mulher. Tem tanto homem que vai para a cozinha, a mulher também pode fazer, o problema é que tem trabalho que precisa de mais força, mais esforço, então você acaba deixando para o homem, mas eu acho que não. Por exemplo, mexer com uma cerca, trocar um palanque é mais para o homem. (Entrevista realizada com a Dona Melissa, 22/01/2018)

Conforme destaca Silva, Arantes e Ferreira (2012), as atividades domésticas são fundamentais para garantir a reprodução da força de trabalho, pois garante a manutenção das atividades de produção. As tarefas domésticas são realizadas majoritariamente pelas mulheres. No caso desta pesquisa, todas as entrevistadas são responsáveis pelo “cuidado” com a casa e com os filhos, o que leva ao esgotamento da energia e limita as possibilidades de autonomia econômica. Segundo Boris (2014), as mulheres alocam muito mais horas do que os homens nas atividades de cuidados pessoais e de reprodução social, elas trabalham tanto quanto se tivessem um outro emprego, em tempo parcial. A combinação de atividades produtivas e reprodutivas levadas por longas horas pelas mulheres rurais, faz com que elas sejam, provavelmente, as pessoas mais ocupadas do mundo (FAO, 1993). Uma das dificuldades enfrentadas pelas mulheres é avançar em relação à divisão das tarefas domésticas e outras tarefas não remuneradas com seus companheiros/maridos.

Para Paulilo (1987), qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe. Nas entrevistas identificamos mulheres que, ao cuidarem da casa, entendem isso como o seu trabalho e o valorizam, como por exemplo, a Dona Rosa.

Eu ajudo, mas a parte da casa, o quintal, fora isso eu não gosto de ir. Se a casa tem um quintal limpo, a casa é limpa também, cheio de fruta, cheio de flor, terreiro limpo, eu gosto de tudo limpo.

Mulher enfrenta muita dificuldade, ela tenta de teimosa, ela sempre quer ter o pé na frente do marido, sofre muito mulher.

Não existe trabalho de homem e de mulher, eu já fiz de tudo, não aguento ver algo perdendo. A única coisa que eu nunca fiz foi

trabalhar em usina, do resto eu entendo de tudo. (Entrevista com a Dona Rosa, 19/12/2017)

A importância dos quintais fica evidente na fala da Dona Rosa, pois como podemos observar, o trabalho feminino está presente em todas as áreas, do trabalho doméstico, perpassando pelos quintais e na produção agrícola. Segundo Brito e Coelho (2000), o quintal é um termo utilizado para se referir ao terreno situado ao redor da casa, definido, na maioria das vezes, como a porção de terra próxima à residência, na qual se cultivam ou se mantêm múltiplas espécies que fornecem parte das necessidades nutricionais da família, como frutas, hortaliças e plantas medicinais.

Este tipo de produção variada possibilita a diversificação de produtos disponíveis para uso da família e através da participação no PAA, no qual a modalidade Compra Direta com Doação Simultânea, propiciou a criação de um mercado institucional, com preços justos para os produtos tradicionalmente vinculados à esfera feminina, ao “autoconsumo”, à “subsistência” e ao “quintal”, cultivados em áreas próximas à casa, além do incentivo à produção de vários tipos de produtos que estavam sendo deixados de serem produzidos, como aboboras, carás, inhames, entre outros, pois esta modalidade abrange mais de 300 produtos que podem ser entregues pelos produtores. (SILIPRANDI; CINTÃO, 2011). Sendo assim, o trabalho produtivo realizado pelas mulheres nos quintais, contribui para a manutenção da segurança alimentar da sua família e das demais pessoas atendidas pelo PAA, além de gerar renda.

Em relação à dupla jornada, o relato da Dona Virginia demonstra que enxerga as diversas atividades que desempenha, pois enfatiza que ela na condição de mulher trabalha mais que o seu marido, pois trabalha fora e dentro de casa.

Nós trabalhamos juntos. Eu considero trabalho, não é ajuda não, se ver bem a gente trabalha mais do que eles. Eles não ajudam em nada na casa, eu trabalho fora e dentro de casa, por isso eu considero um trabalho.

Não tem diferença do trabalho do homem para o trabalho da mulher, porque tipo, os homens tiram leite, as mulheres também, o homem vai capinar, cortar cana, a mulher também vai. Não tem diferença não. Eu tiro leite, faço cerca, faço tudo. Ele, por exemplo, não tira leite, nem chega perto, a gente não trabalha mais com isso, hoje a gente trabalha com polpa de fruta, frango, porco, carneiro. É tudo eu que faço, a diferença está mais com o cuidado com a casa, que eles não fazem. (Entrevista com a Dona Virginia, 22/01/2017)

Rossini (1993) observou essa característica da desvalorização da dupla jornada da mulher rural, ao afirmar que o trabalho doméstico é necessário, contudo o fato de ser um trabalho que não gera renda este perde o seu valor. A autora ainda destaca que:

O tempo de repouso para a mulher passa a ser cada vez mais exíguo, enquanto para o homem ele permanece o mesmo, pois, após uma longa jornada de trabalho, o homem chega em casa e aguarda o jantar. Nos fins de semana, ele vai se encontrar com os amigos, bater uma bola, bater um papo e ficar no bar conversando e bebendo; enquanto isso, a mulher trabalha: lava roupa, cozinha, costura, remenda, prega botão, cuida das crianças, etc. (ROSSINI, 1993, p. 10).

Em entrevista com a Dona Iolanda, esta foi a única que informou que o marido e os filhos (são três adolescentes, com idade entre 11 e 15 anos) colaboram com as atividades domésticas e a produção no lote.

A divisão do lote, todo mundo cuida igual. Eu trabalho, não é ajuda, não. Não existe trabalho de homem e de mulher, todo mundo faz tudo. Aqui em casa é assim, quando está na roça, todo mundo está trabalhando, quando chega em casa, é a mesma coisa (Entrevista com a Dona Iolanda, 19/12/2017)

Embora o trabalho no campo seja pesado, o trabalho executado pelos adolescentes²⁴ é uma realidade na agricultura familiar, sendo este caracterizado como uma ajuda e também como forma de aprendizado. Desta maneira, semelhante ao que ocorre com as atividades exercidas por algumas mulheres no campo, o trabalho passa a ser configurado como uma ajuda ao do homem. Porém, como enfatiza Silva (2012), é indispensável não confundirmos “trabalho infantil”²⁵, com formas de difusão e repasse de cultura por meio das gerações ao considerarmos que muitas crianças da zona rural exercem algumas atividades como forma de assimilação de costumes, aprendizagem de valores e atitudes. Exemplo disso é a concepção prática considerada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) Sem-Terra nesse contexto.

Contudo, segundo a Organização Internacional do trabalho (OIT), o que se percebe sobre a ocorrência do trabalho infantil na agricultura familiar é que existe pouca informação disponível sobre as reais condições em que trabalham as crianças em situação de trabalho infantil agrícola e sobre os impactos para a sua saúde e segurança²⁶. As crianças em situação de trabalho infantil agrícola trabalham num setor histórico e tradicionalmente pouco regulamentado em muitos países. Quando comparados com trabalhadores de outros setores, os trabalhadores agrícolas estão menos protegidos, independentemente da idade (OIT, 2008).

²⁴ A Organização Internacional do Trabalho define Trabalho Infantil como sendo aquele exercido por qualquer pessoa abaixo de 16 anos de idade. Em nossa legislação brasileira, segundo a Emenda Constitucional nº 20, aprovada em 16 de dezembro de 1998 é proibido o trabalho para menores de 16 anos de idade, mas é permitido o trabalho a partir dos 14 anos na condição de aprendiz.

²⁵ O termo “trabalho infantil” refere-se às atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente de sua condição ocupacional. Para efeitos de proteção ao adolescente trabalhador, será considerado todo trabalho desempenhado por pessoa com idade entre 16 e 18 anos e, na condição de aprendiz, de 14 a 18 anos, conforme definido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 (BRASIL, 2004).

²⁶ De acordo com a OIT (2008), alguns deles são: as horas tendem a ser extremamente longas durante a plantação e as colheitas; grande parte do trabalho agrícola é fisicamente exigente e árduo; as crianças têm que trabalhar sob temperaturas elevadas; usam ferramentas de corte perigosas; correm o risco de caírem ou serem atingidas por objetos; os problemas de pele são frequentes; riscos de acidentes ou mortes devido a veículos agrícolas e máquinas pesadas; exposição a ruídos pode trazer problemas para audição; muitas crianças carregam, misturam e aplicam pesticidas tóxicos; problemas de respirar poeiras orgânicas; riscos de sofrer ferimentos ou ficarem doentes devido a animais de criação e selvagens.

Dona Deise, outra entrevistada, relata que já trabalhou muito, pois fazia todas as atividades que o então marido (hoje ela é divorciada) fazia, mas que isso acarretou muitos problemas de saúde (ela tem problema na coluna cervical). Que se ela não trabalhasse nas atividades do lote, o marido a xingava e chegava a agredi – la²⁷. Dona Deise reforça que não aconselha nenhuma mulher a trabalhar fazendo as mesmas coisas que os homens, que o corpo da mulher é mais frágil e que no futuro as consequências chegam.

Fazer cerca, tirar leite é trabalho de homem, eu já fiz isso tudo, mas não recomendo para nenhuma mulher. Pois a mulher não tem tempo de descanso, você sai da roça, vai para a casa, tem que fazer comida, é muito cansativo.

Eu digo: “Filha, eu quando tinha o meu marido e ele ia para a mangueira, eu já tinha tirado 50 litros de leite, e no final eu tinha que ir ajudar ele rebocar as vacas, se não ele vinha para casa xingando, batendo, eu não gosto, né. Existe sim, pegar sacaria, tambor de leite é para homem. Para a mulher em sitio, é uma horta, cuidar de uma galinha, é um peixe, isso sim é um trabalho mais leve para mulher. Se alguma mulher disse que não existe trabalho de homem e de mulher, existe sim. E eu falo, eu carreguei muita sacaria, carregar e descarregar caminhão de calcário, construí casa, sabe? Mas fala se isso é trabalho de mulher, a gente faz, mas o nosso corpo é outro, quantas vezes eu passei a noite com hemorragia e chegava aqui e ia tirar leite, pegava uma toalha de rosto, pôr no meio da perna para ir tirar leite, a gente não vê as consequências. (Entrevista com a Dona Deise, 19/12/2017)

Na figura 19 vemos uma foto de um tanque de peixe no lote de Dona Deise. Segundo ela, produzir peixe é uma ótima atividade para as mulheres, além de colaborar com a saúde mental. A entrevistada relatou que possui muitas

²⁷ Sobre a temática da agressão às mulheres rurais, ver o **Sozinhas – histórias de mulheres que sofrem violência no campo. Documentário** produzido pela repórter especial Ângela Bastos e pelo repórter fotográfico Felipe Carneiro do Diário Catarinense em 2017.

amigas assentadas que hoje estão com depressão, devido ao isolamento de morar no sítio.

Horta para mim não dá, o frango é uma boa para mulher, não tem que fazer força, pois você compra a ração, já vem embalada certinho. Peixe é para mulher, você tem que jogar a ração devagar, precisa só um tanque. E outra você pesca, é um ótimo exercício para a cabeça. (Entrevista com a Dona Deise, 19/12/2017).

Figura 19 - Foto do tanque de peixes no lote da Dona Deise, no assentamento Novo Horizonte.



Fonte: Simone Rui. Trabalho de campo/2017.

Muito se fala que o trabalho das mulheres na área rural é uma ajuda ao trabalho do homem, contudo, identificamos que para sete (07) de oito (08) entrevistadas, elas relataram que as atividades que realizam são por elas consideradas como um trabalho, seja na propriedade, plantando ou cuidando dos animais, ou mesmo cuidando dos afazeres domésticos. Na visão dos maridos/companheiros entrevistados, o trabalho das mulheres é importante para

a dinâmica das atividades realizadas no lote. Porém, a parceria não se estabelece quando nos referimos às atividades domésticas, em que foi citado pelos maridos/companheiros tratar-se de ajuda, como por exemplo, lavarem as louças suja.

Aqui é só a gente mesmo, nós dois contribuímos igualmente para a renda no lote, nós dois trabalha. Eu acordo vou tirar leite, cuidar das galinhas, aguar a horta e a casa quem cuida é ela. Ela também ajuda a limpar o terreiro e eu dou uma mão na cozinha. O trabalho dela é muito importante, porque uma pessoa sozinha não faz nada. (Entrevista realizada com o Senhor Jacinto – esposo da dona Hortênsia, 05/07/2018)

Para o pleno exercício da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais existem, além dos obstáculos econômicos, sólidas barreiras culturais e sociais. As limitações que as trabalhadoras enfrentam no seu cotidiano, são expressas na esfera da atividade produtiva. Porém, essa diferença no olhar das mulheres em relação ao seu trabalho é um avanço a ser destacado, o que pode ser fruto da organização de mulheres, ou ao acesso aos programas como o PAA, que contribui com a manutenção desta população no campo, pois em todas as entrevistas realizadas com as mulheres associadas elas enfatizaram a importância do Programa de Aquisição de Alimentos, e o quanto não enxergam o seu trabalho como ajuda ao de seus companheiros e sim trabalho realizado com muita dedicação e força física.

6.2 O Programa de Aquisição de Alimentos e a sua relação com a valorização do trabalho das mulheres rurais

O PAA é um dos programas mais eficientes para garantir a comercialização a preço justo dos produtos da agricultura familiar. Ao mesmo tempo, contribui para a segurança alimentar e nutricional da parcela mais pobre e vulnerável da população brasileira. As perguntas feitas referentes ao PAA tiveram como o enfoque o período em que as assentadas e os assentados associados começaram a acessar o programa. O intuito era saber se viram

benefícios depois da participação no PAA, o que fizeram com os recursos que conseguiram com o programa e, com a não renovação dos projetos do PAA em 2016, como elas estão mantendo a renda. Queremos investigar o quanto o programa trouxe benefícios para as mulheres agricultoras e, da mesma forma, com a sua ausência traz consequências para as mulheres pesquisadas.

Em entrevista com o analista de desenvolvimento agrário do ITESP de Mirante do Paranapanema, ele informou que o PAA foi iniciado no município em 2008, com dois projetos aprovados da Associação Pão de Mel, do Assentamento Santa Apolônia e, depois disso, começou a surgir várias outras associações.

Daí nós tocamos o projeto com a associação Pão de Mel e depois disso começou a surgir um monte de associação. O assentamento Santa Apolônia tem 104 famílias e tem 06 associações ativas, claro que algumas atraem produtores de outros assentamentos, isso mostra o lado que o assentamento não é tão agrupado, que eles preferem montar pequenos grupos de afinidades, por daí poderia sair uma cooperativa, né? Juntar todo mundo, mas daí tem muita divergência. (Entrevista com o analista de desenvolvimento agrário do ITESP de Mirante do Paranapanema, 27/06/2017).

O “Vice-Presidente” da associação pesquisada contextualiza historicamente como se deu a implantação do PAA, e explica o que acontecia na região para os assentados conseguirem gerar renda. Em um relato muito lucido ele demonstra o quanto a redução do orçamento deste programa afeta as famílias.

Sobre o PAA aqui em Mirante, para a maioria das famílias era a renda principal, os assentamentos estão aí há quase 20 anos e as pessoas não conseguiram avançar muito dentro das propriedades, mas ainda a renda é muito baixa, o PAA era muito importante, R\$8.000,00 reais por ano, fazia muita diferença. Antigamente, eles (assentados) não tinham aquela vontade de produzir, hoje em dia com o PAA todo mundo tombava um pedacinho de terra.

Quando nós viemos para o assentamento, a novidade era produção de leite, a maioria do pessoal com 45 – 50 anos de idade nunca tinha baixado para pegar o peito de uma vaca, foi na experiência mesmo. Agora a agricultura todo mundo já sabia lidar com isso, só que aí o Estado só tinha projeto para a questão do leite, pecuária leiteira, foi um aprendizado para todo mundo. Com o decorrer do tempo começou a entrar uns projetinhos de produção de mandioca e tal e começaram a levar ferro, as empresas não cumpriam os contratos e foi desmotivando o pessoal, que voltaram a viver basicamente do leite e não produzir quase nada. Aí com o PAA foi um projeto muito bom, né? Pois ele aproxima as famílias por não ser algo individual e sim em grupo, como associações ou cooperativas, que faz com que agregam as famílias, foi muito bom esse período. Todo mundo produzindo produto de ótima qualidade, hoje a produção de verdura, legumes é de uma qualidade melhor que a do CEASA, porque aqui é tudo pertinho e fresco.

O PAA fez com que o pessoal aprendesse a produzir e aí é uma tristeza, você não vê mais o brilho nos olhos do pessoal, aquele entusiasmo foi embora, só lamento. Porquê hoje você pega o leite, a produção está baixíssima e teve uma queda nos preços, pois devido à falta de diversificação da produção, as empresas de leite exploram isso. Por isso, a gente sempre tem que ter uma alternativa.

Como foi enfatizado pelo “Vice-Presidente”, ao mesmo tempo em que o PAA contribuiu para que os agricultores se sentissem estimulados a produzir uma variedade de produtos (Quadro 6), contudo, a redução nos recursos gerou a falta de opção, fazendo com que a maioria dos associados ficasse refém da agroindústria leiteira. Conseguimos entender um pouco mais da realidade e das dificuldades que os produtores assentados enfrentam, pois eles ficam na dependência das empresas de leite que pagam muito pouco pelo litro²⁸ ou nas

²⁸ - Em conversa com uma associada que entrega leite, ela informou que no momento da entrevista (22/01/2018) recebia cerca de R\$0,85 pelo litro de leite.

mãos do Estado que desenvolve programas e, por decisões políticas, diminui os recursos.

Temos muita dificuldade em produzir, tem que fazer adubação e outras coisas. O Estado tinha que estar mais presente para gente conseguir trabalhar melhor. As vezes a gente precisa de um dinheirinho, mas não vem muito rápido, não é na hora que a gente precisa. (Entrevista realizada com o Senhor Manuel – esposo da Dona Virginia, 05/07/2018).

Figura 20 - Tanque de refrigeração de leite no lote da Dona Lilian e do Senhor Celestino.



Fonte: Simone Rui. Trabalho de Campo/2018.

Segundo Nobre (1998) à medida em que a produção de leite se tecnifica e passa a contribuir com maior peso para a renda das famílias, as tarefas passam progressivamente a ser desenvolvidas pelos filhos maiores e, depois, pelos maridos. Como fruto de uma produção complementar, o que é essencial para a manutenção dessas famílias, contudo, tal aspecto não é facilmente

reconhecido. Podemos observar por meio das figuras 20 e 21, e da citação abaixo que no lote da Dona Lilian e do Senhor Celestino ocorreu uma tecnificação da produção de leite, já que no lote existe um tanque de refrigeração e a ordenha é mecanizada. Verificou-se também através da fala do Senhor Celestino que a atividade leiteira é a principal fonte de renda da família, além de demonstrar que ele é um grande conhecedor sobre o assunto.

Aqui quem trabalha sou eu, ela tem um problema nas costas (escoliose), estamos tentando marcar a cirurgia, hoje ela faz uma coisinha, o resto é a gente, meu cunhado ajuda nas atividades do lote. Aqui a gente tira em torno de 100 a 120 litros de leite. **Vou te dar uma instrução agora (risos)**²⁹, tem gente por aí que não tira nem 20 litros de leite, nessa situação morre a pessoa e morre o gado, porque não dá um sal marinho e a vaca não entra no cio no estado certo e é no outro ano que sente a consequência. As vezes a pessoa não planta uma cana para manter o estado corporal da vaca, porque se não tiver carne ela não entra no cio. (Entrevista realizada com o Senhor Celestino – esposo da Dona Lilian, 05/07/2018).

²⁹ Grifo meu, pois em entrevista com os homens, em todos os momentos, eu sentia que eles sempre estavam tentando me ensinar algo, até com um certo ar de arrogância.

Figura 21 - Instalação de ordenha de leite bovino no lote da Dona Lilian e do Senhor Celestino.



Fonte: Simone Rui. Trabalho de campo/2018.

Vale ressaltar que um dos pilares do PAA é estimular a diversificação da produção fazendo com que os produtores possam entregar uma grande variedade de produtos. Grisa, Schmitt, Mattei, Maluf e Leite (2010), apontam que as avaliações do PAA demonstram que muitos agricultores passaram a diversificar e valorizar os produtos locais que, até então, eram desvalorizados ou desconhecidos em termos de seu valor comercial. Siliprandi (2011) enfatiza que o PAA ainda possibilita a venda de produtos processados, tradicionalmente utilizados no consumo da casa ou vendidos em pequenas quantidades e que permitem a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar. No caso da Associação Força Feminina, a lista de produtos processados não foi identificada, ficando mais evidente a entrega de produtos *in natura* e produtos característicos do quintal das famílias, como alguns tipos de frutas (jabuticaba, jaca, entre outras), e as hortaliças, produção relacionada às atividades ditas femininas.

Quadro 6 - Diversificação dos produtos entregues pela Associação Força Feminina ao PAA (2011 a 2016).

ANO	PRODUTOS
2011	Abobora Seca, Abobrinha Italiana, Alface Crespa, Batata Doce, Cebolinha, Cenoura, Cheiro Verde, Maracujá, Maxixe, Milho, Quiabo e Mandioca com casca
2012	Abacate, Abacaxi Havaí, Abobora, Abobora Seca, Abobrinha Brasileira, Alface Americana, Alface Crespa, Almeirão, Banana, Batata Doce, Berinjela, Beterraba, Cebola, Cebolinha, Cenoura, Cheiro Verde, Chuchu, Coco, Couve, Feijão, Jiló, Limão Taiti, Mamão Formosa, Maracujá, Maxixe, Milho, Pepino, Pimentão Verde, Pimentão Vermelho, Quiabo, Mandioca com casca, Repolho e Rúcula.
2013	Abacate, Abobora, Abobora Paulista, Abobora Seca, Acerola, Alface Americana, Alface Crespa, Almeirão, Banana Nanica, Banana Maça, Banana Prata, Batata Doce, Berinjela, Beterraba, Cará, Carambola, Cebolinha, Cenoura, Cheiro Verde, Chicória, Chuchu, Coco verde, Couve, Espinafre, Frango Caipira, Goiaba Vermelha, jabuticaba, Jaca, Feijão, Jiló, Laranja Pera, Limão Taití, Mamão Formosa, Manga Haden, Manga Keith, Manga Tommy, Maracujá, Maxixe, Melancia, Milho verde em espiga, Pepino, Pimenta Cambuci Pimentão Verde, Quiabo, Rabanete, Mandioca com casca, Repolho, Rúcula, Salsa, Tangerina, Tilápia, Tomate Cereja, Tomate, Vagem.
2014	-----
2015	Abacate, Abacaxi Havaí, Abobora Paulista, Abobora Seca, Abobrinha Brasileira, Abobrinha Italiana, Acelga, Acerola, Alface, Almeirão, Amendoim com casca, Banana Maça, Banana Nanica, Banana Prata, Batata Doce, Berinjela, Beterraba, Carambola,

	Cebola, Cebolinha, Cenoura, Cheiro Verde, Chicória, Chuchu, Coco verde, Couve, Feijão, Frango Caipira, Goiaba Vermelha, Inhame, Jabuticaba, Jaca, Jiló, Laranja Pera, Limão, Mamão Formosa, Manga Hadem, Maracujá, Maxixe, Melancia, Milho, Nabo, Pepino Caipira, Pepino, Pimenta Cambuci, Pimentão Verde, Pimenta verde Americana, Quiabo, Mandioca com casca, Repolho, Rúcula, Salsa, Tangerina, Tilapia, Tomate Cereja, Tomate, Vagem.
2016	-----

Fonte: Conab, 2017/ Organização. Simone Rui.

O PAA tem contribuído para o aumento da produção, a diversificação e a melhoria da qualidade da produção para o autoconsumo das unidades familiares de produção. (DELGADO, 2005). Como podemos observar no quadro 6, a variedade dos produtos entregues ao longo da participação dos associados da Associação Força Feminina no PAA aumentou a sua diversificação da produção. Em 2011 foi entregue uma variedade de 13 produtos, já em 2015 foram entregues 67 tipos de produtos diferentes. Outro ponto a ser observado é que dentre estes produtos há aqueles que eram pouco valorizados e que tinham pouco interesse comercial. Sendo assim, o PAA incentiva a produção e o consumo de alimentos regionais, articula a produção de alimentos ao consumo local, respeitando a sazonalidade, a proximidade, os atributos de qualidade, o saber-fazer local, as organizações coletivas, as relações sociais, contrapondo-se ao modelo de produção assentado em grandes corporações, que valoriza a distância, a padronização, a durabilidade dos produtos, a impessoalidade e subordina o tempo e o lugar à acumulação de capital (TRICHES, FROEHLICH, 2008). Na figura 22 visualizamos a diversificação da produção no lote da Dona Hortênsia e do Seu Jacinto. Em um espaço bastante reduzido, identificamos produtos como mamão, coco verde, verduras variadas, parreira de maracujá. Dessa forma, o PAA contribuiu também para a melhoria da alimentação dos próprios assentados.

No lote é produzido leite, limão, cria frango, porco, abobora. Vou falar algo para tu, essa Conab ajuda muito a gente, ela é boa porque é muito diversificado. É muito sofrido a gente produzir e não ter para quem vender, a gente perde tudo. (Entrevista realizada com o Senhor Jacinto – esposo da Dona Hortênsia, 05/07/2018).

Figura 22 - Diversificação da Produção no Lote da Dona Hortênsia e do Seu Jacinto.



Fonte: Simone Rui. Trabalho de campo/2018.

Aqui a gente só trabalha com plantio, não gostamos de mexer com os animais, tem a ração que é caríssima. Meu ramo é plantar, eu planto tudo para entregar na associação. O único lugar que a gente entrega é para a Conab mesmo. Quando não tem, a gente não consegue vender para nenhum outro lugar. Aqui só tem umas coisinhas agora, principalmente mandioca (figura 23). (Entrevista realizada com o Senhor José – esposo da Dona Rosa, 05/07/2018)

Figura 23 - Plantio de mandioca no lote da Dona Rosa e do Senhor José.



Fonte: Simone Rui, trabalho de campo/2018.

Aqui é assim, ela cuida da casa e me ajuda no roçado, a parte do gado sou só eu que mexo. No roçado a gente planta pra Conab, planta um quiabo, uma abobora, um limão (figura 24). Entregar para o PAA ajudou, porque antes a gente queria comprar uma coisa e não podia, depois conseguimos comprar um carrinho. A gente foi participar da Associação para poder entregar na Conab, porque sem participar não podia. É uma boa associação a gente entrega os produtinhos e recebemos direito, as vezes demora para receber, mas sempre vem. (Entrevista com o Senhor Francisco – esposo da Dona Angélica, 05/07/2018).

Figura 24 - Roçado no lote da Dona Angélica e do Senhor Francisco.



Fonte: Simone Rui. Trabalho de campo/ 2018.

Através dos relatos e das fotos podemos verificar quanto o PAA é de extrema importância para as famílias entrevistadas, pois ao acessarem este tipo de programa, os assentados passam a ter o seu trabalho valorizado e sentem orgulho da sua produção.

Entretanto, em virtude da queda no total de recursos destinados ao PAA, Marília Emília Pacheco, ex-presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em entrevista concedida em março de 2017 para o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), afirma que:

A redução dos recursos públicos destinados ao programa PAA, que construiu a interação entre instrumentos da política agrícola com a política social, é um grave retrocesso. Perdem os agricultores familiares e principalmente as mulheres agricultoras, que através de suas formas organizativas vinham fortalecendo-se como sujeitos de direitos e encontrando

caminhos para a construção de sua autonomia econômica no enfrentamento das desigualdades de gênero. Perdem as organizações da rede sócio assistencial que veem reduzidas as possibilidades de receberem alimentos saudáveis e diversificados. Perde a democracia, pois esse programa inovador deveria avançar para a construção de uma política pública no caminho da justiça social e da garantia da segurança alimentar e nutricional, com a perspectiva igualitária e distributiva de “tratar desigualmente os desiguais”, rompendo com a prática histórica de só favorecer preço e mercado para a agricultura do agronegócio.

De fato, o PAA proporcionou avanços em relação à qualidade de vida dos agricultores familiares, pois valorizou os produtos da agricultura, aumentou a diversidade da produção, aproximou produtor e consumidor, ofereceu garantia de venda e pagou preços mais vantajosos. O PAA é um programa que possibilitou a ampliação da participação da agricultura familiar, pois serviu de alternativa de comercialização, principalmente, para aqueles agricultores que não conseguiam atingir outros mercados. A maior queixa apresentada nas entrevistas, seja através das falas das mulheres ou dos homens, se refere à falta de garantia de venda, ou seja, a insegurança quanto à comercialização.

Partindo desse breve pressuposto que enfatizamos a relevância do PAA e o retrocesso enfrentado com a redução dos recursos destinados ao programa. Afinal, todos os avanços obtidos em relação ao PAA, principalmente quando analisamos a vida das mulheres do campo e o reconhecimento destas ao direito de serem beneficiárias de políticas públicas, se devem, em grande medida, aos esforços das organizações de mulheres, sendo estes através da Marcha das Margaridas ou de organizações coletivas como associações. Contudo, essa política ainda não é suficiente para garantir nem mesmo a igualdade entre os gêneros no meio rural, sendo assim as mulheres do campo ainda precisarão marchar muito para que a igualdade real entre os gêneros, no meio rural, seja alcançada.

6.3 A Associação Força Feminina como ponte para o desenvolvimento de território de empoderamento.

A seguir vamos demonstrar a visão das associadas quanto à importância do PAA para a manutenção da renda familiar e a valorização do trabalho que elas executam, além de compreender como a Associação Força Feminina colaborou com a participação delas neste programa. Cada uma das mulheres entrevistadas cita diferentes interesses ao se associar à Força Feminina, desde pessoais, como conhecer alguém que participava, outros ligados à maior facilidade da produção no lote, ou até mesmo melhorias no assentamento. Contudo, todas demonstram satisfação com a associação. Buscaremos também estabelecer se existe em algum grau o empoderamento das associadas da Força Feminina.

Eu decidi participar da associação, por causa da facilidade, não fica sobrecarregada só para você o trabalho, dividi com todos. Eu participo desde o início. A melhor coisa de participar da associação é o trabalho ser dividido, fica mais leve, não tão pesado. (Entrevista com Dona Deise, 19/12/2017).

Comecei a participar da associação para ver se as coisas melhoram, ter algum benefício para o assentamento, mas por enquanto, nada. Eu participo faz uns 5 anos e a maior melhoria é que a gente entrega as coisas e recebe, e antes não tinha para quem entregar, é o lugar onde a gente entrega a verdura, a abobrinha e o pepino. (Entrevista com Dona Iolanda, 19/12/2017).

Eu comecei a participar da associação porque para mim eu achei que seria uma boa, juntar o pessoal para dar uma força. A gente começou a ter mais acesso as coisas, comprar as coisas melhores, para o sitio mesmo. (Entrevista com Dona Angélica, 19/12/2017)

Eu decidi participar da Associação Força Feminina porque é uma renda extra aqui para a gente, porque a gente produz e tem para quem entregar, por exemplo, na época de alguma fruta, você não consegue consumir tudo, se deixar vai estragar, por mais que você dá um pouco para um, para outro, dá para filho, acaba perdendo muita coisa, e assim não perde, e tendo um lugar para entregar facilitou muito. Eu sou associada faz uns 5 anos, eu sempre tive vontade de participar de uma associação, eu já tinha procurado outras, colocavam dificuldade. Como eu conhecia a Presidente, eu conversei com ela e ela me encaixou. Participar da associação ajuda muito, a gente consegue um preço mais razoável quando vai comprar algo, se for criar frango, em uma associação você tem mais força para diminuir o valor das coisas. (Entrevista com Dona Melissa, 20/01/2018)

Em entrevista com a Dona Rosa em 19/12/2017, apesar dela ter participado da criação da Associação Força Feminina, ela informou que teve um problema com a administração da associação, chegando a ser levada para a Delegacia, devido a problemas de transparência quanto à distribuição de produtos por DAP³⁰. A associada, mesmo com os problemas relatados, continua participando da associação, mas não frequenta mais as reuniões.

Eu decidi participar da associação porque todas as mulheres se reuniram, aí minha vizinha, que é bastante minha chegada. Aí ela disse, você não quer entrar no projeto? Eu não entendia nada de projeto. Aí teve a reunião na casa dela, eu fui. No começo a gente dava uma porcentagem para mexer com a papelada, depois parou. Nos dois primeiros anos, eu completei a minha DAP, entreguei muita coisa para a Conab. Entregamos coco, pimentão, verdura.

³⁰ A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é um documento que identifica o produtor familiar e necessário para que esse agricultor possa participar das políticas públicas para a agricultura familiar, como financiamento da habitação rural e Programa de Aquisição de Alimentos.

Fui chamada na delegacia para ser testemunha de um casal. Daí na delegacia tinha um monte de assentado, o delegado perguntou para a gente se eu mexia com carne de frango. Daí eu falei que eu nem sabia se tinha esse projeto, eu perguntei para a Presidente porque ela tinha me colocado no projeto de frango, ela falou que como a gente estava acostumado a mexer com roça, vocês tinham de tudo, fruta e legumes e vocês fechavam o projeto com essas coisas, mas tem gente que tinha preguiça de trabalhar, daí tem que ter alguma coisa. O delegado me perguntou se eu tinha certeza que eu não entregava frango, mas eles colocaram o meu nome, se você quiser ir lá vistoriar no me lote pode ir. Eu nunca entrei nesse projeto, fiquei até cega de raiva, se eu encontrasse a presidente e o “vice-presidente” eu nem sei o que faria, eu não tenho sangue de mulher não, eu tenho sangue é de homem. Estavam colocando a colher no prato errado, eu sou analfabeta, velha, mas eu sei de tudo que está acontecendo. Depois disso eu nunca mais fui em uma reunião. (Entrevista Dona Rosa, 19/12/2017).

No que se refere à participação no PAA, todas as entrevistadas demonstram a importância do programa para a manutenção da família no lote, além de ter possibilitado algumas conquistas, seja em nível pessoal, quanto algo físico, como a construção da cozinha da Dona Angélica (figura 22), ou financeiro, ligado a pagar dívidas, comprar coisas para o lote (como sementes, adubos, ferramentas ou para a manutenção da casa). As entrevistadas, de um modo geral, sentiram que o seu trabalho tinha mais valor, pois produziam com garantia de venda. Para o agricultor familiar, o acesso ao PAA é uma garantia de mercado para sua produção. Como a remuneração total para cada produtor é especificada e acordada no projeto apresentado à CONAB, assim como o preço a ser pago por cada produto. De acordo com Chmielewsk; Souza; Lourete (2010), o agricultor é protegido de flutuações danosas de demanda e de preço de mercado, as quais representam risco de prejuízo e/ou perda de parte da produção. Este é um elemento bastante enfatizado pelas entrevistadas.

Participar do PAA ajudou muito o trabalho, porque era uma rendinha a mais que a gente tinha, e a gente sempre tem uma necessidade, ter que arrumar uma coisa ou outra e essa renda a mais é sempre bom. A gente entregava horta, mandioca, batata, maxixe. Com o PAA eu consegui começar a minha cozinha, comprar os materiais que faltavam, pagar as contas. Melhorou demais. Sem o PAA é uma tristeza, nos agora vivemos da aposentadoria, e entregamos o leite para a empresa Novo Mundo. A cozinha (figura 25) ainda está parada, só subimos, colocamos o telhado, ainda está no contra piso, antes era só casinha (azul). (Entrevista com Dona Angélica, 19/12/2017).

Figura 25 - Foto da construção da cozinha da entrevistada Dona Angélica com recursos obtidos com a comercialização de produtos no PAA.



Fonte: Simone Rui. Trabalho de campo/2017.

Em relação à Dona Iolanda, quando cheguei para a entrevista, ela e a sua família estavam todos dedicados à colheita de pepino (figura 26). A entrevistada relata que o pepino passou a ser a única fonte de renda da família depois da não

renovação dos projetos do PAA ligados à Força Feminina. O pepino é entregue para uma empresa do Mato Grosso do Sul, a qual distribui o pepino utilizado pela rede de *fast food* MAC Donalds. A entrevistada informou sobre as péssimas condições de trabalho, em que eles já iniciam a produção com uma dívida em produtos, como defensivos agrícolas e adubo com a empresa que compra essa produção, fazendo com que o valor a receber seja baixo. A produção de pepino é exclusivamente destinada a esta empresa do Mato Grosso, já que os outros produtos cultivados no lote, como mandioca, abóboras e hortaliças são entregues para o PAA. Isso reforça a importância do PAA, em que os produtores encontravam preços mais justos para a sua produção, além de não se submeterem aos mecanismos injustos de comercialização.

Participar do PAA ajudou bastante a gente, pois a nossa maior dificuldade como produtor é plantar e não ter para quem vender. O pepino a gente entrega para uma firma do Mato grosso, o resto (hortaliças, mandioca, abóbora) a gente entrega para a CONAB. Foi muito bom entregar para a Conab, porque antes disso a gente não tinha nenhuma renda, porque o leite não dá nada, e com a Conab começamos a ter um dinheirinho todo mês para se manter. Eu com esse dinheiro eu compro comida, as vezes uma roupa, um sapato, mas não dá para comprar um carro, reformar a casa, comprar um móvel, é muito pouco o que a gente ganha. Para conquistar alguma coisa tem que lutar muito, e agora com a diminuição do PAA a gente consegue alguma renda com o pepino, mas só na firma que a gente entrega desconta todos os produtos que a gente usa, veneno, adubo, essas coisas dá em torno de R\$ 5.000,00 e quando a gente entrega vem uma miséria, por exemplo: a gente entrega 1.000 kg, daí eles descontam o veneno, o adubo e a gente recebe nem R\$ 500,00. (Entrevista com Dona Iolanda, 19/12/2017).

Figura 26 - Foto da produção de pepino no lote da entrevistada Dona Iolanda.



Fonte: Simone Rui. Trabalho de campo/2017.

Na volta ao campo realizada em 05 de julho de 2018 que tinha como foco de interesse entrevistar os maridos/companheiros³¹ das associadas da Associação Força Feminina, que já tinham sido entrevistadas em visita anterior, se verificou que o caso da Dona Iolanda se diferenciava das outras por alguns motivos, pois era a única que possuía filhos em idade escolar (entre 11 e 15 anos) e que ainda moravam no lote, pois todos os outros entrevistados, os filhos já eram casados e não moravam mais no lote com os pais. Deste modo, apesar da pouca idade dos filhos, eles também colaboram com a produção realizada no lote. No caso dessa unidade familiar, como foi dito, eles produzem pepino (figura 27) que é destinado a uma empresa de beneficiamento no Mato Grosso. Outra característica observada foi que de todos os lotes visitados, o da família da Dona Iolanda era o mais humilde em estrutura física, em relação à casa e ao seu entorno. Na volta ao campo, fui surpreendida ao encontrar o lote abandonado

³¹ Sugestão dada pelos membros da banca durante a realização do Exame de Qualificação ao Mestrado.

(figura 28). Em conversa com vizinhos do lote, foi relatado que a família se mudou para o Paraná, porém, o motivo não consegui identificar.

Cabe aqui enfatizar a importância do PAA para a manutenção das famílias no lote, na qualidade de vida, seja através da renda ou da diversidade e qualidade nutricional. Nas figuras 27 e 28 podemos ver a produção de pepino no lote da Dona Iolanda em dois momentos diversos.

Figura 27 - Produção de pepino no lote da Dona Iolanda em 2017.



Fonte: Simone Rui. Trabalho de campo, 2017.

Figura 28 - Lote da família da Dona Iolanda abandonado em 2018.



Fonte: Simone Rui. Trabalho de campo/2018.

Já para a Dona Melissa, entregar frango para o PAA era algo muito bom, pois além de eles possuírem a infraestrutura (figura 29) para a criação, era um trabalho que ela gostava muito de fazer. No momento da entrevista, ela estava esperançosa para a construção do abatedouro de frango caipira que a Associação Força Feminina conseguiu via recursos do Microbacias II. A mesma ainda informa sobre bens materiais que conseguiu adquirir via recursos dos produtos entregues ao PAA.

Entregar para o PAA ajudou muito o trabalho. Com o PAA, eu já entreguei frango, e gente tem um barracão para criar frango, com o PAA eu pagava as minhas contas, eu comprei geladeira nova. Com o PAA eu me senti mais realizada, que você é capaz de conquistar alguma coisa, pegar um dinheiro e saber que ele vem de algo que você plantou, colheu, entregou é muito gratificante. (Entrevista Dona Melissa, 22/01/2018).

Figura 29 - Foto do barracão para criação de frango no lote da Dona Melissa.



Fonte: Simone Rui, trabalho de campo/2017.

Assim como a Dona Melissa, Dona Lilian também está esperando a construção do abatedouro de frango caipira, e já está construindo um barracãozinho (figura 30) para criar o frango.

As melhorias para a associação é o abatedouro de frango caipira, estamos animadas. É uma boa associação, mas temos alguns problemas para se comunicar, aqui é tudo longe, a gente se comunica pelo *WhatsApp*, marca reunião, essas coisas, só que as vezes a gente fica sem resposta. Eu ficava muito animada com o PAA, ter um lugar para entregar, mas as vezes a associação avisava a gente em cima da hora, o que dificulta a produção, a gente tem que se programar.

Figura 30 - Barracão no lote da Dona Lilian e do Senhor Celestino, sendo construído para a criação do frango caipira.



Fonte: Simone Rui. Trabalho de campo/2017.

Quando você vem para cá (assentamento), você vira pedreiro, cerqueiro, um faz tudo. Não é me gabando não, nunca mexi com a construção de telhado, e ficou muito bom. Nossa maior dificuldade é a falta de dinheiro. (Entrevista realizada com o Senhor Celestino – esposo da Dona Lilian, 05/07/2018)

Todas essas falas reforçam e vão ao encontro da valorização do trabalho da mulher, o quanto isso faz diferença na vida delas. Estarem inseridas em uma associação, fez com que essas mulheres conseguissem enxergar o seu trabalho como algo de extrema importância, não só para elas, mas para toda a família. Apesar da associação levar o nome Força Feminina, o que percebi, foi uma associação familiar, pois todos os maridos das mulheres que entrevistei também participam da mesma associação.

Mesmo com problemas enfrentados pela associação, as associadas valorizam o esforço da construção do abatedouro de frango caipira como algo

benéfico e que vai melhorar a vida, pois terão mais uma alternativa de renda. O PAA deixou marcas importantes nessas mulheres, pois com o programa elas conseguiram acessar políticas públicas e gerar renda para a unidade familiar, apesar de que, em nenhum dos relatos, as mulheres informaram destinar uma parte do dinheiro arrecadado para elas próprias. A renda é só uma para o casal, dessa forma elas não possuem condições de decidir o que fazer com o dinheiro, pois todos os gastos precisam ser discutidos entre o casal.

A maior dificuldade para as mulheres aqui no assentamento é que falta um dinheirinho para elas, as vezes elas querem comprar uma roupa, um calçado, um celular e não podem. (Entrevista realizada com o Senhor Jacinto – esposo da Dona Hortênsia, 05/07/2018)

Em entrevista com a Dona Angélica e seu esposo Senhor Francisco foi possível perceber o quanto as mulheres assentadas tiveram que enfrentar muita dificuldade para conseguir o lote em que vivem hoje. No mais cabe ressaltar a força e a coragem que essas mulheres enfrentaram e enfrentam no seu dia a dia. Segue o relato.

Ficava só eu e minha sogra, montávamos barraca e tudo até sair o lote. O patrão dele não podia saber que estávamos envolvidos com o movimento, não dá certo fazendeiro com assentado. Daí para ele vir ficar aqui tinha que pedir as contas e ele ficava preocupado caso não desse certo, quando saiu o nosso lote ele pediu as contas e veio ficar comigo.

O começo foi difícil demais...

No começo eu quase desisti, pensa, a gente ficava em um barraquinho de lona depois construímos uma casinha de dois cômodos, ficamos um ano sem energia, sem água, tínhamos que buscar água no córrego. O bom é que as crianças já estavam grandes, meu filho caçula tinha treze anos e ficou na cidade estudando, então ele não sofreu essas dificuldades. Mas

agora estamos na glória, porque depois começou a sair os investimentos para comprar as vaquinhas (figura 31) e a gente foi se organizando. (Entrevista com a Dona Angélica e seu esposo Senhor Francisco, 05/07/2018).

Figura 31 - Pasto no lote da Dona Angélica e do Senhor Francisco.



Fonte: Simone Rui. Trabalho de campo, 2018.

Todos os entrevistados reforçaram que ao participar da Associação, está melhorou de alguma maneira a vida deles, seja por que passaram a entregar para a Conab, seja por que passaram a ser reconhecidos pela força do seu trabalho. Enfatizamos que a desigual relação de gênero e de poder ainda existe nos lotes, mesmo as mulheres desempenhando muitas atividades. Constatou-se que de oito (08) famílias entrevistadas, num total de 14 (catorze) pessoas, somente em dois lotes eles contratam mão de obra de pessoas de fora da unidade familiar, que é o caso da Dona Deise e da Dona Lilian. No caso da Dona Deise, ela reside sozinha no lote, sendo assim, necessita da força de trabalho de outras pessoas, e no caso da Dona Lilian, por motivos de saúde, ela não tem

disponibilidade de colaborar com todas as atividades, e o seu marido precisa de outras pessoas para trabalhar no lote. Sendo assim, na maioria das unidades familiares entrevistadas, sem o trabalho executado por essas mulheres, dificilmente os seus companheiros conseguiriam produzir algo em quantidade para ser entregue ao PAA. Cabe ressaltar que o trabalho delas não cessa quando retornam para a casa, cabendo a elas lidar com as atividades ligadas à reprodução social.

A participação no PAA manteve a jornada exaustiva das mulheres, pois os produtos que antes não tinham valor comercial passam a ter, como os produtos cultivados no quintal, sendo este de responsabilidade das mulheres e as atividades de cuidado com a casa e com a família. Porém, o PAA contribuiu para que as atividades que elas já executavam passassem a ter valor e sua força de trabalho começasse a ser reconhecida pelo Estado.

Essas mulheres, ao valorizar o trabalho que elas executam, seja este nas esferas produtivas ou reprodutivas, geram uma mudança, no sentido de transformar o lugar social da mulher no campo, deixando de serem ajudantes para serem reconhecidas tanto pelos maridos, quanto pelo Estado como trabalhadoras. Assim, essas mulheres, apesar de, em alguns momentos, reafirmarem a submissão, também fazem resistência à mesma, pois elas passam a enxergar o quanto seu trabalho é importante, mesmo muitas vezes não sendo reconhecido pelos seus companheiros. Estar inserida numa organização coletiva, como é o caso da Associação Força Feminina, é relevante, pois proporciona uma noção de pertencimento ao grupo, que consegue identificar as dificuldades comuns e, de alguma forma, viabiliza juntas dar novas possibilidades, seja participando da criação do abatedouro, seja destinando a sua produção ao PAA.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Meu recado às mulheres
contem
suas histórias
descubram o poder
de milhões de vozes
que foram caladas
por séculos”
(Ryane Leão)*

Analisou-se nessa dissertação, a partir das interfaces entre gênero e agricultura familiar, como o acesso a uma política pública específica, no caso o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), influencia (ou não) no empoderamento das agricultoras participantes. Para tanto, estabelecemos uma relação entre as categorias de análise gênero e território, na tentativa da articulação do surgimento de um território de empoderamento, no qual a Associação e os seus líderes consolidariam uma relação de poder, além desta organização coletiva possibilitar o empoderamento das suas associadas.

A metodologia utilizada e a busca de técnicas não se mostraram estáticas, mas sim abertas para que pudéssemos alcançar os objetivos deste estudo. A pesquisa de base qualitativa utilizando um estudo de caso foi a alternativa encontrada para que pudéssemos ouvir e dar voz a essas mulheres associadas à Força Feminina, o que se mostrou bastante interessante, pois conseguimos, através de entrevistas semiestruturadas, alcançar os objetivos da pesquisa com os objetivos da pesquisa. Apesar de seguirmos um questionário padrão para todas as entrevistadas, foi possível dar voz a individualidade de cada uma delas, de acordo com o interesse apresentado.

As teorias que nortearam este trabalho serviram de suporte para tentar compreender a realidade que foi investigada na Associação Força Feminina. Estabelecer uma relação entre gênero, território e empoderamento colaborou para entendermos que as relações de gênero são determinadas por relações de poder, sendo que romper com essa estrutura fez com que, no caso desta pesquisa, nos deparássemos com mulheres que não consideram o seu trabalho uma ajuda ao trabalho do homem. Ao contrário. Consideram que trabalham mais que seus maridos, ao acumularem o trabalho no campo ao trabalho doméstico.

Ao compreender a relação entre trabalho produtivo e reprodutivo, na qual as mulheres rurais estabelecem uma dupla jornada extenuante, pois o trabalho delas não termina quando voltam para as suas residências. Ouso aqui afirmar que a relação de ajuda se dá na esfera masculina, pois estes colaboram vez ou outra com alguma atividade doméstica e/ou com os cuidados com os filhos.

As categorias território e gênero foram essenciais para estabelecer uma relação com o empoderamento, pois as três têm em comum a ligação com o poder, seja ele exercido pelas pessoas, pelo Estado ou as instituições. Dessa forma, com essa pesquisa, identificamos que a Associação Força Feminina estabelece uma relação de poder sobre as associadas, pois somente através da inserção dessas mulheres em uma associação que elas passam a entregar a sua produção ao PAA, sendo assim, elas ficam submetida às responsabilidades de seus líderes, seja para o preenchimento de documentos com os produtos entregues, seja no redirecionamento dos pagamentos do PAA. Como podemos ver, a Associação Força Feminina, colocou produtos em DAPs de pessoas que não entregavam determinados tipos de produtos, levando ao indiciamento da Associação, ficando um ano sem poder entregar produtos no programa, o que gerou perdas financeiras para todos os associados, particularmente as mulheres.

Deve ser destacado que a Associação Força Feminina se mantém ativa, buscando através de seus líderes, principalmente o “vice-presidente”, novas alternativas para a comercialização da produção, no caso o frango caipira. A construção do abatedouro de frango caipira é esperança para muitas associadas e associados entrevistados, sendo que alguns já estão se preparando para este novo momento, construindo os barracões para os frangos, ou outras acreditam que este tipo de atividade beneficiará muito as mulheres, pois são atividades que não desgastam tanto fisicamente.

Na avaliação de todos os entrevistados, com exceção de uma pesquisada, a Associação Força Feminina, representada pela figura de seus dirigentes numa associação que atende as expectativas das associadas e associados e que realizam o seu trabalho corretamente. Contudo, hoje diferentemente do momento da sua implantação, a associação não estimula o fortalecimento das mulheres rurais e não realiza atividades que favoreçam o empoderamento feminino, sendo esta somente uma associação que leva no seu

histórico de formação, a união das mulheres, mas que se perdeu com o crescimento e, principalmente, com o enfoque na produção de frango. Como foi ressaltado pelo agente do Itesp entrevistado, a Associação Força Feminina agregou muita gente, pois todos acreditavam que para produzir e entregar frangos precisariam estar filiados a esta Associação. Sendo assim, a “força feminina” é exercida individualmente por cada uma das mulheres entrevistadas e não de forma coletiva pela associação.

De uma forma geral, as mulheres entrevistadas sabem e valorizam o seu trabalho no lote, não definem o seu trabalho como ajuda e, reforçam que trabalham mais que seus companheiros. Apesar da palavra empoderamento não ser compreendida pelas mulheres entrevistadas, elas vivem no seu dia a dia, a luta das mulheres para exercer todas as suas funções. À vista disso, as mulheres entrevistadas alcançaram o empoderamento na dimensão cognitiva, pois elas possuem uma visão crítica da realidade em que vivem e na dimensão política, pois de uma forma ou de outra, são mulheres que se organizam coletivamente, seja através da associação, ou da luta pela terra. Já em relação ao empoderamento econômico, o que seria resposta para a pergunta sobre o acesso ao PAA e o empoderamento dessas mulheres, o que podemos afirmar é que elas sabem que geram renda através da participação no programa, mas como o dinheiro obtido é sempre um bem comum nas famílias ou casais pesquisados, elas não exercem de forma autônoma esse empoderamento econômico, não podendo comprar o que elas querem e sim o que é preciso ser comprado para a família, como eletrodomésticos (uma geladeira, por exemplo) e, na maior parte dos casos, os recursos vão ser aplicados no lote.

O PAA também contribuiu para que as atividades que elas sempre exerceram, como o cultivo de hortas e a criação de pequenos animais nos quintais, passassem a ter valor comercial. Desta maneira, a participação no PAA é extremamente importante para as entrevistadas e para os entrevistados, mas no caso desta associação não podemos afirmar que o PAA contribuiu, ou aumentou o empoderamento dessas mulheres, e sim, somente reforçou o que já existia por elas adquirido.

As mulheres e homens entrevistados nos mostraram a importância do Estado ter uma política pública que possibilite a garantia de venda da sua produção, mas também de ter acesso ao crédito rural e assistência técnica. Em

todos os relatos sobre o PAA, foi evidenciado o quanto essa população vive a insegurança em relação ao destino final da sua produção, ou seja, como será feita a comercialização. Por conseguinte, o PAA favoreceu essa garantia, pois os agricultores familiares sabem que se plantando existe a segurança de destino final. Com a diminuição dos recursos destinados a esta política pública, vemos novamente esta insegurança instaurada, já que as famílias pesquisadas afirmaram que voltam novamente a depender das vendas do leite. Como foi demonstrado por meio de alguns depoimentos, as empresas leiteiras pagam muito pouco pelo litro entregue. Desta forma, em conformidade com análises dos diversos trabalhos apresentados nessa dissertação, o PAA é um programa federal que só melhorou a vida dos pequenos produtores rurais, pois estes diversificaram a produção e melhoraram a qualidade dos seus produtos, garantindo renda para a manutenção das famílias nos lotes.

O PAA ao criar mecanismos, como os 40% na participação de mulheres por associação e cooperativas, fica evidente a preocupação com essa parcela da sociedade rural. Foi identificado um aumento na participação das mulheres nas associações/cooperativas no programa de um modo geral, contudo, ao realizar uma investigação quanto ao real número de associações que possuem a identidade com a luta das mulheres, o resultado é mínimo. No caso da Associação Força Feminina, mesmo essa dando a entender que possui uma particularidade de gênero bem característica, não foi o que constatamos na realidade. A Associação Força Feminina é uma organização mista e que não possui um ideal ligado ao gênero dos seus participantes, pelo menos no momento em que esta pesquisa foi realizada. Deste modo, fica claro a relevância do PAA e que este traz benefícios para as agricultoras que o acessam, contudo, o programa está em verdadeiro declínio, o que cada vez mais dificulta o acesso das mulheres as políticas públicas.

É incontestável que ao unir forças, as agricultoras passam a ter mais visibilidade para reivindicar e lutar pelos seus direitos. A Marcha das Margaridas é um exemplo dessa organização de mulheres que saem as ruas e pautam as suas mobilizações em indicativos que traz incontáveis benefícios para as mulheres. A Marcha das Margaridas é uma organização coletiva que une mulheres rurais do Brasil com motivações diferentes, mas que se unem em um propósito maior, o de igualdade de gênero no meio rural.

Com este trabalho, pudemos reconhecer a importância do território em que a Associação Força Feminina e suas associadas estão inseridas. O Pontal do Paranapanema e o município de Mirante do Paranapanema nos fazem reconhecer todo o histórico de luta pela terra, e entender o poder da luta conjunta, a importância das organizações coletivas.

Ao tentar identificar nesta associação uma articulação que desenvolvesse um território com a capacidade de empoderar as mulheres, nos deparamos com mulheres empoderadas na medida em que já são participantes de movimentos que lutaram para ter o direito a terra, sendo assim, já reconhecem o poder da organização coletiva. Deste modo, fica para a continuidade deste trabalho no doutorado, identificar e estabelecer quais são as características que efetivamente geram territórios de empoderamento.

8. REFERENCIAS

ALVES, Natália Cristina. **A cidade inscrita no meu corpo: gênero e saúde em Presidente Prudente - SP** - Presidente Prudente, 2010.

ANTUNES, Marta. **O caminho do empoderamento**: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 91-114.

BARROS, V. A. M.; FIÚZA, A. L. C.; DA SILVEIRA, L. N.; PEREIRA, G. A. **Os efeitos do trabalho sazonal das mulheres na colheita do café em um campo em transformação**. Campo Território, n. 17, 2014.

BECKER, Cláudio; SACCO DOS ANJOS, F.; BEZERRA, Antônio Jorge Amaral. **O Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar na Segurança Alimentar e no Desenvolvimento Rural**. In: Anais 48º CONGRESSO SOBER, Campo Grande, MS, 2010.

BONNAL, P.; KATO, K. **O processo contemporâneo de territorialização de políticas e ações públicas no meio rural brasileiro**. In: LEITE, S. P. et al.. Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil. Brasília: IICA. Serie Desenvolvimento Rural Sustentável. v14, p. 61-88, 2011.

BOURFIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa, 1989.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cirandas do Pronaf para Mulheres**: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília, 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Fome Zero**: A experiência brasileira. José Graziano da Silva; Mauro Eduardo Del Grossi; Caio Galvão de França (Orgs.) – Brasília: MDA, 2010.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Autonomia e Cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Andrea Butto e Isolda Dantas (Orgs.) – Brasília, MDA, 2011.

BRASIL, Companhia Nacional de Abastecimento. **O Programa de Aquisição de Alimentos**. Brasília, CONAB. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>. Acesso em 24 de março de 2016.

BRUMER, Anita. 1988. **Mobilização de mulheres no campo no Rio Grande do Sul (1)**. ANPOCS, 1988, GT 'Estado e Agricultura', Águas de São Pedro.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTTO, A. L. Políticas para as mulheres rurais: um compromisso de todos os dias. In: **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2003.

BUTTO, A. **Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania**. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. P. 12-34.

CARNEIRO, R.N.; SOUZA, K.C.A. **Gênero, trabalho e interação nos meios técnicos da indústria têxtil de redes de dormir de São Bento – PB**. Revista Formação, n.21, volume 1 – p. 123 – 142, 2014.

CHAYANOV, A. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In: SILVA, J.G. e STOLCKE, V (Org.). A Questão Agrária. SP: Brasiliense. 1985.

CORREIA, Silvia. **Empregadas domésticas e Relações de trabalho nos loteamentos fechados de Presidente Prudente - SP** - Presidente Prudente, 2010.

COUTINHO DE PAULA, Larissa Araujo. **Contribuições e limitações das políticas públicas para o fortalecimento das agricultoras: o caso da Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT) em Euclides da Cunha Paulista (SP)** - Presidente Prudente, 2015.

DATALUTA. **Relatório Pontal do Paranapanema 2012 – 2013**. Banco de dados da luta pela Terra 2013. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_pontal_2012.pdf. Acesso em: 22 de março de 2016.

ESTIVAL, K.G.S.; CORREA, S.R.S. **Reflexões sobre a Invisibilidade do Trabalho das Mulheres Rurais na Cadeia de Valor do Cacau no Brasil**. Revista Latino – americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, n.1, v.8, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema**. Estudos Avançados nº 43. p.239-254, 2001.

FIGUEREDO, M.M. **A participação da mulher na organização socioespacial de comunidades pesqueiras: Um estudo de caso na Reserva extrativista Baía do Iguape**. Revista latino – americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, n.2, v.4, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: o cuidado de si**. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRANCISCO, Maria Luíza Oliveira de. **Geografia de Gênero e Trabalho Familiar: Algumas Considerações**. Revista Latino – americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v.2, n.1, p.27 – 36, jan/jul 2011.

GARCÍA, M. F. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. (Tese de Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

GOODE, WJ, HATT, PK. **Métodos em pesquisa social**. 5a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; 1979:422.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, E. **O território em tempos de globalização**. GeoUERJ, Rio de Janeiro, UERJ, v. 3, n. 5, p. 7-20, 1999.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEREDIA, B.M.A; CINTRÃO, R.P. Gênero e acesso a política pública no meio rural. **Revista Nera** – Ano 9, n.8 – Jan/ Jun de 2006. Presidente Prudente – SP.

HIRATA, H. & KERGOAT, D. **"Novas configurações da divisão sexual do trabalho"**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, 2007, p. 595-609.

HOROCHOVSKI, R.S. **EMPODERAMENTO: DEFINIÇÕES E APLICAÇÕES**. 30º Encontro anaula da ANPOCS, 24 A 28 DE OUTUBRO DE 2006.

IBGE, 2010. **Censo Demográfico de 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados referentes ao município de Mirante do Paranapanema. Acesso em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=353020> 29/09/2014.

Izidoro, Laís Túbero. **Para além do espaço doméstico: o Programa de Aquisição de Alimentos e a visibilização do trabalho feminino nos assentamentos rurais de Presidente Venceslau-SP**. - Presidente Prudente, 2015.

LEÓN, Magdalena de. **El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primery tercer mundos en los estudios de género**. La Ventana, n. 13, p. 94-106, 2001.

LEÓN, Magdalena de. **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá: Tercer Mundo Editores; Fondo de Documentación Mujer Y Genero de La Universidad Nacional de Colombia, 1997.

MACHADO, Lia Zanotta. **Estudos de gênero: Para além do Jogo entre Intelectuais e Feministas**. In: SCHPUN, Mônica (org.). *Gênero sem Fronteiras*. Florianópolis, Editora das Mulheres, pp.35-78, 1997.

MALUF, R. S. **Políticas agrícolas e de Desenvolvimento rural e de segurança alimentar.** In: Leite, S. (Org.). Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 58-85, 2001.

MARTÍNEZ, Ana S., MOYA, Juana R. e MUNOZ, M. **Mujeres, Espacto y Sociedad** - Hacia una Geografía del Género. Madrid: Síntesis, 1995.

MATTEI, L. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa.** In: *Cadernos do CEAM*, UnB, v. 7, 2007, p. 33-44.

MELO, H.; CONSIDERA, C.; DI SABBATO, A. **Os afazeres domésticos contam.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 3, p. 435-454, dez. 2007.

MESQUITA, L.A.P. **Relações de gênero na Comunidade Rancharia: o trabalho das mulheres na agricultura familiar.** Revista Latino – americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, n.1, v.5, 2014

MEYER, D. E. **Do poder ao gênero: uma articulação teórico-analítica.** In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs). Gênero e Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

NOBRE, M. et al. **Gênero e Agricultura Familiar.** Revista Cadernos Sempre Viva.1998.

OLIVEIRA, A. R. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema – SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural.** Tese (doutorado) Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2010.

ORNAT, Marcio Jose. **Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista.** Terr@Plural, v. 2, n.2, p. 309 322, 2008.

PAULILO, Maria Ignez. **O peso do trabalho leve.** Revista Ciência Hoje, n. 28, 1987.

PEREIRA, H (Orgs.). **Agricultura familiar nos assentamentos rurais: as relações entre mulheres e homens. O caso do Pontal de Paranapanema.** Rio de Janeiro, FAO/INCRA,1996.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática. 1993

ROMANO, Jorge O. **Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza.** In: ROMANO, Jorge O; ANTUNES, Marta (Org.). Empoderamento e direitos de combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 9-44.

ROSSINI, R. E. Geografia e Gênero: A mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.23, 1993.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e Gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista**. Tese de Livre Docência. São Paulo: USP, 1988.

SARDENBERG, Cecília M. B. **Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?** In: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília Maria. (Org.). *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIM/UFBA, 2002. p. 89-120.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Rearticulando Gênero e Classe Social**. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira. *Uma questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SAFFIOTI, H.I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004

SANTOS, L. R. S. **Ensaio sobre o território do assentamento: uma perspectiva da produção agroecológica realizada por mulheres**. CAMPO-TERRITÓRIO, v. 7, n. 14, p. 1-28, ago. 2012.

SAQUET M., **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre, EST Edições, 2003

SAQUET, M. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Geosul, v.22, n.43, 2007

SAQUET, M, SPOSITO, Eliseu. (organizadores) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Expressão Popular --1.ed.-- São Paulo, 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.16, n.2, p., 5-22, jul/dez., 1990.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99

SELLTIZ, C., WRIGHTSMAN, L.S., COOK, S.W. (1987) **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Editora da Universidade de São Paulo, SP.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília – Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2009.

SILIPRANDI, E; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In. **Segurança Alimentar e Nutricional**. v. 18 p. 12-32 - Campinas, 2011.

SILIPRANDI, E. **Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar**. *Feminismo, género e igualdad*. Organizadoras: Marcela Lagarde, Amelia Valcárcel. Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo. Fundación Carolina. Madrid, 2011.

SILIPRANDRI, E. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

SILVA, J. M. **Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica**. Revista de História Regional, Ponta Grossa, 2003.

SILVA, J. M. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa - PR, 2009.

SIQUEIRA, Ana Elizabeth S. S. de; SARDENBERG, Cecília Maria B. **Mulheres agricultoras: um olhar feminista e geracional**. Agroecologia e Desenv. Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 34- 42, jan./abr. 2014.

SIQUEIRA, Ana Elizabeth S. S. de; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Mulheres agricultoras: experiências de empoderamento**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. Anais Eletrônicos. Florianópolis, 2012. Disponível em: Acesso em: 22 jun. 2018.

Siqueira, Ana Elizabeth Souza Silveira de. **Empoderamento de mulheres agricultoras: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.

SOBREIRO FILHO, J. **A Luta Pela terra no Pontal do Paranapanema: História e Atualidade**. Geografia em Questão, Marechal Cândido Rondon, v. 05, n 01, p. 83-114, 2012.

SOUZA, M.F. **As análises de gênero e a formação do campo de estudos sobre a(s) masculinidade(s)**. Mediações, Londrina, v. 14, n.2, p. 123-144, Jul/Dez. 2009.

SOUZA, M.L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORREA, R.L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 77-116.

THOMAZ JÚNIOR, A. e FRANCO GARCÍA, M. **Trabalhadoras Rurais e Luta Pela Terra: Interlocução Entre Gênero, Trabalho e Território**. Revista Terra Livre, Ano 18, N.19, jul./dez., p. 257-272, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ZORZI, A. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf – Mulher em Ijuí – RS**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

Valenciano, Renata Cristiane. **A Participação da mulher na luta pela terra: discutindo relações de classe e gênero** – Presidente Prudente, 2006.

VELEDA DA SILVA, S. **Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações.** Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, Nº 262, 15 de noviembre de 2000.

VIANA, C.; VIEGAS, G. L. PAA - **Evolução das Operações.** In: *Companhia Nacional de Abastecimento. Agricultura e Abastecimento Alimentar: Políticas Públicas e Mercado Agrícola.* Brasília: CONAB, 2009, p. 146-154.

Yin R. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

APÊNDICE

Roteiro de Entrevista – ITESP (Mirante do Paranapanema)

Data ____/____/____
____: ____

Horário de início

Cidade:
____: ____

Horário de término

Local:

- **Identificação do entrevistado**

Nome completo:

Idade:

Escolaridade:

1. Há quanto tempo trabalha no Itesp de Mirante do Paranapanema?
2. Qual é seu cargo atual na instituição?
3. Qual é a abrangência de atuação da instituição de Mirante do Paranapanema? (Quais municípios?)
4. Com qual público você trabalha? (de quais assentamentos? Localizados em quais municípios?)
5. Quais trabalhos o ITESP realiza com os assentamentos, em especial com as assentadas que participam da Associação Força Feminina?
6. Quais políticas públicas já foram operacionalizadas nessa Associação? Em quais anos? Com quais valores? Beneficiou quantos (as) assentados (as)?

- **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**

Em linhas gerais, você poderia me informar sobre a gestão do programa, periodicidade das entregas, entidades receptoras, transporte e qualidade dos produtos, diminuição dos investimentos do programa.

1. Os agricultores com os quais você trabalha no município de Mirante acessam alguma modalidade do PAA?
2. Qual (is) modalidade (s) do PAA é (são) operacionalizada(s) no município? E nos Assentamentos?
3. E como se deu a implementação do PAA pela Associação Força Feminina?
4. Como são selecionadas as entidades beneficiadas?
5. Como se dá a organização da produção entre as famílias participantes?
6. Qual é a qualidade dos produtos comercializados? E quais produtos são entregues (ou eram) entregues no programa?
7. Qual é a periodicidade das entregas dos produtos?
8. Como se organiza a logística da comercialização?
9. Quais são as dificuldades de operacionalização do PAA no município?
 - a. Do lado das instituições responsáveis pela operacionalização
 - b. Do lado dos assentados
 - c. Do lado das instituições que recebem os produtos
10. Quais são os pontos positivos do PAA no município?
11. Qual é sua avaliação geral sobre o Programa?
12. Qual é sua avaliação geral sobre o Programa no município?
13. O que deveria ser melhorado? Como isso poderia ser feito?
14. Qual é a sua avaliação sobre a participação da Associação Força Feminina no PAA?
15. Na sua opinião, quais são as perspectivas para a continuidade do PAA, visto que houve uma queda nos investimentos federais para a manutenção deste programa?

- **Associação Força Feminina**

1. Como se dá a atuação das mulheres na Associação Força Feminina?
2. Qual é atualmente (2017) o número de associados da Associação Força Feminina?
2. De modo geral, na sua opinião, quais são as maiores qualidades e problemas dessa Associação?
3. Quantas mulheres na Associação Força Feminina possuem DAP? Como se dá o processo para adquirir essa documentação?
4. Você sabe me informar como se dá a divisão da produção, visto que entre os associados possuem mulheres e homens?
5. A liderança da associação é de uma mulher. Na sua opinião, como os homens se sentem e reagem em relação a isso? As mulheres participam das decisões relativas ao Programa?
6. Você percebe uma maior autonomia das mulheres quando estas participam de uma Associação?
7. Na sua opinião, a participação das agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos é importante para seu empoderamento econômico e social?
8. Há arquivos digitais com informações sobre a Associação Força Feminina? Em caso afirmativo, poderia disponibilizá-lo?
9. Há alguma base de dados dos Assentamentos do Município de Mirante do Paranapanema para a elaboração de material cartográfico. Em caso afirmativo, poderia disponibilizá-lo?

Você sugere que eu entreviste alguém que possa contribuir com a pesquisa?

Contatos

Telefone:

Celular:

E-mail:

Roteiro de Entrevista – Presidente da Associação Força Feminina (Mirante do Paranapanema)

Data ____/____/____

Horário de início ____: ____

Cidade:

Horário de término ____: ____

Local:

- **Identificação do entrevistado**

Nome completo:

Idade:

Escolaridade:

Estado Civil:

Assentamento/Lote:

1. Há quanto tempo vive no assentamento?
2. Qual sua principal ocupação atualmente?
3. Quantas pessoas vivem no seu lote? Possui filhos? Quantos? Idades? Ajudam?
4. como foi sua trajetória no mundo rural? Sempre residiu na zona rural? Seus pais eram agricultores?
5. Como foi o processo de luta pela terra? Ficou em acampamento/quanto tempo? Como se deu a organização do Assentamento?
6. O que vocês produzem no lote? Como é feita a organização da produção?

- **Associação Força Feminina**

1. Por que e como decidiram criar a Associação Força Feminina? Quem eram as lideranças? São as mesmas até hoje?
2. Quantas pessoas estavam no início da organização da Associação Força Feminina? Eram todas mulheres ou tinha homens?
3. Como foi determinado o nome da Associação? Tinha uma preocupação de valorização de gênero?
4. Desde o início da Associação houve a disponibilidade da participação de homens na Associação?
5. Na sua opinião, qual a importância da participação das mulheres na Associação Força Feminina?
6. Quantos associados existem atualmente?
7. Você sabe me informar como se dá a divisão da produção, visto que entre os associados possuem mulheres e homens?
8. Como se dá a organização da Associação Força Feminina, há realização de reuniões? Qual a periodicidade das reuniões? E em relação a participação dos associados, a maioria participam das reuniões/ decisões da Associação?
9. Você percebe uma maior autonomia das mulheres quando estas participam de uma Associação?
10. A liderança da associação é de uma mulher. Na sua opinião, como os homens se sentem e reagem em relação a isso

- **Programa de Aquisição de Alimentos**

1. Como se iniciou a participação da Associação Força Feminina no PAA?
2. Todos os associados participam do PAA?

3. Como se dá a organização do PAA na Associação? A Associação participa de outros programas de fortalecimento da agricultura familiar?
4. Como é organizada a logística da distribuição da produção?
5. Quais são os produtos mais distribuído?
6. Quantas famílias participam do PAA?
7. O PAA vem sofrendo profundas quedas no orçamento. Como os associados estão conseguindo vender os seus produtos? Quais as principais reclamações e problemas enfrentados?
8. A Associação Força Feminina sempre se destacou na distribuição no PAA via doação simultânea, o que você credita esses números?
9. A resolução nº 44, implementada a partir agosto de 2011, determinou a participação de pelo menos 40% de mulheres do total de produtores para que os agricultores familiares pudessem participar das operações feitas nas modalidades de Compra da Agricultura Familiar e Compra Direta Local com Doação Simultânea. A senhora acredita que essa resolução contribuiu com o aumento da participação Força Feminina no PAA?
10. Quais as dificuldades de operacionalização do PAA no assentamento?
11. Quais os pontos positivos do PAA no assentamento? Qual sua avaliação geral sobre o Programa? O que deveria ser melhorado? Como isso poderia ser feito?

Você sugere que eu entreviste alguém que possa contribuir com a pesquisa?

Contatos

Telefone:

Celular:

**Roteiro de Entrevista – Associadas da Associação Força Feminina
(Mirante do Paranapanema)**

Data ____/____/____

Horário de início ____: ____

Cidade:

Horário de término ____: ____

Local:

• **Identificação do entrevistado**

Nome completo:

Idade:

Escolaridade:

Estado Civil:

Filhos/Quantos/Idade:

Assentamento/Lote:

Principal fonte de renda da família:

Renda familiar

() 0 a 1 salário mínimo () 1 a 3 salários mínimo () 3 ou mais salários mínimo

1. Você sempre morou/trabalhou na área rural?

2. Como é feita a divisão do trabalho no lote, em relação a sua família? O que é produzido no lote?

3. Você considera o seu trabalho uma ajuda ao trabalho do homem? Você acha que participar do PAA contribuiu para a valorização do seu trabalho?

4. Quais as principais dificuldades que as mulheres agricultoras enfrentam?

() Acesso ao crédito () cuidados com a casa e com o lote () outras

5. Você acha que existe trabalho de homem e trabalho de mulher? Quais seriam essas diferenças?

6. Por que decidiu se associar a Força Feminina? É associada desde quando? Você participou da criação da Associação Força Feminina? O seu marido participa de alguma associação?

7. Quais foram as melhorias que você observa que ocorreram ao participar de uma associação?

8. Desde quando começou a acessar ao PAA? Quais foram as principais melhorias que acessar o PAA contribuiu na sua vida em todos os setores (pessoal, econômico e social)?

9. Você conseguiu comprar algo que queria muito com o dinheiro do PAA? O que?

() Para você () Para os filhos () Para a casa () Para o lote

10. Como é feita a divisão econômica na sua família?

11. Acessar o PAA contribuiu para o seu empoderamento quanto mulher?

12. Como o fim da renovação do PAA, como você está fazendo para manter a sua renda?

13. Qual é a sua avaliação da transformação da Associação para Cooperativa? Você sabe qual é a diferença entre associação e cooperativa? Quais as suas perspectivas para a produção de frango caipira colonial?

Você sugere que eu entreviste alguém que possa contribuir com a pesquisa?

Contatos

Telefone:

Celular:

E-mail:

Roteiro de Entrevista – Associados/Maridos das associadas da Associação Força Feminina (Mirante do Paranapanema)

Data ____/____/____

Horário de início ____: ____

Cidade:

Horário de término ____: ____

Local:

• **Identificação do entrevistado**

Nome completo:

Idade:

Escolaridade:

Estado Civil:

Filhos/Quantos/Idade:

Assentamento/Lote:

Principal fonte de renda da família:

Renda familiar

() 0 a 1 salário mínimo () 1 a 3 salários mínimo () 3 ou mais salários mínimo

1. Quem mais contribui com a obtenção de renda familiar?

1. Você sempre morou/trabalhou na área rural?

2. Como é feita a divisão do trabalho no lote, em relação a sua família? O que é produzido no lote?

3. Como você considera o trabalho da sua companheira no lote? Você acha que participar do PAA contribuiu para a valorização do trabalho dela?

() sim. Por que? Como?

() Não. Por que?

4. Quais são as principais dificuldades que os agricultores enfrentam? E quanto as agricultoras?

() Acesso ao crédito () com o lote () outras

5. Você acha que existe trabalho de homem e trabalho de mulher? Exemplifique. Quais seriam essas diferenças? Na sua opinião, por que dessas diferenças?

6. Por que decidiu se associar à Força Feminina? É associado desde quando? Você participou da criação da Associação Força Feminina? Qual é a sua avaliação em relação à associação? Por que?

7. Quais foram as melhorias que você observou que ocorreram ao participar dessa associação?

8. Quais mudanças, sejam elas econômicas, culturais, pessoais você identifica depois da participação da sua companheira na Associação Força Feminina e depois de acessar ao PAA?

9. Desde quando vocês começaram a acessar ao PAA? Quais foram as principais melhorias que ocorreram na sua vida ao acessar o (pessoal, econômico e social)?

10. Você conseguiu comprar algo que queria com o dinheiro do PAA? O que? Para quem se destinou essa aquisição:

() Para você () Para os filhos () Para a casa () Para o lote

11. Como é feita a divisão da renda familiar na sua família?

12. Com o fim da renovação do PAA, como você está fazendo para manter a sua renda? Há outras fontes de renda da família (aluguel de casa ou máquinas, aposentadoria, trabalho externo ao lote etc.)?

13. Qual é a sua avaliação sobre a transformação da Associação para Cooperativa? Você sabe qual é a diferença entre associação e cooperativa? Quais as suas perspectivas para a produção de frango caipira colonial?

Você sugere que eu entreviste alguém que possa contribuir com a pesquisa?

Contatos

Telefone:

Celular:

E-mail:

ANEXOSAno: **2011**Modalidade: **CPR-Doação**Origem do Recurso: **MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**UF: **SP** Município: **Mirante do Paranapanema**CPR: **SP/2011/02/0118**Data da consulta: **31/10/2017** Hora da consulta: **15:15:03**

Tabela 1. Produtores da Associação Força Feminina que entregaram para o PAA, 2011.

UF	Município	Fornecedor	DAP	Categoria	Valor Formaliza do R\$	Valor Executa do R\$
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ADEMAR FERNANDES DOS SANTOS	SDW01110 930488920 05090804	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ANITA GOMES PATRIOTA DE CARVALHO	SDW02886 301485020 06110827	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.229,40	0,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ANTONIO RODRIGUES DE JESUS	SDW00803 081987018 05090806	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	APARECIDA AUGUSTA DA SILVA	SDW02864 167980409 06140844	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.229,48	0,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	DIVALDO MORCELI	SDW00633 616885920 10110536	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.229,70	0,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	EDSON RODRIGUES DE SOUZA	SDW02969 932881929 09090349	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.228,40	0,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MARIA DE FATIMA VARELLA	SDW00737 353783926 02101058	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.228,40	0,00

SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MARIA SOARES DA COSTA	IN- SP0034000 -00106- 290410	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MESSIAS JOSE DE SOUZA	SDW00049 958283717 06090603	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.229,12	0,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	NAZIRA RIBEIRO DA COSTA	SDW07231 174698721 05090140	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ROSELI FRANCISCO TEIXEIRA	IN- SP0041000 -00123- 101105	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.229,50	0,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	VERA LUCIA PEREIRA MARQUES	SDW00417 840586105 07130823	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.229,75	0,00

Tabela 2. Produtos comercializados no PAA pela Associação Força Feminina, 2011.

Produto	Quantidade Formalizada em Kg	Quantidade Executada em Kg
ABÓBORA> SECA	4.230,000	0,000
ABOBRINHA> ITALIANA	4.452,000	0,000
ALFACE> CRESPA	2.820,000	0,000
BATATA> DOCE	4.918,000	0,000
CEBOLINHA> (Classificação sem características)	1.922,000	0,000
CENOURA> (Classificação sem características)	3.678,000	0,000
CHEIRO VERDE> (Classificação sem características)	1.922,000	0,000
MARACUJÁ> DOCE	2.417,000	0,000
MAXIXE> (Classificação sem características)	3.304,000	0,000

MILHO> VERDE EM ESPIGA	10.575,000	0,000
QUIABO> (Classificação sem características)	2.350,000	0,000
RAIZ DE MANDIOCA> COM CASCA	7.690,000	0,000

Tabela 3. Entidades consumidoras do PAA no município de Mirante do Paranapanema – Sp. 2011.

UF	Município	Entidade Consumidora	Categoria	Produto/Quantidade Executada
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ASSOCIAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO E URBANO DO MIRANTE DO PARANAPANEMA	ACAMPAMENTO	
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	CENTRO DE FORMAÇÃO E PROMOÇÃO HUMANA	ACAMPAMENTO	

Ano: **2012**

Modalidade: **CPR-Doação**

Origem do Recurso: **MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

UF: **SP** Município: **Mirante do Paranapanema**

CPR: **SP/2012/02/0049**

Data da consulta: **31/10/2017** Hora da consulta: **15:23:04**

Tabela 4. Produtores da Associação Força Feminina que entregaram para o PAA, 2012.

UF	Município	Fornecedor	DAP	Categoria	Valor Formalizado R\$	Valor Executado R\$
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ADEMAR FERNANDES DOS SANTOS	SDW0111093048892005090804	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ALESSANDRA RODRIGUES DE OLIVEIRA	IN-SP0297000-00109-020513	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ANITA GOMES PATRIOTA DE CARVALHO	SDW0288630148502006110827	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ANTONIO GONÇALVES SANTANA	SDW0478030299490910140912	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ANTONIO RODRIGUES DE JESUS	SDW0080308198701805090806	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	APARECIDA AUGUSTA DA SILVA	SDW0286416798040906140844	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	CREUZA RODRIGUES DA SILVA	SDW0763522269490811110321	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	DENISE DELFINO	IN-SP0297000-00134-020513	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	DIVALDO MORCELI	SDW0063361688592010110536	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00

SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	EDSON RODRIGUES DE SOUZA	SDW02969932881 92909090349	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	EDUARDO MARQUES	IN-SP0041000- 00164-160811	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	ELIANA DE OLIVEIRA	IN-SP0297000- 00097-210312	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	EMILIO RODRIGUES DE JESUS	SDW01782651683 80911110916	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	FRANCISCO CARLOS DE MORAIS	SDW08925312484 92707100133	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	FRANCISCO SAMPAIO DE OLIVEIRA	SDW01763040119 11307100830	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	GERALDO BEZERRA DE ASSIS	SDW07254882788 71307100840	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	GILMAR RODRIGUES	IN-SP0297000- 00020-151014	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	GILVAN ROSALINO DA SILVA	SDW00293791589 22110110820	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	IDENILCE JOVINO ALVES DE OLIVEIRA	IN-SP0297000- 00091-010911	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	IRENI PORTO REIS BARROS	SDW04854702699 12805130902	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	IRES APARECIDA ARETZ	IN-SP0297000- 00030-210312	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	IZELNI JOVINO ALVES	IN-SP0297000- 00077-210312	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	JOAO ANTONIO MISTRAO	IN-SP0206000- 00011-171109	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00

SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	JOSE ANTONIO RODRIGUES DE LIMA	SDW01017776288 80607100125	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	JOSE CARDOSO DE OLIVEIRA	SDW00175814686 91911090324	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	KELLY CRISTINA PEREIRA SANTOS	IN-SP0297000- 00085-210312	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	MANOEL FRANCISCO DE JESUS	SDW05437787081 51810110828	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	MANOEL GERALDO DOS SANTOS	IN-SP0038000- 00066-020309	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	MANOEL RIBEIRO SOBRAL	SDW04498664590 00507100140	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	MARIA BISPO DO NASCIMENTO	SDW02688918788 11711090410	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	MARIA DE FATIMA VARELLA	SDW00737353783 92602101058	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	MARIA SOARES DA COSTA	IN-SP0034000- 00106-290410	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	MESSIAS JOSE DE SOUZA	SDW00049958283 71706090603	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	NAZIRA RIBEIRO DA COSTA	SDW07231174698 72105090140	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	NICANOR MACEDO ALVES	SDW02797724283 42808090121	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	SILVELINA GOMES DA SILVA	SDW03644825742 00603131127	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO	SILVIO AGUILAR	SDW01172900280 32204090215	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00

SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	VERA LUCIA PEREIRA MARQUES	SDW00417840586 10507130823	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	VITOR OLIVEIRA	SDW00587810882 82105090337	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.230,00	0,00

Tabela 5. Produtos comercializados no PAA pela Associação Força Feminina, 2012.

Produto	Quantidade Formalizada em Kg	Quantidade Executada em Kg
ABACATE> QUINTAL	1.500,000	0,000
ABACAXI> HAVÁI	2.500,000	0,000
ABÓBORA> (Classificação sem características)	5.000,000	0,000
ABÓBORA> SECA	6.010,000	0,000
ABOBRINHA> BRASILEIRA	2.500,000	0,000
ALFACE> AMERICANA	6.000,000	0,000
ALFACE> CRESPA	5.000,000	0,000
ALMEIRÃO> (Classificação sem características)	2.500,000	0,000
BANANA> NANICA	2.000,000	0,000
BATATA> DOCE	1.500,000	0,000
BERINJELA> ORGÂNICO(A)	1.000,000	0,000
BETERRABA> (Classificação sem características)	2.000,000	0,000
CEBOLA> (Classificação sem características)	1.500,000	0,000
CEBOLINHA> (Classificação sem características)	1.500,000	0,000
CENOURA> (Classificação sem características)	1.500,000	0,000
CHEIRO VERDE> (Classificação sem características)	4.000,000	0,000
CHUCHU> (Classificação sem características)	2.000,000	0,000
COCO> VERDE	2.000,000	0,000
COUVE> (Classificação sem características)	1.000,000	0,000

FEIJÃO> COMUM TIPO 1 E 2	7.000,000	0,000
JILÓ> REDONDO	2.000,000	0,000
LIMÃO> TAITI	500,000	0,000
MAMÃO> FORMOSA	1.000,000	0,000
MARACUJÁ> AZEDO	3.000,000	0,000
MAXIXE> (Classificação sem características)	2.000,000	0,000
MILHO> VERDE EM ESPIGA	15.000,000	0,000
PEPINO> COMUM	1.500,000	0,000
PIMENTÃO> VERDE	2.500,000	0,000
PIMENTÃO> VERMELHO	4.000,000	0,000
QUIABO> (Classificação sem características)	1.800,000	0,000
RAIZ DE MANDIOCA> COM CASCA	88.500,000	0,000
REPOLHO> (Classificação sem características)	2.000,000	0,000
RÚCULA> (Classificação sem características)	2.000,000	0,000

Tabela 6. Entidades consumidoras do PAA no município de Mirante do Paranapanema – Sp. 2012.

UF	Município	Entidade Consumidora	Categoria	Produto/Quantidade Executada
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO CENTRO DE FORMAÇÃO E PROMOÇÃO HUMANA	ACAMPAMENTO	
SP	MIRANTE PARANAPANEMA	DO SERV ASSIST SOC CULT IG ASS DEUS MTE PMA	ACAMPAMENTO	
SP	TEODORO SAMPAIO	IGREJA PENTECOSTAL DO EVANGELHO ETERNO	ACAMPAMENTO	

Ano: **2013**

Modalidade: **CPR-Doação**

Origem do Recurso: **MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

UF: **SP** Município: **Mirante do Paranapanema**

CPR: **SP/2013/02/0170**

Data da consulta: **31/10/2017** Hora da consulta: **15:27:04**

Tabela 7. Produtores da Associação Força Feminina que entregaram para o PAA, 2013.

UF	Município	Fornecedor	DAP	Categoria	Valor Formalizado R\$	Valor Executado R\$
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ADELIA ALVES PEREIRA	IN-SP0206000-00011-171109	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.199,32
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ALESSANDRA RODRIGUES DE OLIVEIRA	IN-SP0297000-00109-020513	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	5.728,90
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ALFREDO MONTEIRO DA ROCHA	SDW00422432997 20310110235	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.001,66
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ANDRELINA FERREIRA DOS SANTOS	IN-SP0297000-00009-181212	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	0,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ANITA GOMES PATRIOTA DE CARVALHO	SDW02886301485 02006110827	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	5.653,40
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ANTONIO GONÇALVES SANTANA	SDW04780302994 90910140912	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.176,37

SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ANTONIO INACIO DA SILVA	IN-SP0297000- 00051-180313	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	3.449,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ANTONIO RODRIGUES DE JESUS	SDW00803081987 01805090806	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	5.004,40
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	APARECIDA AUGUSTA DA SILVA	SDW02864167980 40906140844	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.194,85
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	CARLOS ALVES PEREIRA	IN-SP0297000- 00096-040711	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	0,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	CARLOS ANDRE DOS SANTOS	SDW02541693982 61811110803	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	3.180,35
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	CLEILDE RIBEIRO	IN-SP0297000- 00005-260813	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.195,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	CLOTILDE PERUCCI BRAVO	IN-SP0297000- 00052-21031	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	3.327,60
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	DENISE DELFINO	IN-SP0297000- 00134-020513	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	4.630,60
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	EDSON CIARDULO	IN-SP0297000- 00037-070814	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	5.328,66
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	EDSON RODRIGUES DE SOUZA	SDW02969932881 92909090349	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.197,25

SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ELIANA DE OLIVEIRA	IN-SP0297000- 00097-210312	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	1.970,60
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	EMILIO RODRIGUES DE JESUS	SDW01782651683 80911110916	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	4.291,23
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	EVALDO APARECIDO DE JESUS	SDW03071378483 01402130412	AGRICULTO R FAMILIAR	6.200,00	4.469,50
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FRANCISCO CARLOS DE MORAIS	SDW08925312484 92707100133	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.199,80
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FRANCISCO SAMPAIO DE OLIVEIRA	SDW01763040119 11307100830	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.199,52
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	GERALDO BEZERRA DE ASSIS	SDW07254882788 71307100840	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.199,85
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	GERVASSO MACEDO DA SILVA	SDW08082662891 50608120952	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.199,50
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	GREGORIO BRAS SOBRINHO	SDW07801442580 41908100807	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	3.453,20
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	HELENA MESSIAS DA SILVA MATHIAS	SDW00176706488 80103121036	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.199,90
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	HUDSON VITAL DA SILVA	IN-SP0297000- 00054-311012	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	2.147,60
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	IDENILCE JOVINO ALVES DE OLIVEIRA	IN-SP0297000- 00091-010911	ASSENTAD O DA	6.200,00	5.953,10

				REFORMA AGRÁRIA		
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	IRACEMA DIAS DA SILVA VIEIRA	SDW07264430383 42110101249	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.198,80
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	IRENI PORTO REIS BARROS	SDW04854702699 12805130902	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	4.773,16
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	IRES APARECIDA ARETZ	IN-SP0297000- 00030-210312	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	4.277,50
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ISAIAS BATISTA LAZARINO DOS SANTOS	SDW02744849987 41903130823	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	4.543,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	IZABEL CRISTINA DE MOURA	SDW01110930488 92005090804	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.182,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	IZELNI JOVINO ALVES	IN-SP0297000- 00077-210312	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	5.369,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	JOSE ANTONIO RODRIGUES DE LIMA	SDW01017776288 80607100125	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.177,42
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	JOSE APARECIDO DOS SANTOS	SDW00519377788 02909080808	AGRICULTO R FAMILIAR	6.200,00	6.199,85
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	JOSE BATISTA MACIEL	SDW02698597984 01303120543	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	3.581,30
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	JOSE FELICIANO AMARO	SDW03235878491 50910090114	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.195,00

SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	JOENTINA LOPES DE OLIVEIRA	SDW00175814686 91911090324	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.199,46
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	KELLY CRISTINA PEREIRA SANTOS	IN-SP0297000- 00085-210312	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	5.907,48
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	LUZIA SIRLEI VENTURINI GAZOLA	IN-SP0297000- 00010-020513	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	3.186,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MANOEL FRANCISCO DE JESUS	SDW05437787081 51810110828	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	4.153,43
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MANOEL GERALDO DOS SANTOS	IN-SP0038000- 00066-020309	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.184,57
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MANOEL RIBEIRO SOBRAL	SDW04498664590 00507100140	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.199,67
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MARCIA HELENA DE SOUZA DIAS	IN-SP0066000- 00260-060214	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.198,68
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MARIA BISPO DO NASCIMENTO	SDW02688918788 11711090410	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.199,70
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MARIA DA CONCEICAO DE SOUZA	SDW00620044187 12304141015	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.198,81
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MARIA DE FATIMA VARELLA	SDW00737353783 92602101058	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.199,68

SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MARIA ZELIA MARQUES	SDW00556017382 70811120914	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.166,23
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MARIZA CARDIM	IN-SP0041000- 00164-160811	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.117,36
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MESSIAS JOSE DE SOUZA	SDW00049958283 71706090603	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.008,49
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	NALIA RODRIGUES DA COSTA	IN-SP0297000- 00001-170212	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	1.539,90
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	NAZIRA RIBEIRO DA COSTA	SDW07231174698 72105090140	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.009,50
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	NEUSA MARIA MARTINS DOS SANTOS	IN-SP0044000- 00003-150413	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	4.897,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	NICANOR MACEDO ALVES	SDW02797724283 42808090121	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	3.427,46
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	NORMA RIBEIRO DE QUIROZ	IN-SP0297000- 00026-210312	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	0,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	OSVALDO GUETZ	SDW00620471387 60109080311	AGRICULTO R FAMILIAR	6.200,00	6.199,50
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	VALTER MESSIAS	SDW00050243780 42306141234	AGRICULTO R FAMILIAR	6.200,00	6.010,96
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	VERA LUCIA PEREIRA MARQUES	SDW00417840586 10507130823	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	5.404,70

SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	VERA MARIA FRANÇA	IN-SP0206000- 00024-300113	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.199,45
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	VILMA MOREIRA FERNANDES	IN-SP0206000- 00010-091012	ASSENTAD O DA REFORMA AGRÁRIA	6.200,00	6.199,63

Tabela 8. Produtos comercializados no PAA pela Associação Força Feminina, 2013.

Produto	Quantidade Formalizada em Kg	Quantidade Executada em Kg
ABACATE> QUINTAL	5.998,000	3.698,000
ABÓBORA> (Classificação sem características)	7.500,000	6.881,000
ABÓBORA> PAULISTA	1.000,000	691,000
ABÓBORA> SECA	5.000,000	3.843,000
ACEROLA> (Classificação sem características)	519,000	46,000
ALFACE> AMERICANA	2.500,000	1.865,000
ALFACE> CRESPA	6.000,000	5.698,000
ALMEIRÃO> (Classificação sem características)	1.500,000	1.193,000
BANANA> MAÇÃ	1.200,000	1.059,000
BANANA> NANICA	1.208,000	656,000
BANANA> PRATA	1.200,000	703,000
BATATA> DOCE	600,000	62,000
BERINJELA> (Classificação sem características)	4.100,000	3.381,000
BETERRABA> (Classificação sem características)	200,000	106,000
CARÁ> (Classificação sem características)	150,000	67,000

CARAMBOLA> (Classificação sem características)	420,000	27,000
CEBOLINHA> (Classificação sem características)	700,000	611,000
CENOURA> (Classificação sem características)	830,000	54,000
CHEIRO VERDE> (Classificação sem características)	2.872,000	1.238,000
CHICÓRIA> (Classificação sem características)	550,000	506,000
CHUCHU> (Classificação sem características)	980,000	95,000
COCO> VERDE	3.000,000	1.445,000
COUVE> (Classificação sem características)	2.200,000	840,000
ESPINAFRE> (Classificação sem características)	150,000	61,000
FEIJÃO> COMUM	1.000,000	398,000
FRANGO> CAPIRA	26.327,000	24.266,000
GOIABA> VERMELHA	750,000	0,000
JABOTICABA> (Classificação sem características)	200,000	40,000
JACA> (Classificação sem características)	3.000,000	3.000,000
JILÓ> REDONDO	1.200,000	294,000
LARANJA> PERA	5.648,000	5.648,000
LIMÃO> TAITI	2.500,000	1.236,000
MAMÃO> FORMOSA	3.500,000	1.653,000
MANGA> HADEM	9.000,000	8.365,000
MANGA> KEITY	1.010,000	276,000
MANGA> TOMMY ATKINS	300,000	53,000
MARACUJÁ> AZEDO	2.000,000	1.400,000
MAXIXE> (Classificação sem características)	2.400,000	315,000

MELANCIA> (Classificação sem características)	34.999,000	32.347,000
MILHO> EM ESPIGA COM PALHA, VERDE	35.000,000	31.202,000
PEPINO> CAPIRA	680,000	50,000
PIMENTA> CAMBUCI	853,000	96,000
PIMENTÃO> VERDE	899,000	238,000
QUIABO> (Classificação sem características)	1.800,000	1.360,000
RABANETE> (Classificação sem características)	410,000	120,000
RAIZ DE MANDIOCA> (Classificação sem características)	25.500,000	25.500,000
REPOLHO> (Classificação sem características)	769,000	204,000
RÚCULA> (Classificação sem características)	800,000	707,000
SALSA> (Classificação sem características)	1.100,000	10,000
TANGERINA> PONKAN	1.260,000	472,000
TILÁPIA> (Classificação sem características)	500,000	183,000
TOMATE> CEREJA	500,000	310,000
TOMATE> (Classificação sem características)	350,000	6,000
VAGEM> FEIJÃO CORADO	3.353,000	2.351,000

Tabela 9. Entidades consumidoras do PAA no município de Mirante do Paranapanema – Sp. 2013.

UF	Município	Entidade Consumidora	Categoria	Produto/Quantidade Executada
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	ACAMPAMENTO	ABACATE> QUINTAL
				ABÓBORA> (Classificação sem características)
				ABÓBORA> PAULISTA
				ABÓBORA> SECA
				ACEROLA> (Classificação sem características)
				ALFACE> AMERICANA
				ALFACE> CRESPA
				ALMEIRÃO> (Classificação sem características)
				BANANA> MAÇÃ
				BANANA> NANICA
				BANANA> PRATA
				BATATA> DOCE
				BERINJELA> (Classificação sem características)
				BETERRABA> (Classificação sem características)
				CARÁ> (Classificação sem características)
				CARAMBOLA> (Classificação sem características)
				CEBOLINHA> (Classificação sem características)
				CENOURA> (Classificação sem características)
				CHEIRO VERDE> (Classificação sem características)
				CHICÓRIA> (Classificação sem características)
				CHUCHU> (Classificação sem características)
				COCO> VERDE
				COUVE> (Classificação sem características)
				ESPINAFRE> (Classificação sem características)
				FEIJÃO> COMUM

			FRANGO> CAIPIRA
			JABOTICABA> (Classificação sem características)
			JACA> (Classificação sem características)
			JILÓ> REDONDO
			LARANJA> PERA
			LIMÃO> TAITI
			MAMÃO> FORMOSA
			MANGA> HADEM
			MANGA> KEITY
			MANGA> TOMMY ATKINS
			MARACUJÁ> AZEDO
			MAXIXE> (Classificação sem características)
			MELANCIA> (Classificação sem características)
			MILHO> EM ESPIGA COM PALHA, VERDE
			PEPINO> CAIPIRA
			PIMENTA> CAMBUCI
			PIMENTÃO> VERDE
			QUIABO> (Classificação sem características)
			RABANETE> (Classificação sem características)
			RAIZ DE MANDIOCA> (Classificação sem características)
			REPOLHO> (Classificação sem características)
			RÚCULA> (Classificação sem características)
			SALSA> (Classificação sem características)
			TANGERINA> PONKAN
			TILÁPIA> (Classificação sem características)
			TOMATE> CEREJA
			TOMATE> (Classificação sem características)
			VAGEM> FEIJÃO CORADO

Ano: **2015**

Modalidade: **CPR-Doação**

Origem do Recurso: **MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e**

Combate à Fome

UF: **SP** Município: **Mirante do Paranapanema**

CPR: **SP/2015/02/0054**

Data da consulta: **31/10/2017** Hora da consulta: **15:35:11**

Tabela 10. Produtores da Associação Força Feminina que entregaram para o PAA, 2015.

UF	Município	Fornecedor	DAP	Categoria	Valor Formaliza do R\$	Valor Executa do R\$
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ADAUTO SEVERINO DA SILVA	SDW01089557 4187290715105 1	AGRICULTOR FAMILIAR	6.178,90	6.135,30
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ADELIA ALVES PEREIRA	IN-SP0206000- 00011-171109	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.998,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ALESSANDRA RODRIGUES DE OLIVEIRA	IN-SP0297000- 00109-020513	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	3.122,50	3.122,50
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ALFREDO MONTEIRO DA ROCHA	SDW00422432 9972031011023 5	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.998,90

SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ANTONIO EDSON TEIXEIRA	IN-SP0107000- 00034-010316	AGROEXTRATIVISTA	4.838,50	4.838,50
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ANTONIO GONÇALVES SANTANA	SDW04780302 9949091014091 2	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	7.649,80	7.649,80
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ANTONIO RODRIGUES DE JESUS	SDW00803081 9870180509080 6	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.990,20
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	APARECIDA AUGUSTA DA SILVA	SDW02864167 9804090614084 4	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.999,40
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	APARECIDO MONTANHERI	SDW08473870 7868010915101 7	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.087,30
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	CARLOS ANDRE DOS SANTOS	SDW02541693 9826181111080 3	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	6.102,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS	SDW01366540 4843091111082 9	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.999,60
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	DENISE DELFINO	IN-SP0297000- 00134-020513	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.296,90
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	EDSON RODRIGUES DE SOUZA	SDW02969932 8819290909034 9	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.896,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	ELIANA DE OLIVEIRA	IN-SP0297000- 00097-210312	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.999,80
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	EMILIO RODRIGUES DE JESUS	SDW01782651 6838091111091 6	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.999,40
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	EVALDO APARECIDO DE JESUS	SDW03071378 4830140213041 2	AGRICULTOR FAMILIAR	8.000,00	7.949,70
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FABIANO GONÇALVES DA SILVA	SDW03448916 6842261112042 3	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.928,80
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FRANCISCA DOS SANTOS CORREA	SDW01428186 7864290816091 4	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.999,40

SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FRANCISCO CARLOS DE MORAIS	SDW08925312 4849270710013 3	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.999,90
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FRANCISCO GOMES	SDW01208932 5860230516024 2	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.844,60
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FRANCISCO SAMPAIO DE OLIVEIRA	SDW01763040 1191130710083 0	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.999,60
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	GERALDO BEZERRA DE ASSIS	SDW07254882 7887130710084 0	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.999,70
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	GERVASSO MACEDO DA SILVA	SDW08082662 8915060812095 2	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.998,30
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	GREGORIO BRAS SOBRINHO	SDW00975024 9810290816085 0	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.997,50
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	HELENA MESSIAS DA SILVA MATHIAS	SDW00176706 4888010312103 6	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.998,80
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	IRACEMA DIAS DA SILVA VIEIRA	SDW07264430 3834211010124 9	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.999,30
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	IRENI PORTO REIS BARROS	SDW04854702 6991280513090 2	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.991,10
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	IRES APARECIDA ARETZ	IN-SP0297000- 00030-210312	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	1.821,10	1.821,10
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	IZABEL CRISTINA DE MOURA	SDW01110930 4889200509080 4	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.999,30
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	JOSE ANTONIO RODRIGUES DE LIMA	SDW01017776 2888060710012 5	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.999,10
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	JOSÉ GERONIMO FILHO	SDW00303326 7866131115095 0	AGROEXTRATIVISTA	8.000,00	7.999,80

SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	JOSÉ LUÍS DA SILVA NETO	SDW01262669 8806090516093 2	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.999,30
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	JOVENTINA LOPES DE OLIVEIRA	SDW00175814 6869191109032 4	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.999,70
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	KELLY CRISTINA PEREIRA SANTOS	IN-SP0297000- 00085-210312	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.999,10
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MANOEL FRANCISCO DE JESUS	SDW05437787 0815181011082 8	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.998,70
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MANOEL RIBEIRO SOBRAL	SDW04498664 5900050710014 0	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.925,40
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MARCIA HELENA DE SOUZA DIAS	SDW02467390 9852070115082 9	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.941,80
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MARIA BISPO DO NASCIMENTO	SDW02688918 7881171109041 0	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.999,70
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MARIA DE FATIMA VARELLA	SDW00737353 7839260210105 8	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.999,10
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MARIA DE LOURDES DA SILVA SANTANA	SDW02909344 0888050717091 8	AGRICULTOR FAMILIAR	350,20	307,60
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MARIA DO CARMO ARAUJO BARROS	SDW06896449 8968230117090 8	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.999,80
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MARIA ZELIA MARQUES	SDW00556017 3827081112091 4	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.998,90
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MARIZA CARDIM	IN-SP0041000- 00164-030315	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	4.295,60
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	MESSIAS JOSE DE SOUZA	SDW00049958 2837170609060 3	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.999,20

SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	NAZIRA RIBEIRO DA COSTA	SDW07231174 6987210509014 0	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	3.161,50	3.161,50
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	NEIDE MARIA DA SILVA	SDW00176127 0893091111111 1	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.221,70
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	OSVALDO SOCOSSIUC	SDW00341287 1800011116103 9	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	4.877,50	4.877,50
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PATRICIA FRANCIELI MOREIRA PAULINO	SDW01711744 9802140115022 3	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.850,90
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	VALTER MESSIAS	SDW00050243 7804230614123 4	AGRICULTOR FAMILIAR	8.000,00	7.235,80
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	VERA LUCIA PEREIRA MARQUES	SDW00417840 5861050713082 3	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.449,60
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	VERA MARIA FRANÇA	IN-SP0206000- 00024-300113	ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA	8.000,00	7.998,80

Tabela 12. Entidades consumidoras do PAA no município de Mirante do Paranapanema – Sp. 2015. E produtos executados, 2015.

UF	Município	Entidade Consumidora	Categoria	Produto/Quantidade Executada
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	ACAMPAMENTO	ABACATE> (Classificação sem características)
				ABACAXI> HAVAI
				ABÓBORA> PAULISTA
				ABÓBORA> SECA
				ABOBRINHA> BRASILEIRA
				ABOBRINHA> ITALIANA
				ACELGA> (Classificação sem características)
				ACEROLA> (Classificação sem características)
				ALFACE> (Classificação sem características)
				ALMEIRÃO> (Classificação sem características)
				AMENDOIM> EM CASCA
				BANANA> MAÇÃ
				BANANA> NANICA
				BANANA> PRATA
				BATATA> DOCE
				BERINJELA> (Classificação sem características)
				BETERRABA> (Classificação sem características)
				CARAMBOLA> (Classificação sem características)
				CEBOLA> (Classificação sem características)
				CEBOLINHA> (Classificação sem características)

			CENOURA> (Classificação sem características)
			CHEIRO VERDE> (Classificação sem características)
			CHICÓRIA> (Classificação sem características)
			CHUCHU> (Classificação sem características)
			COCO> VERDE
			COUVE> (Classificação sem características)
			FEIJÃO> COMUM
			FRANGO> CAPIRA
			GOIABA> VERMELHA
			INHAME> (Classificação sem características)
			JABOTICABA> (Classificação sem características)
			JACA> (Classificação sem características)
			JILÓ> (Classificação sem características)
			LARANJA> PERA
			LIMÃO> (Classificação sem características)
			MAMÃO> FORMOSA
			MANGA> HADEM
			MARACUJÁ> AZEDO
			MAXIXE> (Classificação sem características)
			MELANCIA> (Classificação sem características)
			MILHO> EM ESPIGA COM PALHA, VERDE
			NABO> (Classificação sem características)
			PEPINO> CAPIRA
			PEPINO> COMUM
			PIMENTA> CAMBUCI
			PIMENTÃO> VERDE
			PIMENTA> VERDE AMERICANA
			QUIABO> (Classificação sem características)
			RAIZ DE MANDIOCA> COM CASCA
			REPOLHO> (Classificação sem características)
			RÚCULA> (Classificação sem características)
			SALSA> (Classificação sem características)
			TANGERINA> PONKAN
			TILÁPIA> (Classificação sem características)
			TOMATE> CEREJA
			TOMATE> (Classificação sem características)
			VAGEM> FEIJÃO CORADO